



Revista do
CLUBE NAVAL

ISSN 0102-0382 • ANO 130 • Nº 403 - JUL/AGO/SET 2022



**Rio de Janeiro
1922**

**Riacho do Ipiranga
1822**

**COMMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
EXPOSIÇÃO NACIONAL
DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1922
RIO DE JANEIRO**

**BICENTENÁRIO DA
INDEPENDÊNCIA**

**Brasília
2022**

J3B

Corretora de Seguros

TRABALHAMOS COM TODOS OS TIPOS
DE SEGUROS EM TERRITÓRIO NACIONAL

Seguro de Salas Comerciais
Seguro de Obras Cíveis e de Garantia Contratual
Seguro de Responsabilidade Civil
Seguro de Lojas

Plano de Saúde para empresas
Seguro de Vida
Seguro de Carro
Seguro de Moto
DIT

Azul
SEGUROS

Allianz 


CAPEMISA
SEGUADORA


Liberty
Seguros


bradesco
seguros

HDI
Seguros


Porto


SulAmérica


TOKIO MARINE
SEGURADORA

MAG
SEGUROS

“Seguro é com corretor de Seguros”

 **(21)99551-4777**  **@j3bcorretora**



[www.j3bcorretora.com.br /](http://www.j3bcorretora.com.br/)



j3bcorretoradeseguros@gmail.com



VISITA GUIADA

segunda a sexta-feira
14h às 17h

Venha conhecer a história,
arquitetura e obras de arte
da Sede Social do Clube Naval!

Para agendamentos e informações:
(21) 2112-2435

SERVIÇO GRATUITO



SUMÁRIO

PALAVRAS DO PRESIDENTE

- 04 Alte Esq (Ref°) Luiz Fernando Palmer Fonseca

EDITORIAL

- 05 C Alte (Ref°-FN) José Henrique Salvi Elkfury

EM PAUTA

- 07 Eventos e comemorações na Sede Social

ENTREVISTA

- 09 Alte Esq Almir Garnier Santos

SESSÃO SOLENE

- 15 Comemoração do Dia da Independência

200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

- 16 Do "Dia do Fico" à Independência
CMG (RM1) Claudio da Costa Braga
- 22 A Primeira Constituição Brasileira - 1824
Ellen Gracie Northfleet
- 27 Independência do Brasil - Aspectos Militares
CMG (Ref°) Francisco Eduardo Alves de Almeida
- 33 O Reino Unido e a Independência do Brasil
Vinicius Mariano de Carvalho | C Alte José Cláudio Oliveira Macedo
- 36 A Independência do Brasil: visões e impactos em Portugal
CF Carlos Manuel Baptista Valentim (Marinha Portuguesa)

HISTÓRIA DA CAPA

Composição realizada com a pintura *O Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo, o cartaz confeccionado em 1922 para divulgar a Exposição do Centenário da Independência e registro da presença popular durante o Desfile Cívico-Militar realizado em Brasília para comemorar o Bicentenário da Independência.



- 42 O protagonismo das mulheres no processo de Independência do Brasil
C Alte (RM1-EN) Luciana Marroni

- 48 A Independência e a Língua Portuguesa no Brasil
Domicio Proença Filho

- 54 Independência ou Interdependência Econômica
Luis Paulo Rosenberg

- 60 A FAB nos 200 anos de Independência do Brasil
Maj Brig Ar Refm José Roberto Scheer

- 66 Asas Portuguesas no Rio de Janeiro
Tenente-general Piloto Aviador (R) Antônio Carlos Mimoso e Carvalho (Força Aérea Portuguesa)

- 72 Projeto Lusitânia
CMG (Ref°) Roberto Duhá

FILATELIA

- 75 A história da Marinha do Brasil e suas origens narrada pela filatelia
CMG (Ref°) Fernando Antonio B. F. de Athayde Bohrer

CULTURA

- 78 O pensamento filosófico no Brasil
CMG (Ref°-FN) Wilson Soares Diniz

TECNOLOGIA

- 81 Soluções para o insolúvel
Vitoriano Ruas

DIREITO

- 86 Crimes e contravenções
V Alte (Ref°-EN) Renato Vilhena de Araujo

INFRAESTRUTURA

- 89 Terminal de Uso Privado: um modelo disruptivo no Sistema Portuário Nacional
Murillo Barbosa | Luciana Guerise

SOCIEDADE

- 94 Um terrível mal que prejudica os menos favorecidos
CC (Ref°-IM) Antônio Tângari Filho

MARINHA DO BRASIL

- 96 Ações da Marinha em comemoração ao Bicentenário da Independência
Centro de Comunicação Social da Marinha

ÚLTIMA PÁGINA

- 98 Visitas Presidenciais no Piraquê
V Alte (Ref°-FN) Paulo Frederico Soriano Dobbins

PALAVRAS DO PRESIDENTE

Prezados Sócios

O dia 6 de setembro passado foi uma data especial para o Clube Naval. Tivemos a honra de comemorar, em Sessão Solene, os duzentos anos da Independência do Brasil, por meio de Painel que versou sobre as consequências jurídicas, diplomáticas e militares daquele histórico episódio. A brilhamaram o evento a Ministra Ellen Gracie, o Ministro Marcelo Câmara e o Comandante Alves de Almeida.

A efeméride, devidamente celebrada em nosso Clube, apresentou um valor ainda mais significativo em razão de iniciativas que, em âmbito nacional e internacional, pregam o relativismo da soberania dos países. Felizmente, contrastando com essas nefastas ideias, as manifestações do dia 7 de setembro, ocorridas em inúmeras cidades, fizeram o Brasil presenciar um verdadeiro resgate do verde e amarelo, assim como do culto aos nossos símbolos e valores.

Fiel às suas tradições e em comunhão com a maioria do povo brasileiro, o Clube Naval orgulha-se em festejar os episódios que forjaram a criação de nossa nação e sempre perseverará em fazê-lo. ■

Luiz Fernando Palmer Fonseca
Almirante de Esquadra (Refº) • Presidente

CLUBE NAVAL

Av. Rio Branco, 180, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro / RJ
Brasil - 20040-003

PRESIDENTE

Alte Esq (Refº) Luiz Fernando Palmer Fonseca

DIRETOR DO DEPARTAMENTO CULTURAL

C Alte (RefºFN) José Henrique Salvi Elkfury

ASSESSORA DO DEPARTAMENTO CULTURAL

CC (RMI-T) Ana Cláudia Corrêa de Araujo



Revista do CLUBE NAVAL

Publicação trimestral editada pelo Departamento Cultural do Clube Naval. As ideias e opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, a opinião dos oficiais da Marinha do Brasil, nem do Clube Naval, a não ser que explicitamente declarado. A reprodução de matérias aqui publicadas necessita de autorização prévia da Revista do Clube Naval.

ANO 130 • Nº 403

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Fabiana Peixoto

COLABORADOR

José Carlos de Medeiros

CONTATOS

revista@clubenaval.org.br
(21) 2112-2429 / 2465



ESCANEE AQUI
para informações sobre
submissão de artigos

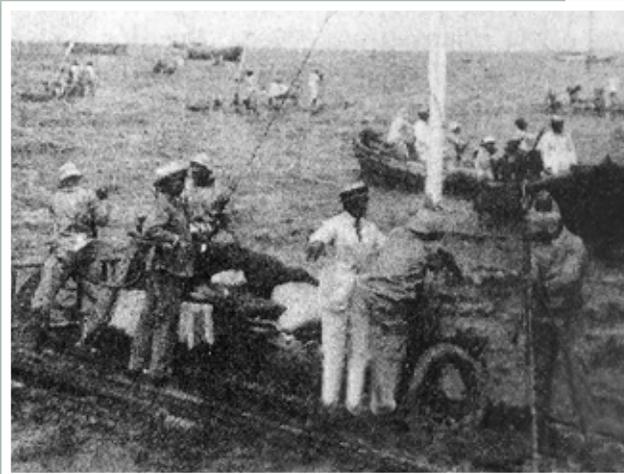
EDITORIAL

"Já podeis, da Pátria filhos
Ver contente a mãe gentil
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil"

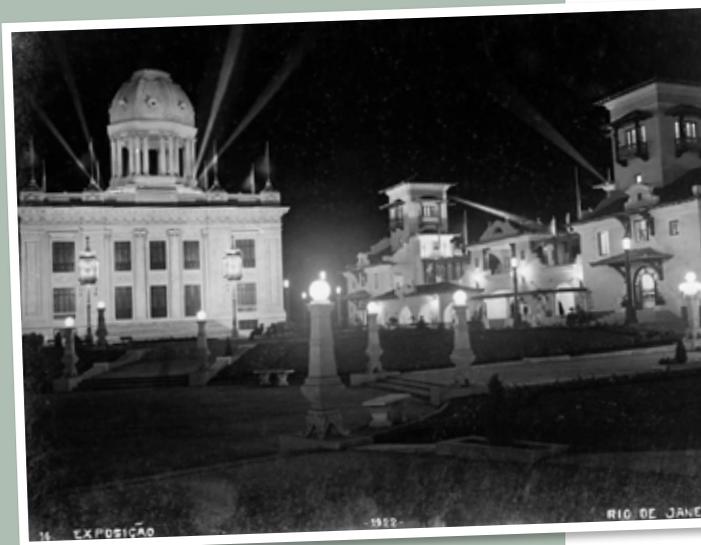
O Príncipe Regente Dom Pedro respondeu de duas formas aos versos acima apresentados, escritos em agosto de 1822 por Evaristo da Veiga, exaltando o sentimento que dominava o coração da brava gente que aqui vivia. Primeiro, com o brado retumbante às margens do Ipiranga, em 7 de setembro, atendendo conselhos de sua esposa, Princesa Leopoldina, e do Ministro do Reino, José Bonifácio, e, assim, refutando as ordens vindas das Cortes Portuguesas que, se atendidas, levariam o Brasil de volta à situação de colônia. Segundo, em 1824, compondo uma música para aquele poema, que hoje constitui o Hino da Independência cantado por todos os brasileiros, celebrando a liberdade e a soberania que desfrutamos.

Entretanto, para ecoar aquele brado em todos os rincões do grande território – e manter sua integridade – foi necessário criar e empregar um Poder Militar. Tendo em vista as distâncias envolvidas e a ausência de estradas ligando o Rio de Janeiro com o restante do País, ficou marcante a importância da recém-organizada Armada Imperial para assegurar que o “sol da Liberdade, em raios fúlgidos” brilhasse no céu de toda a Pátria.

Dessa forma, esta edição inicia com entrevista do Comandante da Marinha sobre nossa apreciada “instituição secular, reconhecida e admirada pelo seu povo, dona de uma história pontuada por episódios gloriosos e por uma atuação



Os jangadeiros alagoanos (1922)



Exposição Internacional do Centenário da Independência (1922)



Presidente da República, embarcado no Cruzador "Barroso", passa em revista os navios fundeados (1922)

invicta e cujo papel foi fundamental para nos legar este grande Brasil: rico, soberano, respeitado e bem querido no concerto das nações”, e continua a narrativa iniciada no quarto trimestre de 2021, apresentando textos que descrevem, sob diferentes óticas, a etapa central do processo que resultou na nossa emancipação política.

Ao longo dessa singradura de duzentos anos ocorreram várias comemorações, como em 1922, ano do Centenário da Independência, com destaque para a Exposição Internacional, que procurou mostrar o estágio alcançado pelo Brasil em termos de desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Outro evento marcante foi a homenagem à nossa efeméride feita por Portugal: a Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, realizada pelo Almirante Gago Coutinho e pelo Comandante Sacadura Cabral, oficiais da Marinha Portuguesa, utilizando hidroaviões, epopeia lembrada este ano pela Expedição Lusitânia – essas duas aventuras estão registradas em artigos desta edição.

Outras atividades de 1922 dignas de registro foram: aprovação do Hino Nacional, em 6 de

setembro; primeira transmissão radiofônica no Brasil, com a ópera “O Guarani” e discurso do Presidente da República, no Theatro Municipal, empregando antena emissora localizada no Morro do Corcovado e receptores em Niterói, Petrópolis e São Paulo; épica travessia de pescadores, a bordo da pequena jangada “Independência”, que saiu de Maceió em 27 de agosto de 1922 e chegou no Rio de Janeiro 98 dias depois; e inauguração do Panteão dos Andradas, em Santos, em 7 de setembro de 1823, encerrando as festividades do Centenário.

Para memorar o Bicentenário da Independência e da Esquadra, a Marinha vem cumprindo extenso Calendário de Eventos desde setembro de 2021, com atividades cívico-militares, acadêmicas, culturais, sociais, beneficentes e esportivas. Nesse contexto, vale destacar a Revista Naval realizada em 10 de setembro, quando o Presidente da República, a bordo do Navio-Patrolha Oceânico “Apa”, passou em revista 23 navios fundeados na Baía da Guanabara, sendo doze estrangeiros, relembrando evento similar ocorrido em 1922. ■

Revista Naval realizada em 10 de setembro deste ano em comemoração ao Bicentenário da Independência

José Henrique Salvi Elkfury
Contra-Almirante (Refº-FN) • Diretor Cultural



CÍRCULO LITERÁRIO

Em 20 de julho, no Auditório da Sede Social, foi realizado o 6º Seminário Literário com o tema *Vida e obra dos escritores nacionais*. O evento contou ainda com o lançamento do livro do Membro Efetivo do Círculo Literário, CMG (Refº-FN) Darcy Alanbert Rodrigues.

No dia 21 de setembro, no Salão dos Conselheiros, foi promovido o lançamento da Antologia do Clube Naval 2022, com a presença de vários Sócios autores e outros convidados. O evento contou com um recital musical apresentado pelos corais Luz Encanto e Vocalizart.



SÓCIO BENEMÉRITO

Em 4 de agosto, com um almoço de confraternização no espaço Varanda da Sede Social, foi conferido o Título de Sócio Benemérito ao Ex-Presidente do Clube, Vice-Almirante (Refº) Odilon Luiz Wollstein.

ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO

No dia 17 de agosto o Clube Naval ofereceu o tradicional almoço em memória dos integrantes da Marinha do Brasil e da Marinha Mercante brasileira que perderam suas vidas em operações no mar durante a 2ª Guerra Mundial. Na foto, o Presidente do Clube recebe o Almirante de Esquadra (Refº) Alfredo Karam.



FEMAR

O Clube Naval realizou, no dia 28 de setembro, o encerramento do curso de Logística, oferecido em parceria com a FEMAR. Na foto, o professor Renato Pitta e a Coordenadora de Ensino da FEMAR, Simone Nogueira, com os alunos e seus certificados.

ESCOLA NAVAL RECEBE VETERANOS E EX-COMBATENTES DA 2ª GUERRA



Em 13 de setembro, Veteranos e Ex-Combatentes participaram de uma visita à Escola Naval, organizada em parceria com o Clube Naval, com o objetivo de homenagear os militares que defenderam a Pátria durante a 2ª Guerra Mundial. Após almoço com o Corpo de Aspirantes, foi realizada uma mesa de debates mediada pelo Professor de História Naval da Escola Naval, CF (IM) Marcello José Gomes Loureiro, sobre a participação da Marinha do Brasil na 2ª GM.

Na foto, o ex-Ministro da Marinha, Alte Esq (Refº) Alfredo Karam, o CMG (Refº) Gilvandro Pedrosa Caldas e o CMG (Refº-IM) Haroldo Rodrigues da Cunha Fonseca assistem à apresentação do Comandante da Escola Naval, C Alte Adriano Marcelino Batista.



Assista aqui às gravações das palestras

CICLO DE PAINÉIS E PALESTRAS

Dando continuidade aos eventos que fazem parte da programação dos Grupos de Interesse e do ciclo de palestras promovido pela Presidência, o Clube Naval realizou um total de seis elucidativos painéis/palestras. Aos que não puderam comparecer, todas as gravações estão disponíveis no canal do Clube Naval Sede Social no YouTube.

PALESTRAS DA PRESIDÊNCIA

1. Aeronaves Remotamente Pilotadas na MB: o prelúdio de uma nova era para a Aviação Naval, suas possibilidades, limitações e desafios (07/07)

Palestrante:

C Alte Augusto José da Silva Fonseca Junior
Comandante da Força Aeronaval

2. Oceanopolítica do Atlântico Sul: uma visão brasileira (04/08)

Palestrante:

Alte Esq (Refº-FN) Prof. Dr. Alvaro Augusto Dias Monteiro

3. Desafios para a Hidrografia no século 21 (22/09)

Palestrantes:

CMG Paulo Roberto Costa Junior
Diretor do Centro de Hidrografia da Marinha
CMG (RM1) Edson Carlos Furtado Magno
Assessor da Superintendência Técnica da DHN

GRUPO DE INTERESSE EM ECONOMIA DO MAR (GIEM)

4. A visão do DNIT para navegação interior: perspectivas e desafios (11/08)

Palestrante:

André Cardoso Bernardes
Coordenador de Obras em Vias Navegáveis da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do DNIT

5. Planejamento Espacial Marinho: um mar de oportunidades para o Brasil (02/09)

Palestrante:

C Alte Marco Antônio Linhares Soares
Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

GRUPO DE INTERESSE EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ENGENHARIA, MATEMÁTICA E INOVAÇÃO (CTEMI)

6. Guerra cibernética e segurança da informação (25/07)

Palestrantes:

CMG (RM1-IM) Paulo Sergio Pagliusi
Engenheiro Flavio Moura Santos



1



2



3



4



5



6

Viva a minha, a sua, a nossa Marinha!

A Marinha do Brasil tem como missão "Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa".

Sua origem formal está na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, criada pelo Alvará de 28 de julho de 1736, de D. João V, Rei de Portugal, e que veio com o Estado português para o Brasil, em 1808, aqui ficando após o retorno de Dom João



VI a Portugal, em 1821. A Secretaria foi elevada a Ministério da Marinha em 1891 e, em 1999, com a criação do Ministério da Defesa, passou à denominação de Comando da Marinha.

Todavia, as origens da História Naval brasileira estão nas Forças Navais que aqui chegaram em 1500 e nas expedições com Forças Navais para reconhecimento, guarda costas e expansão para o Oeste. Quando as novas terras despertaram a cobiça de outras nações, foram Forças Navais que expulsaram os invasores. A Esquadra, criada em 10 de novembro de 1822, teve marcante participação no processo de emancipação política do Brasil, além de garantir a integridade do seu território, e, desde então, tem atuado em ações para Defesa da Pátria, com destaque para a Guerra da Tríplice Aliança e nos dois confrontos mundiais no século 20.

RCN • Que ensinamentos essa vitoriosa singradura proporciona ao senhor para conduzir nossa Marinha por ocasião da celebração do Bicentenário da Independência do Brasil, considerando que, embora não sejam visualizadas ameaças externas iminentes, sabemos que as Forças Armadas devem estar sempre preparadas para a Defesa da Pátria, em eventuais alterações no cenário internacional, como ocorreu no episódio conhecido como Guerra da Lagosta, nos anos 60?

ALMIRANTE GARNIER • Neste ano tão importante para a afirmação de nossos valores patrióticos, a Marinha tem realizado uma série de eventos que promovem a reflexão e a celebração da sua invicta e decisiva atuação, não apenas nas lutas pela conquista e consolidação da Independência do Brasil, mas em diversos outros episódios que nos legaram uma grande Nação livre, unida e soberana, ao longo dos últimos duzentos anos.

Todo esse histórico evidencia o mar como elemento constituidor da Nação brasileira. No passado, o mar foi a via de nosso descobrimento

Navio-Veleiro "Cisne Branco" na Parada Naval em homenagem ao Bicentenário da Independência

e integração, além de arena de defesa da nossa soberania em diversas ocasiões, inclusive em duas guerras mundiais. No presente, é a via pela qual circula a quase totalidade do comércio e das comunicações do Brasil com o resto do mundo, além de ser manancial de incalculáveis riquezas para as atuais e futuras gerações de brasileiros.

Assim, na mesma medida em que proporciona o intercâmbio de riquezas e obtenção de prosperidade, esse imenso e estratégico patrimônio também pode nos apresentar vulnerabilidades e perigos de toda ordem.

A história recente também nos demonstra que esses perigos podem se transformar em ameaças efetivas com uma rapidez surpreendente, como ocorreu na campanha submarina nazista da 2ª Guerra Mundial, que ceifou a vida de tantos brasileiros, ou na citada usurpação do nosso mar territorial por pesqueiros franceses, prontamente rechaçada por nossa Marinha, no episódio que ficou conhecido como a Guerra da Lagosta.

Certamente, a clara noção da importância do mar como esse duplo fator de oportunidade e ameaça é preponderante para a condução dos nossos incessantes esforços, a fim de prover o Brasil com uma Marinha cada vez mais capaz de contribuir para a defesa e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em um cenário de crescente complexidade.

Quanto às comemorações do bicentenário,

Navios da Marinha do Brasil e Marinhas amigas, na Parada Naval, em comemoração ao Bicentenário da Independência



mostrou-nos a referência histórica das festividades e demonstrações de 1922 e, principalmente, a certeza de que em 2122 teremos celebrações ainda maiores haja visto o trilha de sucesso e crescimento que projetamos para o nosso Brasil e a Marinha de seu povo.

RCN • A partir das vivências em Angola, no Haiti e no Líbano e do emprego de navios em comissões no exterior, quais as principais lições aprendidas para o emprego da Marinha no apoio à Política Externa?

ALMIRANTE GARNIER • O longo histórico de participação da Marinha do Brasil em operações de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como em exercícios periódicos com outras Marinhas, vem legando à Força um constante aprendizado, sobretudo nos aspectos logísticos advindos do esforço compreendido na preparação e apoio de meios navais e unidades operando longe de suas bases, e, também, quanto à interoperabilidade junto a forças internacionais.

Tais ensinamentos têm permitido à Marinha do Brasil obter crescente respeito e reconhecimento por parte de importantes Marinhas de diversas nações.

Cito, como exemplos, além da nossa participação recente no Comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), por cerca de dez anos, o Comando, exercido já duas vezes por almirantes brasileiros, da Força-Tarefa Combinada 151 (CTF 151), sediada no Bahrein, dedicada ao combate à pirataria, a fim de proteger o comércio marítimo e a liberdade de navegação no Golfo de Aden, Chifre da África e Costa da Somália, importante ponto focal do tráfego marítimo mundial. Ressalto que ninguém confiaria navios tão caros e sofisticados a um oficial de uma Marinha que não fosse reconhecida pelo profissionalismo e capacidade de coordenação. Destaco também a recente certificação pela ONU do nosso Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Emprego Rápido em Força de Paz, na categoria máxima de prontidão.

Toda essa capacitação certamente nos permitirá exercer uma Diplomacia Naval cada vez mais ativa, em apoio à Política Externa Brasileira, sobretudo em nosso entorno estratégico, onde o Brasil exerce uma liderança cooperativa e aglutinadora em iniciativas como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

RCN • A Marinha, nesses duzentos anos de Independência, muito tem contribuído para o desenvolvimento nacional em diferentes áreas – econômica, social e científica, além de ações de defesa civil. Como conduzir essas atividades sem comprometer a destinação básica de Defesa da Pátria, considerando os limitados recursos disponíveis?

ALMIRANTE GARNIER • Certamente, a Marinha do Brasil possui uma gama muito ampla e variada de atividades, que vão desde aquelas relacionadas diretamente à Defesa da Pátria ao apoio às pesquisas relacionadas ao mar, passando ainda pela promoção da segurança da navegação e prevenção da poluição hídrica, pela assistência a populações ribeirinhas isoladas e por ações em apoio à Defesa Civil, em situações de calamidade pública.



Brasil assume comando da Força-Tarefa Combinada 151, cuja missão é combater pirataria na região do Bahrein

Fonte: Agência Marinha de Notícias / Imagem: Petty Officer Adelola Tinubu /U.S. Navy

Todos os cerca de oitenta mil homens e mulheres que integram a Marinha do Brasil e seus veteranos têm a clara consciência que a Defesa da Pátria é a principal atribuição da Força. Por isso, mesmo quando nos dedicamos às atividades subsidiárias, o fazemos em proveito da preparação para a guerra. Por exemplo: as atividades de hidrografia servem tanto à navegação comercial, quanto à militar; o atendimento médico às populações ribeirinhas nos rios da Amazônia pode vir a ser necessário a combatentes de selva; a coordenação e entrosamento da Autoridade Marítima com a Marinha Mercante, que ocorrem diariamente por meio das Capitânicas dos Portos, serão fundamentais no caso de conflito em nossas águas jurisdicionais.

Outra maneira de garantir que todas as necessidades decorrentes de nossas atribuições constitucionais sejam atendidas, da melhor forma possível, é a busca constante pela otimização de recursos por meio de práticas e ferramentas de gestão que permitam a racionalização de processos e a priorização de atividades com maior impacto na consecução de objetivos cuidadosamente estabelecidos e planejados, a fim de que o Brasil disponha da melhor Marinha que possa ter. Assim, constantemente, revemos estruturas, governança e processos. Além disso, desde o planejamento orçamentário do ano de 2021, passamos a utilizar um sistema de apoio à deci-

são, otimizante, para mais efetivamente alocar nossos recursos, tendo alcançado economia nos projetos de investimento de mais de 15%.

RCN • No contexto da pergunta anterior, a Marinha tem tido papel relevante na expansão para o Leste, com os “bandeirantes das longitudes salgadas” levando os limites da Amazônia Azul para muito além do mar territorial e representando valiosa contribuição para a Economia do Mar no nosso país. Que benefícios essa conquista trará para o Brasil?

ALMIRANTE GARNIER • Com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o Estado brasileiro estabeleceu, ainda na década de 1980, o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), que visa estabelecer o limite exterior da nossa Plataforma Continental no seu enfoque jurídico, ou seja, determinar a área marítima, além das 200 milhas da costa, na qual o Brasil exercerá direitos de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e do subsolo marinhos.

Executado pela Marinha do Brasil, por meio da Diretoria Geral de Navegação, sob coordenação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o LEPLAC já reuniu dados de perfis sísmicos, batimétricos, magnetométricos e gravimétricos de cerca de 770.000 km ao longo de toda a extensão da margem continental brasileira, dados estes obtidos pelos navios da Diretoria de Hidrografia e Navegação, cujos tripulantes, por esse árduo e importante trabalho, ficaram conhecidos como os “bandeirantes das longitudes salgadas”.

Essas valiosas informações subsidiaram propostas feitas pelo Brasil à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU que ampliam a nossa Amazônia Azul para uma área total de 5,7 milhões de km², representando um legado de fundamental importância para os brasileiros, que verão multiplicadas as oportunidades de descobertas de novas fontes de hidrocarbonetos, de exploração de recursos da biodiversidade marinha e de recursos minerais em grandes profundidades.

RCN • A maritimidade do Brasil é bem demonstrada por sua área marítima e sua importância para o comércio nacional e exterior, para a produção de petróleo e pela concentração da população na faixa litorânea. Além disso, as bacias hidrográficas também têm

sido importantes vetores para ocupação do território e seu desenvolvimento econômico e social. Esses fatos apontam para a importância do Poder Marítimo para o desenvolvimento do País. Como a Marinha do Brasil contribuiu para o fortalecimento desse segmento do Poder Nacional?

ALMIRANTE GARNIER • Na condição de Autoridade Marítima brasileira, exercida pelo Comandante da Marinha, a Marinha do Brasil (MB) presta uma enorme contribuição ao desenvolvimento do Poder Marítimo, que se materializa em várias ações, a exemplo das atividades de segurança da navegação; formação profissional de pessoal especializado para a Marinha Mercante e apoio portuário; sinalização náutica; salvaguarda da vida humana no mar e águas interiores; prevenção da poluição hídrica causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio; além das atividades de hidrografia, oceanografia e meteorologia marinha.

Também como componente militar do Poder Marítimo brasileiro, a Marinha emprega o Poder Naval no combate a ilícitos como pesca ilegal, contrabando, tráfico de drogas, pirataria, entre outros, provendo a necessária segurança que permite o pleno desenvolvimento das atividades marítimas e aquaviárias em nossas águas jurisdicionais.

RCN • As Forças Armadas têm sido empregadas, com maior ênfase a partir do final do século passado, em ações de Garantia da Lei e da Ordem, atividades bem-vistas pela população mas que indicam deficiências nos órgãos de segurança pública, responsáveis por essas ações e que, portanto, não estariam dando conta de suas atribuições. Como o senhor vê essa situação?

ALMIRANTE GARNIER • De fato, o emprego das Forças Armadas em uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) se dá em virtude de alguma insuficiência temporária e circunstancial de Forças de Segurança Pública no cumprimento de sua destinação, o que está longe de configurar um cenário ideal. Todavia, essa atu-





Cerimônia de Mostra de Armamento do Submarino "Riachuelo" - 2022

Na ordem em que estão listados no PEM 2040, os sete programas estratégicos da MB são: Pessoal – Nosso Maior Patrimônio; Programa Nuclear da Marinha (PNM); Modernização do Poder Naval; Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP); Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz); Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico para os Meios Operativos; e Mentalidade Marítima.

Esses programas são igualmente importantes, até porque se complementam em muitas situações. Por exemplo, não tiraremos o máximo proveito de navios e submarinos de última geração sem pessoal capacitado e motivado para operá-los, se não soubermos o que se passa em nossa Amazônia Azul ou se não dispusermos de um apoio logístico condizente.

Entretanto, pelo nível de complexidade e de recursos envolvidos, eu destacaria o PNM e os programas de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PFCT) e de Submarinos (PROSUB), estes dois últimos, integrantes do Programa Estratégico de Modernização do Poder Naval.

O PNM está dividido, basicamente, em dois grandes empreendimentos: a implantação do Laboratório de Geração Nucleo-Elétrica (LABGENE) e o domínio do Ciclo do Combustível Nuclear. A partir do seu desenvolvimento, o Brasil dará um salto tecnológico sem precedentes, que elevará o patamar da Defesa Nacional, além de gerar efeito multiplicador, pela variedade de materiais, componentes e equipamentos que passarão a ser projetados e fabricados no País. O conhecimento do domínio do ciclo do combustível também beneficia diversos setores, tais quais o energético, de saúde e o agroindustrial.

O PROSUB visa à construção de quatro modernos submarinos diesel-elétricos (S-BR), ao projeto e fabricação do primeiro Submarino Convencional com Propulsão Nuclear (SN-BR), e também à construção de um complexo de infraestrutura industrial e de apoio à operação dos submarinos, que engloba estaleiros, base naval e a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), no município de Itaguaí (RJ). Para o Brasil, esse programa representa um significativo incremento da capacidade de dissuasão e negação do uso do mar a forças hostis. Em 1º de setembro deste ano, o primeiro submarino concebido no âmbito do PROSUB, o "Riachuelo", foi entregue ao setor operativo da Marinha.

ação está entre as atribuições subsidiárias das Forças Armadas, que servem ao povo brasileiro e não podem deixar de apoiar a população nos momentos de maior necessidade. Portanto, torcemos para nunca sermos empregados em ações de GLO, mas, quando essa for a única alternativa, estaremos sempre prontos e dispostos a cumprir a missão da melhor maneira possível, para o bem do povo brasileiro.

RCN • A Marinha tem, como visão de futuro, ser “uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a Defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade”. Quais são as principais ações em desenvolvimento para alcançar essa situação e seus respectivos prazos de execução?

ALMIRANTE GARNIER • Atualmente, trabalhamos em sete programas estratégicos, que decorrem de necessidades identificadas para a consecução de objetivos navais de alto nível, estabelecidos no Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040), documento estruturado a partir da análise do ambiente operacional e da identificação de ameaças e que visa traçar o curso que devemos seguir, a fim de materializar essa visão de futuro da Marinha.

De acordo com o cronograma vigente, os outros três S-BR deverão ser incorporados entre os anos de 2023 e 2025 e o SN-BR tem previsão de incorporação em 2034.

Mais recente, o PFCT foi concebido visando à renovação da Esquadra com fragatas de construção nacional, dotadas de alta complexidade tecnológica e poder combatente. As quatro fragatas inicialmente previstas têm prazo de entrega entre 2025 e 2028. Além de ampliar a capacidade de emprego do Poder Naval para salvaguarda dos interesses nacionais, o PFCT fortalecerá a indústria naval brasileira e possibi-

litará a atração de investimentos, além de gerar milhares de empregos diretos e indiretos.

RCN • Quais são as suas palavras para os jovens oficiais, à luz dessa visão de futuro da nossa Marinha?

ALMIRANTE GARNIER • Resumindo em poucas palavras, eu recomendo que lembrem, sempre, do fato de que pertencem a uma instituição secular, reconhecida e admirada pelo seu povo, dona de uma história pontuada por episódios gloriosos e por uma atuação invicta e cujo papel foi fundamental para nos legar este grande Brasil: rico, soberano, respeitado e benquisto no concerto das nações.

A nobre missão a que nos propomos é a de mantermos vivo esse legado, contribuindo para entregar, às futuras gerações de marinheiros e brasileiros, uma Marinha ainda melhor, o que certamente contribuirá para um Brasil também melhor e mais bem-sucedido.

Portanto, exorto a todos a que se dediquem, de coração, à vibrante carreira que abraçaram. Sejam bons líderes, prezem pelo profissionalismo e procurem desenvolver suas habilidades e conhecimentos. A Marinha é uma instituição que procura reconhecer e recompensar aqueles que mais se esforçam, a instituição mais meritocrática que conheço, como atestado por vários exemplos de profissionais em nossos quadros: a Marinha reconhece e valoriza os bons! Dediquem-se, sejam o melhor que puderem, superem-se a cada dia. Garanto que não se arrependerão!

Por fim, sugiro que aproveitem ao máximo todas as maravilhosas oportunidades e sensações que somente a carreira de um oficial da Marinha de Guerra oferece, como o contato constante e o aprendizado com outros povos e culturas; os magníficos dias e noites no mar, nos rios e nas florestas, ou seja, nos diversos ambientes em que operamos; a camaradagem da vida de bordo, repleta de “bons companheiros e belos amigos”, como diz o lema dos nossos submarinistas; e, principalmente, o reconhecimento e o orgulho que o nosso trabalho desperta em todos aqueles que nos cercam. Sejam felizes! ■

Inspirada nos exemplos do Almirante Tamandaré, a nossa Marinha segue mirando o futuro, em prol da nobre missão de defender os direitos de todos os brasileiros na Amazônia Azul, o mar que nos pertence.





SESSÃO SOLENE ALUSIVA AO DIA DA INDEPENDÊNCIA

O Clube Naval realizou Sessão Solene, em 6 de setembro, para celebrar o Bicentenário da Independência do Brasil, contando com ilustres presenças de sócios e convidados, entre os quais representantes do Clube Militar e do Clube da Aeronáutica, Aspirantes da Escola Naval e Alunos do Curso de Formação de Oficiais do CIAW.

Para relembrar aspectos históricos desse marcante fato da História Pátria, foi apresentado o Painel “Independência do Brasil: visões Jurídica, Diplomática e Militar”, tendo como palestrantes, respectivamente, a ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie Northfleet, o Diretor do Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento do Ministério de Relações Exteriores, Ministro Marcelo Paz Saraiva Câmara, e o Professor do Curso de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, CMG (Refº) Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida. O antigo Comandante-Geral do Corpo

de Fuzileiros Navais, Alte Esq (Refº-FN) Prof. Dr. Alvaro Augusto Dias Monteiro atuou como Moderador.

A Ministra Ellen Gracie discorreu sobre a Constituição de 1824, primeira e mais longeva carta magna do Brasil, o Ministro Marcelo Câmara comentou a importância da Revolução Francesa e da Independência Americana para a emancipação das colônias sul-americanas e descreveu a luta pelo reconhecimento externo do Brasil soberano. Por fim, o Comandante Alves de Almeida abordou aspectos militares da Independência. Na sequência, o Almirante Monteiro conduziu a fase de debates, em que perguntas formuladas pela plateia enriqueceram as brilhantes apresentações.

O vídeo com as palestras está disponível no canal do Clube Naval Sede Social no YouTube. ■



Assista aqui à Sessão Solene completa

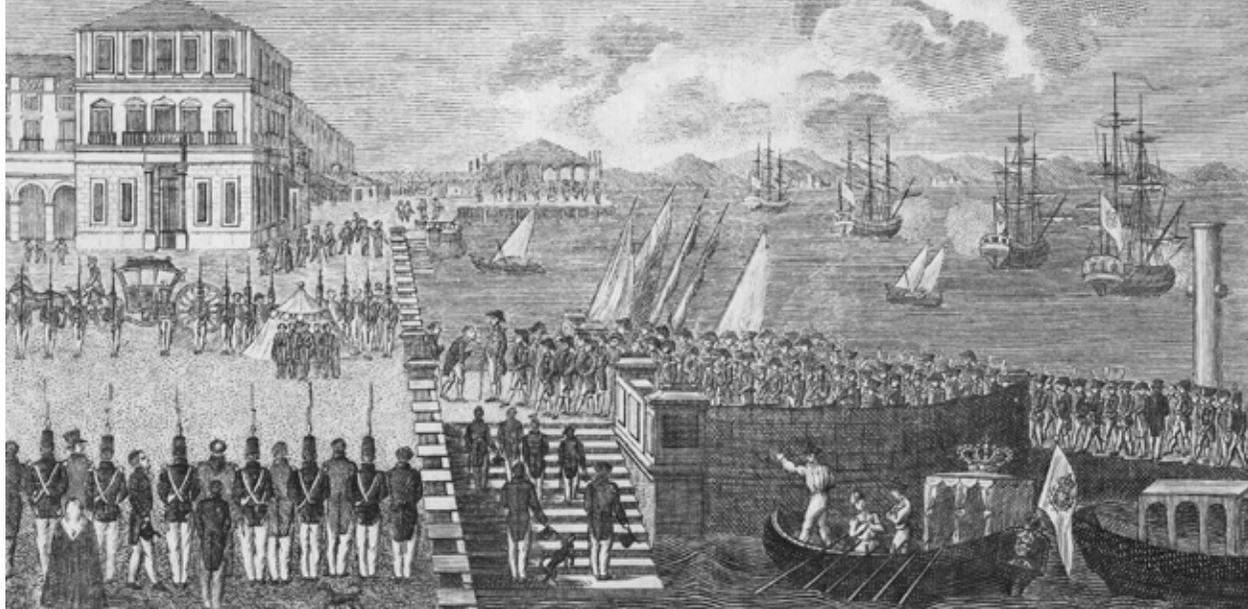
DO "DIA DO FICO" À INDEPENDÊNCIA

Diversos acontecimentos contribuíram para a nossa Independência. Um dos mais significativos foi quando D. Pedro decide permanecer no Brasil, após tantas pressões da Corte em Lisboa determinando o seu regresso, ficando esse ato registrado em nossa história como “O Dia do Fico”.

Claudio da Costa Braga*

O período compreendido entre o “Dia do Fico” - 9 de janeiro de 1822, até a Proclamação da Independência do Brasil - em 7 de setembro de 1822, foi demasiadamente conturbado no Brasil, considerando aspectos sociais, econômicos e, em especial, os políticos.

A partir da saída de D. João VI do Brasil, em 26 de abril de 1821, e a permanência de D. Pedro como Regente, as Cortes em Lisboa começaram a pressionar o retorno de D. Pedro a Portugal, em um processo de retirar do Brasil a situação de liberdade política e comercial que alcançara, tentando retorná-lo à situação de colônia. Era de se esperar que os brasileiros não aceitariam mais o retrocesso de suas liberdades, principalmente as comerciais. Pelos Decretos nº 124 e 125, de 29 de setembro de 1821, as Cortes em Lisboa estabelecem nova administração política, militar e financeira para o Brasil, todas a ela



Desembarque de Dom João VI em Portugal, dia 4 de julho de 1821, gravura de Constantino de Fontes

subordinadas, além de exigir o regresso de D. Pedro, por considerarem não ser mais necessária a sua presença no Brasil. Esses decretos chegaram no Rio pelo Navio "Infante D. Sebastião", em 9 de dezembro de 1821, e no dia seguinte foram conhecidos, provocando forte reação do grupo que defendia uma separação de Portugal. Representações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro chegariam a D. Pedro rogando pela sua permanência e o descumprimento dos decretos mencionados anteriormente.

Em 1º de janeiro de 1822, D. Pedro recebeu a Representação da Província de São Paulo, data de 24 de dezembro de 1821 e, em 2 de janeiro, encaminhou correspondência a seu pai, D. João VI:

"Meu pai e meu Senhor. Ontem, [...], chegou de São Paulo [...] o ofício que ora remeto incluso para que Vossa Majestade conheça e faça conhecer ao Soberano Congresso, quais são as firmes intenções dos paulistas, e por elas conhecer quais são as gerais do Brasil [...]. Farei todas as diligências por bem para haver sossego, e para ver se posso cumprir os decretos 124 e 125, o que me parece impossível, porque a opinião é toda contra, em toda a parte."

É célebre uma declaração da Província de São Paulo a D. Pedro:

"Ou vai e nós nos declaramos independentes, ou fica e então continuamos a estar unidos e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do Congresso; além disso, tanto os ingleses europeus como os americanos ingleses nos protegem na nossa independência no caso de ir Sua Alteza".

Essa atitude revelaria que os separatistas contavam obter o apoio dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha. Em 9 de janeiro de 1822, na Sala do Trono, após discurso emocionante do Presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, pedindo a permanência do Príncipe, e opondo-se a toda pressão de Lisboa, D. Pedro teria se pronunciado:

"Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Diga ao povo que fico."

A partir deste episódio, conhecido como o "Dia do Fico", se desencadeia um processo de emancipação definitiva de Portugal. Eram muitos os que conspiravam a favor, dentre eles os irmãos Andradas, podendo destacar José Bonifácio de Andrada e Silva, que viria a ser designado nosso "Patriarca da Independência". Devemos considerar, também, o papel relevante da maçonaria e da imprensa no processo de articulação da independência, com participação especial da aristocracia brasileira. O povo dela não participaria, ou melhor, não teve atuação relevante em decorrência de serem coibidos de se manifestar em assuntos da política do Estado. Não podemos deixar de destacar a nossa primeira Imperatriz, D. Leopoldina, Princesa Austríaca, figura marcante em nossa emancipação como país independente.

Em consequência, em 11 de janeiro, D. Pedro demitiu o ministério nomeado por seu pai e, em 16 de janeiro, empossa o novo ministério, com José Bonifácio assumindo como Ministro dos Negócios do Reino e Estrangeiros, sendo o

primeiro brasileiro a ocupar tal cargo.

A importância da permanência de D. Pedro no Brasil foi espantar a ameaça de uma guerra civil e a divisão do País em diversos Estados, à semelhança das colônias espanholas na América.

Chegando ao Rio de Janeiro, José Bonifácio se instala na Travessa de São Francisco nº 12, no Largo do Rocio, esquina da Rua do Sacramento, atual Praça Tiradentes. Sua primeira medida, em 21 de janeiro de 1822, determinava ao Desembargador do Paço, Chanceler-Mor, que quaisquer leis ou decretos vindos de Portugal deveriam passar pela avaliação e autorização de D. Pedro.

Observa-se o início de uma separação nítida entre as Províncias do Norte: Bahia, Maranhão, Piauí e Grão-Pará, fiéis à Corte em Lisboa, e as do sul, separatistas. Destaca-se o posicionamento independente de Pernambuco que não só queria mudar a relação de dependência como também modificar a forma de governo no Brasil.

Em 30 de janeiro, Bonifácio endereçou documento aos governos provisórios das províncias, convocando-os a se unirem sob a regência de D. Pedro. Desde sempre, tinha convicção de que, sem o Príncipe e a centralização do governo no Rio de Janeiro, a ruptura com Portugal provocaria o esfacelamento do Brasil. A ideia de várias Repúblicas, à semelhança das colônias espanholas, era cultivada por comerciantes portugueses e brasileiros donos de grandes fortunas e negócios comerciais. Em 15 de fevereiro, partem do Rio de Janeiro uma companhia de artilharia, uma de engenheiros e três batalhões de caçado-

res portugueses.

Em 16 de fevereiro, um decreto cria uma Junta de Procuradores ou Representantes das Províncias que deveriam atuar no Rio de Janeiro, como um “Fórum” comum de união e interesses recíprocos, para aconselhar o Regente e defender as necessidades das Províncias. Logo entrariam em choque, Bonifácio e a Junta de Procuradores, em opiniões divergentes quanto à exploração do comércio e do trabalho escravo, combatidos pelo Ministro. Oposições políticas surgem por parte de José Clemente Pereira, o Almirante Rodrigo Pinto Guedes, Joaquim Gonçalves Ledo e o padre Januário da Cunha Barbosa, todos proeminentes políticos na ocasião. Começaria, então, uma “briga” pela preferência do Príncipe Regente. Embora todos empenhados na causa da emancipação do Brasil, teriam posturas distintas na condução desse processo.

O projeto de união das Províncias precisava ser consolidado: Rio, São Paulo e o Sul apoiavam o Regente; Minas, apesar de tão próxima, ainda estava indecisa, pois nem apoiava e também não se submetia às Cortes em Lisboa, porém, era importantíssimo o seu apoio. No Norte, Grão-Pará e Maranhão tinham ligações mais estreitas com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Era preciso trazê-los para a união que se pretendia. No Nordeste, Pernambuco ainda trazia as lembranças nefastas de 1817 e possuía certa independência econômica como a Bahia. Em todas elas, interesses comerciais e grande presença portuguesa afastavam-nas do projeto de união. Era necessário atraí-las.

Em abril de 1822, D. Pedro inicia uma viagem



Imperatriz Leopoldina e José Bonifácio de Andrada e Silva, personagens de grande destaque no processo de Independência do Brasil

de conciliação a Minas Gerais. Sem tropa militar expressiva e viajando com pequena comitiva, o Príncipe teria declarado:

“Sois constitucionais, uni-vos comigo e assim marchareis constitucionalmente; confio tudo em vós; confiai em mim [...]; vós amais a liberdade, eu adoro-a!”

Promessas de melhorias nas estradas, algumas benfeitorias e acordos comerciais trouxeram Minas para apoio ao projeto de união.

Bastou essa ausência de D. Pedro da Corte para que articuladores preparassem um golpe, liderado pelo Almirante Rodrigo Pinto Guedes, que não prosperou graças à denúncia de José Clemente Pereira e à arquiduquesa Leopoldina, apoiadora de José Bonifácio no governo. A desconfiança era generalizada. Boatos se juntavam às verdades. A conspiração dos que não desejavam apoiar Bonifácio estava acontecendo.

Dia 18 de abril, quando seria eleito o Conselho de Procuradores, era o marco dos conspiradores. José Bonifácio, desconfiado que o Ministro da Guerra, General Oliveira Álvarez, estivesse envolvido, foi conversar com o Governador de Armas da Província, General Joaquim Xavier Curado, e adiou o dia da eleição e determinou a prisão de vários envolvidos, em especial portugueses que apoiavam o golpe. Depois desses acontecimentos D. Pedro sairia mais fortalecido, formando-se um bloco poderoso com as Províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. D. Pedro regressaria de Minas no dia 25 de abril de 1822.

Vale destacar que os fatores tempo e distância fizeram com que nem sempre os atos promulgados em Portugal e no Brasil fossem um decorrente do outro. Muitos deles foram promulgados sem se ter conhecimento de Atos promulgados pelo outro. Como resposta das Cortes Portuguesas ao que acontecia no Brasil, fora criada, em 15 de março de 1822, a Comissão Especial dos Negócios Políticos do Brasil, que em seu primeiro Parecer propunha que:

- o Príncipe permanecesse no Rio de Janeiro enquanto não se fizesse a organização geral do governo do Brasil;
- não se instalasse a Junta Provisional no Rio de Janeiro;
- se fizesse executar o Decreto de extinção dos Tribunais; e
- as Juntas de Fazenda passassem a ficar subordinadas às Juntas Provisionais em Lisboa, dentre outras.

Em 21 de maio de 1822, D. Pedro assim escrevera para seu pai:

“É necessário que o Brasil tenha Cortes suas. Esta opinião generaliza-se cada dia mais. O povo desta capital prepara uma representação que me será entregue para suplicar-me, porque o povo tem razão(...): sem Cortes, o Brasil não pode ser feliz. As leis feitas tão longe de nós, por homens que não são brasileiros e que não conhecem as necessidades do Brasil, não poderão ser boas.”

E continuando, assim termina:

“Sem igualdade de direito, em tudo e por tudo, não há união. Ninguém se associa para ver piorar a sua condição, e aquele que é o mais forte, melhor deve saber sustentar os seus direitos. Eis porque o Brasil jamais perderá os seus, que defenderei com o meu sangue, sangue puro de brasileiro(...).”

Em 23 de maio, o Senado da Câmara entrega a D. Pedro uma petição para a convocação da Constituinte, respondida em seguida:

“Fico ciente da vontade do povo do Rio e, tão depressa saiba a das mais Províncias, ou pelas Câmaras ou pelos Procuradores-gerais, então imediatamente me conformarei com o voto dos povos deste grande, fértil e riquíssimo reino.”

Nesse mesmo dia, Bonifácio tomara um ato de grande significado, em especial relacionado a atrair a Inglaterra: autorizava a abertura da primeira igreja protestante no Brasil.

Em 2 de junho, acontece a reunião do Conselho de Procuradores das Províncias, e, no dia seguinte, 3 de junho de 1822, é convocada a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, composta de deputados das Províncias do Brasil, com a pretensão de atingir autonomia legislativa, embora mantendo a união com a Coroa portuguesa, além de se declarar Regente Constitucional. Nesse dia, D. Pedro recebe o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”.

Como podemos depreender, o Brasil queria a sua independência, mas firmada sobre a união bem entendida com Portugal. Bonifácio defendia que uma monarquia constitucional traria grandes benefícios para o desenvolvimento econômico, a preservação da ordem interna e os projetos de integração dos grupos poderosos às

regiões mais avançadas. Entendia que o Estado e o Parlamento deveriam construir a ideia de nação e cidadania, onde reformas significativas seriam necessárias. Mas a elite que o apoiava não estava interessada em um futuro glorioso, mas sim em um presente lucrativo. Logo, não precisariam mais de Bonifácio.

Em 15 de junho, outro ato de grande significado em direção à independência era tomado por Bonifácio: notificava o Cônsul inglês que os navios ingleses não precisariam mais do certificado do consulado português, em Londres, para entrar nas alfândegas do Brasil e que um novo representante brasileiro para lá seria enviado.

A carta de D. Pedro informando sobre a convocação da Assembleia Constituinte e a sua proclamação como Regente Constitucional só se tornaria do conhecimento em Lisboa a 26 de agosto. Nessa ocasião, o ambiente no Congresso em Lisboa já estava tenso. Os representantes brasileiros haviam solicitado a anulação de suas representações, logo negada pela Comissão de Constituição. Os deputados de São Paulo em Lisboa assim se pronunciaram:

“Os povos do Brasil são tão portugueses como os de Portugal e por isso não de ter iguais direitos e se assim não fosse a nossa união não duraria um mês.”

Em agosto, D. Pedro declarou como inimigas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil sem a sua autorização. Aos governos das Províncias foi recomendado que não dessem posse a funcionários nomeados em Portugal e que, para admissão a cargo público, se deveria prestar juramento à causa da União e da Independência do Brasil.

Em 6 de agosto, José Bonifácio encaminha um manifesto às “Nações Amigas”, em nome do Príncipe, garantindo que os seus interesses seriam respeitados. O manifesto dizia:

“Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o Reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar a sua independência ...”

Em 14 de agosto, D. Pedro parte em viagem, com o propósito de apaziguar os descontentes em São Paulo. Em 19 de agosto, na cidade de Lorena - SP, D. Pedro emitiu decreto dissolvendo o Governo Provisório de São Paulo. Entre 25 de agosto e 5 de setembro, ficaria hospedado no Colégio dos Jesuítas, em São Paulo. Daí seguiria para Santos. Entretanto, o clima político no Rio de Janeiro estava em efervescência.

Em 2 de setembro de 1822, D. Leopoldina, com José Bonifácio e demais membros do Conselho de Estado reuniram-se na Fazenda Santa Cruz, hoje um bairro do Rio, para analisar o Decreto de 23 de Julho de 1822, recém-chegado de Portugal. Embora permitisse a permanência de D. Pedro no Brasil até a publicação da futura Constituição portuguesa, exigia a aplicação imediata dos

***“Pelo meu sangue,
minha honra, meu
Deus, eu juro dar ao
Brasil a liberdade.”***

Dom Pedro I, ao declarar a
Independência do Brasil

Decretos 124 e 125, de 29 de setembro de 1821, e a instalação das Juntas Provisionais, que ficariam subordinadas diretamente a Portugal. Após lido e tratado pelo Conselho, o documento, juntamente com uma carta da Imperatriz e outra de seu Ministro, foi enviado a D. Pedro pelo Major Cordeiro, acompanhado do estafeta Paulo Emílio Bregaro.⁽¹⁾

Tal acontecimento culminaria com a nossa in-





A coroação de Dom Pedro I
pintada por Jean-Baptiste Debret
Acervo: Palácio Itamaraty

dependência de Portugal, sem derramamento de sangue e sem guerras expressivas. Para Portugal, a separação do Brasil seria calamitosa em diversos segmentos, em especial no econômico. Portugal estava arrasado depois de tantos percalços devido às guerras napoleônicas, a administração francesa e depois a inglesa. Era necessária a manutenção das condições de comércio estabelecidas com o Brasil. Essas rompidas, agravariam ainda mais a situação econômica portuguesa.

No Brasil, como em Portugal, alguns historiadores, após analisarem as cartas trocadas entre D. Pedro e D. João, nos meses que antecederam o “7 de setembro”, cartas essas mais de pai para filho do que de Monarca para súdito, chegam a vislumbrar que, diante das circunstâncias que aqui se vivia e no crescente clima de liberdade, a nossa Independência nada mais teria sido do que fruto de uma brilhante estratégia de D. João VI e de D. Pedro. Independentemente de ter havido simulação ou emprego de estratégia, a verdade é que seria um remédio amargo para

Portugal, mas que evitaria derramamento de sangue e atenderia os interesses da Corte portuguesa, mantendo como primeiro Imperador do Brasil um Príncipe Regente de Portugal.

O cenário da Independência do Brasil ficaria registrado para a posteridade no quadro de Pedro Américo, representando o relato deixado pelo Major Francisco de Castro Canto e Mello, que fazia parte da comitiva de D. Pedro na viagem à São Paulo,

quando, após receber correspondências enviadas pela Princesa Leopoldina e José Bonifácio, assim teria pronunciado:

“Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo mais nos une.”

E retirando a braçadeira azul e branca que simbolizava Portugal, continuaria:

“Tirem suas braçadeiras, soldados. Vivas à Independência, à Liberdade e à separação do Brasil!”

Após desembainhar sua espada e erguê-la, continuou:

“Pelo meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade. É tempo! Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!”

Estava assim proclamada a nossa independência. Após as celebrações em São Paulo, D. Pedro chega ao Rio de Janeiro em 14 de setembro. ■

NOTA

(1) Ele é hoje o Patrono dos Correios do Brasil.

* Capitão de Mar e Guerra (RM1)

A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

1824

***“Viajante que passas, vai e diz
aos Lacedemônios que aqui
tombamos na defesa de suas leis.”***

Ellen Gracie Northfleet*

Nada é mais importante do que a Constituição. A Constituição corresponde ao pacto fundador de uma nação. Quando a teoria clássica especifica os elementos constitutivos do Estado e menciona território, povo e governo, quer significar pela expressão governo, o governo pela lei constitucional, que é superior a todos, governantes e cidadãos. Por isso, os bravos que acompanhavam Leônidas, no estreito das Termópilas não se sacrificaram por sua bela cidade, por seus templos e monumentos, por seus tesouros ou pela vida de seus concidadãos, mas por um modo de existência próprio, que era regido por suas leis.

Uma das marcas de valia de uma constituição está em sua longevidade. Sua duração no tempo dá marca da capacidade de seus redatores de formularem uma proposta de convívio social que resista às mutações do tempo e dos costumes. É esta capacidade de acomodação às

alterações que o tempo impõe a tudo quanto é humano que faz com que os textos constitucionais perdurem, e sejam capazes de empolgar a lealdade daqueles a quem governam.

Sob esta ótica, verificamos que a Constituição de 1824 resistiu às turbulências que desaguarão muitas vezes em rebeliões, desde sua outorga até a Revolução Praieira, de 1848. Verificou-se, a partir de então, até o final do período monárquico, uma extraordinária estabilidade político-institucional, que o País não voltou a experimentar.

Quando se consideram as disposições da Constituição de 1824, o que mais ressalta é a plasticidade de suas normas.

Surgida como carta outorgada, após o malogro da tentativa de funcionamento regular de uma Assembleia Constituinte – resultante das tendências absolutistas do nosso primeiro Imperador em contraste aos ruidosos ideais liberais dos constituintes – a Constituição de 1824, inobstante, serviu de parâmetro para a vida nacional por nada menos que 65 anos. Sua flexibilidade permitiu a implantação de fato do regime parlamentarista⁽¹⁾ e assegurou o retorno do Conselho de Estado, para efeito, entre outros, do exercício do Poder Moderador⁽²⁾.

Alguns autores sustentam que a própria República poderia ter sido instituída sob a égide da Constituição de 1824, posto que inexistente

A Constituição outorgada em 25 de março de 1824 conferiu amplos poderes ao monarca com a criação do Poder Moderador, que, nos termos do artigo 98, “é a chave de toda a organização política e é delegada privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante.”



a vedação que se repetiu em todas as constituições posteriores de apresentação de emendas que visassem à alteração da forma e do regime de governo⁽³⁾.

Desde logo, chama a atenção a limitação relativa aos temas a exigirem tramitação privilegiada. Segundo o art. 178, “*É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos, tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias*”. (grifo nosso)

Inúmeras leis ordinárias, de conteúdo nitidamente constitucional, completaram o arcabouço normativo do Império do Brasil. É o caso, por exemplo, da Lei de 18 de setembro de 1828, pela qual se deu a criação do Supremo Tribunal de Justiça⁽⁴⁾. A expedição desse normativo é a causa para que alguns estudiosos, equivocadamente, considerem o Supremo Tribunal de Justiça como o antecessor do Supremo Tribunal Federal. De minha parte, entendo, porém, que essa gênese data do Alvará de 10 de maio de 1808, quando da elevação da Relação do Rio de Janeiro a Casa da Suplicação do Brasil⁽⁵⁾. Tudo porque, na verdade, alterada a denominação da Casa de Justiça, e expandida sua competên-

cia, permaneceram em exercício seus membros componentes, tal como previsto na lei imperial. Não mais Casa de Suplicação, mas Supremo Tribunal de Justiça em transição pacífica, como ocorreria, mais tarde, no momento da República, com a instituição do Supremo Tribunal Federal.

Tendo sido redigida em momento em que se temia a fragmentação do território nacional, a Carta é centralizadora e faz depender do poder imperial a administração das províncias⁽⁶⁾. Foi com o Ato Adicional de 1834 que se flexibilizou essa orientação criando-se as Assembleias Legislativas Provinciais, ampliados os poderes fiscais, legais e administrativos das administrações locais.

Na contramão dessa tendência ao centralismo, os municípios assumiam papel de relevo naquilo que dissesse com seu peculiar interesse⁽⁷⁾. Essas disposições foram, ao depois, absorvidas pela primeira constituição republicana e ainda hoje se refletem no nosso texto maior. O Regimento das Câmaras Municipais, editado

pela Lei de 1º de outubro de 1828, dispôs com minúcias as atribuições, forma de eleição e funcionamento desses órgãos.

As atribuições do Poder Executivo, chefiado pelo Imperador, eram prevaletentes sobre os demais poderes, revelando a ambiguidade de seu autor, sempre dividido entre constitucionalismo e absolutismo⁽⁸⁾. A relação de quinze incisos do art. 102 inclui o poder exercido sobre a hierarquia eclesiástica, como nomear bispos e conceder beneplácito aos Decretos dos Concílios e Letras Apostólicas emanados da Igreja Católica.

Traço diferenciador da Constituição de 1824 é a presença de um Poder Moderador⁽⁹⁾ que, nos termos do art. 98, “*é a chave de toda a organização política e é delegada privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos*” (grifo nosso). A amplitude de poderes contidos neste mecanismo de governo revelou-se a um tempo excessiva, enquanto exercitada pela personalidade mercurial de D. Pedro I; e, de outra parte, fator de estabilidade, enquanto zelosamente administrada por seu filho. De onde concluir-se que o sucesso da adoção desta fórmula de contenção das exacerbações da vida política se deveu à personalidade responsável e conciliadora de nosso segundo imperador⁽¹⁰⁾.

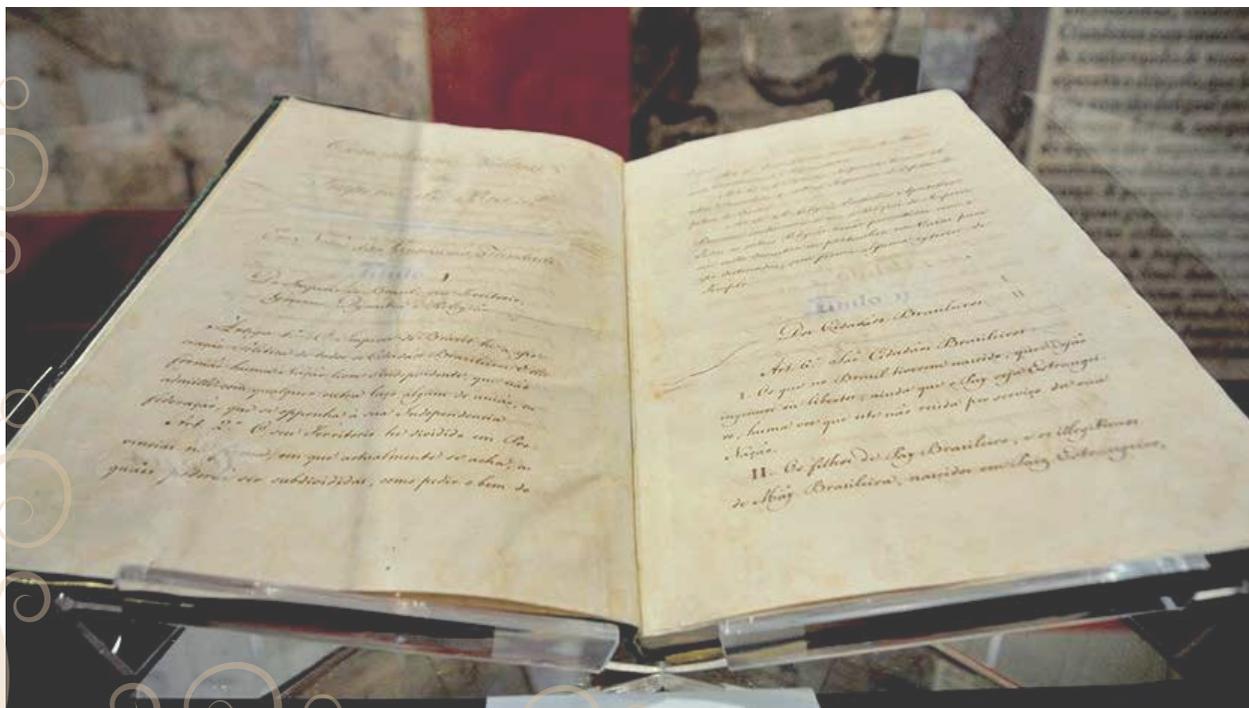
Para auxiliar no exercício do Poder Modera-

dor, contava o monarca com o Conselho de Estado. O primeiro Conselho, considerado pelos integrantes do Legislativo como excessivamente português e submisso a D. Pedro I, foi suprimido após sua abdicação, pelo Ato Adicional de 1834. Anos mais tarde, D. Pedro II, ao ser proclamado maior, procedeu a sua restauração.

Já o Poder Legislativo era composto por uma Câmara de Deputados eleitos e um Senado de membros vitalícios. Nele se sucederam ao longo do Império majorias de liberais e conservadores. A Constituição atribui em caráter privativo ao corpo eleito atribuições de grande relevância, como as deliberações sobre tributação e recrutamento.

Na sua versão original, a Carta previa eleições realizadas em duas etapas (eleições indiretas), nos termos do art. 90: “As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral e dos membros dos Conselhos Gerais das Províncias serão feitas por eleições indiretas, elegendos a massa dos cidadãos ativos em Assembleias Paroquiais os eleitores de Província, e estes, os Representantes da Nação e Província”. Dessas eleições primárias (paroquiais) participavam os brasileiros e estrangeiros naturalizados que tivessem renda líquida anual de cem mil réis “por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos”. Restrições de faixa etária (menores de

A Constituição do Império do Brasil, de 1824, documento histórico sob a guarda do Arquivo do Senado Federal



vinte e cinco anos), de dependência econômica (os filhos-famílias), ou de atividade (criados de servir e religiosos enclausurados) também eram previstas. Já o voto feminino não era cogitado e só veio a ser permitido no Brasil em 1932. Para a eleição de deputados, senadores e membros dos Conselhos de Província, só acudiam os cidadãos que gozassem de renda líquida anual superior a duzentos mil réis. Já dos candidatos exigia-se renda líquida anual de quatrocentos mil réis, que professassem a religião oficial e fossem brasileiros natos. Foi apenas com a Lei Saraiva, de 1881, que as eleições tornaram-se diretas, embora ainda censitárias.

A Constituição assegurava a vitaliciedade dos juízes. Todavia, submetia-os ao Imperador, na medida em que o art. 154 criava a penalidade de suspensão, a ser aplicada “*por queixas contra eles feitas*”. Ficava assegurado o procedimento para aplicação da punição: “*precedendo audiência dos mesmos juízes, informação necessária, e ouvido o Conselho de Estado*”. Não eram asseguradas, porém, a inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, garantias que foram incorporadas nas constituições posteriores. Desde então, prevaleceu, como penalidade máxima para o mau exercício das funções, a aposentadoria compulsória⁽¹¹⁾. A competência censória do Imperador estendia-se a decisões jurisdicionais que não estivessem consoantes com o entendimento do soberano⁽¹²⁾. Logo, como apontado pelos historiadores do período, não era o Poder Judiciário, à época, um poder independente.

Não fora por isso, havia também a possibilidade de intromissão legislativa nas atribuições que hoje consideramos próprias do Poder Judiciário. Tudo porque o art. 15 da Constituição conferia à Assembleia Geral (reunião de Câmara e Senado) a atribuição de “*fazer leis, interpretar-las, suspendê-las e revogá-las*”. Todavia, por inércia do Legislativo, a tarefa interpretativa acabou sendo exercida pelo Executivo, e resultou no asoberbamento do Conselho de Estado pelas consultas encaminhadas por juízes de todo o País a respeito de interpretação de lei, causando excessiva delonga no julgamento das causas.

Não havendo provisão que assegurasse a uniformização da jurisprudência, o Conselheiro Nabuco “chamava atenção, no seu relatório anual, enviado à Câmara, para a ‘*anomalia que os Tribunais inferiores possam julgar em matéria de direito, o contrário do que decidiu o primeiro Tribunal do Império*’”⁽¹³⁾. Este dilema só veio a encontrar solução em 1875, quando foi trans-

formado em lei projeto apresentado 34 anos antes, pelo Visconde de Maranguape, Caetano Lopes Gama. Ficou, a partir daí, autorizado o Supremo Tribunal de Justiça a “*tomar assentos*”, vale dizer, a interpretar, em última instância, as disposições legais, orientação a ser seguida pelas instâncias inferiores. No período republicano, apenas através da Emenda Constitucional nº 45/2004 vieram a ser introduzidos mecanismos eficazes de uniformização de jurisprudência.

Em matéria de desjudicialização, o Brasil está, na atualidade, retomando uma orientação da Constituição de 1824⁽¹⁴⁾. Exigia o art. 161 que “*Sem se fazer constar que se tem intentado o meio de reconciliação, não se começará processo algum*”.

Outra disposição interessante em matéria de pacificação da vida social era a instituição do Juiz de Paz (art. 162). Esse magistrado, eleito pela comunidade a que devia servir, exercia funções de verdadeiro mediador de pequenas causas, para solucionar as querelas de pequena monta e consequências.

Um catálogo bastante completo de direitos civis⁽¹⁵⁾ foi inserido no art. 179 que afirmava “*A inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império*”.

Fato pouco conhecido é que o texto da Constituição de 1824, com as adaptações necessárias, foi reproduzido na Carta outorgada a Portugal em 1826, pelo mesmo monarca, sob o título de Pedro IV, no brevíssimo período em que reinou, antes de renunciar em favor de sua filha, Dona Maria da Glória. Sua vigência em terras portuguesas estendeu-se até 1910⁽¹⁶⁾. ■

NOTAS

(1) O que se deu com a edição do Decreto nº 523, de 20 de julho de 1847: “Tomando em consideração a conveniência de dar ao Ministério uma organização mais adaptada às condições do sistema representativo: Hei por bem criar um Presidente do Conselho dos Ministros, cumprindo ao dito Conselho organizar o seu regulamento que será submetido a minha imperial aprovação”.

(2) “Assim concebida, a Constituição, com sua única emenda, o Ato Adicional de 1834, serviu tanto às monarquias de D. Pedro I e de seu filho e sucessor, D. Pedro II quanto à chamada ‘*experiência republicana*’ representada pelo período regencial que se estende do Sete de Abril, em 1831, à maioria do Imperador, em 1840. Sem que fosse necessário tocar em qualquer dos seus artigos, se instituiu, embora nela não estivesse prevista, a praxe do governo parlamentar, a partir da criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847, por

simples decreto do Executivo. Da mesma forma, passamos do voto indireto à Lei Saraiva, em 1881, matéria que, por sinal, gerou memorável polêmica, exatamente porque a escolha do sistema de eleição em dois graus, instituído em 1822, para a escolha dos Constituintes de 1823, constava expressamente do texto constitucional. Experimentamos o sistema distrital, alteramos sensivelmente a legislação eleitoral e, mantendo intocada a Constituição, realizamos, em suma, virtualmente, todas as mudanças que o país conheceu nesse período, sem que ninguém pensasse ou sentisse necessidade de reformar a velha Carta, de 65 anos de duração". Octaciano Nogueira, *Constituições Brasileiras: 1824, Brasília, Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999, p. 16.*

(3) Constituição Federal, art. 60, § 4º.

(4) Art. 1º O Supremo Tribunal de Justiça será composto de dezessete Juizes letrados, tirados das Relações por suas antiguidades, e serão condecorados com o título do Conselho; usarão de béca e capa; terão o tratamento de excellencia, e o ordenado de 4:000\$000 sem outro algum emolumento, ou propina. E não poderão exercitar outro algum emprego, salvo de membro do Poder Legislativo, nem accumular outro algum ordenado. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir, sem que por isso deixem de continuar no exercicio desses Tribunaes, em quanto não forem extinctos. (grifo nosso)

(5) É o seguinte o teor do Alvará de 10 de maio de 1808: Art. 1º A Relação desta Cidade se denominará Casa da Suplicação do Brasil, e será considerada como Superior Tribunal de Justiça, para se findarem ali todos os pleitos em última Instância por maior que seja o seu valor, sem que das últimas sentenças proferidas em qualquer das Mesas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso, que não seja o das Revistas nos termos restritos do que se acha disposto nas Minhas Ordenações, Leis e mais Disposições. E terão os Ministros a mesma alçada que tem os da Casa da Suplicação de Lisboa. (grifo nosso)

(6) Constituição de 1824, art. 165. Haverá em cada província um presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender que assim convém ao bom serviço do Estado.

(7) Constituição de 1824, art. 167. Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se criarem, haverá Câmaras, às quais compete o governo econômico e municipal das cidades e vilas.

(8) Segundo Isabel Lustosa, "Durante o primeiro ano de sua Regência ele foi franca e sinceramente português. No ano seguinte, depois do Fico e da Independência, foi franca e sinceramente brasileiro. Depois da dissolução da Constituinte, era novamente português, e eram portugueses seus ministros e as pessoas que o cercavam e, apesar do liberalismo da Carta que outorgou, a maior parte de suas ações, de 1824 a 1826, foram as de um déspota". LUSTOSA, Isabel, D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 173.

(9) "Pode-se mesmo dizer que o Poder Moderador moldou o regime político que tivemos nos 65 anos de duração da Carta

de 24. É a sua concepção, em última análise, que impulsiona a monarquia constitucional no caminho de seu papel ativo, em contraste com o papel passivo das monarquias parlamentares. Chamado com muita propriedade de Poder Real, Poder Imperial, Poder Neutro ou Poder Conservador, a sua concepção é atribuída, por Jellinek (*L'État Moderne et son Droit*), a Clermont-Tonnerre e Benjamin Constant. Na prática, porém, foi aplicado apenas no Brasil e esta é uma das singularidades da Constituição Política do Império". NOGUEIRA, Octaciano, *Constituições Brasileiras: 1824, Brasília, Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999, p. 44.*

(10) Segundo Octaciano Nogueira, foi o "Poder Moderador um instrumento cuja aplicação dependia menos de sua concepção teórica do que das convicções de quem o exercia".

(11) Octaciano Nogueira relata: "fato conhecido da biografia de Joaquim Nabuco sobre seu pai, o Conselheiro Nabuco de Araújo, como 'o desembarque de Serinhaém', e consistiu na aposentadoria de dois e na transferência de um terceiro juiz da Relação de Pernambuco, por terem, em julgamento da violação da lei que puniu e suspendeu o tráfico, em 1850, absolvido réus importantes da Província que o Governo entendia culpados por convênia e omissão num desembarque clandestino de africanos ocorrido em Serinhaém".

(12) Os incisos VIII e IX do art. 101 preveem o poder de perdoar ou moderar as penas impostas aos réus condenados por sentença e a concessão de anistia.

(13) NOGUEIRA, Octaciano, *Constituições Brasileiras: 1824, Brasília, Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999, p. 40.*

(14) Código de Processo Civil/2015, § 3º do art. 3º: A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

(15) Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cívicos e Políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte (...)

(16) A Carta vigorou durante três períodos:

- o primeiro entre Julho de 1826 e Maio de 1828, data em que D. Miguel convocou os três Estados do Reino, que o aclamaram rei e decretaram nula a Carta Constitucional;

- o segundo iniciou-se em Agosto de 1834, com a vitória do Partido Liberal na Guerra Civil e a saída do País de D. Miguel, e termina com a revolução de Setembro de 1836, que proclama de novo a Constituição de 1822 até se elaborar nova Constituição, o que sucedeu em 1838;

- o terceiro período começa com o golpe de Estado de Costa Cabral, em Janeiro de 1842, e só termina em 1910, com a República. Durante este último período sofreu três revisões profundas, em 1852, 1885 e 1896.

* Ministra do Supremo Tribunal Federal entre 2000 e 2011

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

ASPECTOS MILITARES

Francisco Eduardo Alves de Almeida*

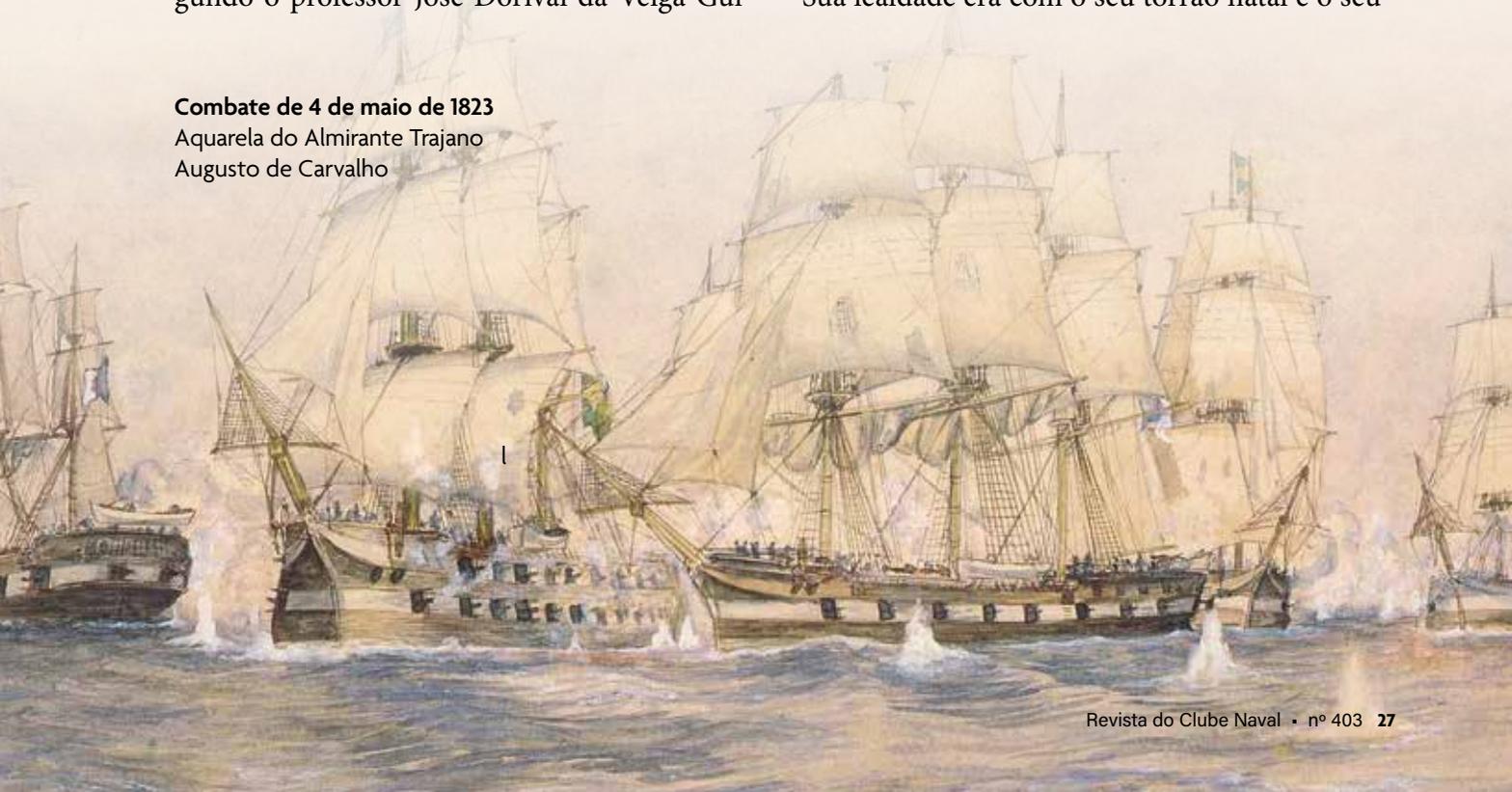
Neste ano comemora-se os duzentos anos da Independência do Brasil, evento marcante da nacionalidade brasileira. O dia 7 de setembro marcou o início de um processo histórico que culminou na separação definitiva do Brasil de Portugal. Criava-se assim um novo Estado monárquico de origem portuguesa encravado naquela distante América do Sul, circundado por repúblicas belicosas de cultura e tradição espanholas. O que efetivamente Dom Pedro criou naquele dia foi um novo Estado e não uma Nação.

Os elementos que constituem um Estado são o povo, o território e seu aparelho de poder. Segundo o professor José Dorival da Veiga Gui-

marães, o Estado difere da Nação que corresponderia a um conjunto homogêneo de pessoas ligadas entre si por vínculos permanentes de sangue, idioma, religião, cultura e ideais. Como se percebia o habitante daquele Brasil meses antes da declaração de independência? Carlos Fino, em uma bela tese de doutorado defendida na Universidade do Minho e Universidade de Brasília, argumentou que a nacionalidade brasileira inexistia em 1822. Se perguntado ao nativo como ele se definia naquela colônia de Portugal, certamente ele diria que era pernambucano, nascido em Recife e súdito da Coroa portuguesa. Em momento algum diria ser brasileiro. Sua lealdade era com o seu torrão natal e o seu

Combate de 4 de maio de 1823

Aquarela do Almirante Trajano
Augusto de Carvalho





A Batalha de Pirajá, marco na chamada Independência da Bahia
Mural de Carybé

rei. O próprio conceito de nacionalidade teve o seu início com a Revolução Francesa quando se criou o conceito de “cidadão” não mais ligando sua lealdade ao monarca, mas sim a um Estado-Nação, uma entidade política de cariz psicológico-social. Não à toa os revolucionários franceses criaram a Marianne, uma idealização daquela república jovem, bela e generosa que “protegeria” todos os cidadãos, como um traço de união espiritual do povo com a Nação.

Assim pode-se afirmar que não existiam “brasileiros nacionais” em 1822, mas sim súditos do Rei de Portugal, muitos ligados por sangue aos portugueses com vínculos parentais. O “ser brasileiro” foi um processo relativamente longo. As revoltas regenciais ocorridas logo depois do processo independentista foram bem mais sangrentas que a Guerra da Independência e ainda apontavam para interesses locais, alguns até de cunho republicano. Segundo percebo, o “ser brasileiro” teve o seu início na Guerra da Tríplice Aliança em 1864 quando paulistas, gaúchos, mineiros e habitantes oriundos de outras províncias se viram juntos lutando contra um inimigo comum, Solano Lopez, em prol do Estado e da Nação brasileira. Antes imperava o regionalismo e os interesses locais provinciais em detrimento dos interesses “nacionais”. Dentro dessa visão é que teremos que observar a Guerra da Independência, a criação de um novo Estado e o início do povo nativo se transformando em povo “brasileiro”. A Guerra da Independência dessa maneira para Sergio Buarque de Holanda nada mais foi que “um simples episódio de

uma guerra civil de portugueses iniciada em 1820 com a revolução liberal do Porto”. Talvez por essa razão o nível de violência do processo de independência tenha sido menor que os processos nos Estados Unidos da América, na Argentina e na Venezuela/Colômbia.

Dentro dessa perspectiva e com o propósito de consolidar o novo Império do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, com sua larga visão estratégica, percebeu que era fundamental o controle do mar para impedir o reforço de tropas portuguesas vindas da metrópole, apoiar com fogo naval os desdobramentos em terra, bloquear os portos controlados pelo inimigo e transportar tropas leais, principalmente da Corte, para os locais onde houvesse resistência ao processo de independência, a Cisplatina, o Pará, o Maranhão/Piauí e, em especial, a Bahia onde se localizava o maior contingente português no Brasil sob o comando do General Madeira de Melo. Por este motivo, no processo de independência o papel da Marinha foi primordial. Sem ela não haveria o Brasil que conhecemos hoje e, por certo, as províncias do Norte se manteriam ligadas a Portugal. Bonifácio tinha que criar uma esquadra a partir do nada.

Três aspectos foram por ele abordados. O primeiro foi a questão dos meios de combate que foram arregimentados, apresando navios portugueses no Brasil, reparando outros navios lusitanos avariados, comprando navios no ex-

terior com subscrição popular, doação pessoal de Dom Pedro e de outros envolvidos na independência. Quanto aos recursos, foram obtidos empréstimos internos e externos para as compras apontadas e, por fim, a arregimentação de portugueses aderentes, a inserção de poucos nativos em condições de combate e, a mais importante, a contratação de estrangeiros, a maioria de britânicos disponível no mercado em razão do fim das guerras napoleônicas. Dessa maneira montou-se uma força naval composta de uma nau, quatro fragatas, três corvetas, nove brigues e doze escunas com um total de 4.065 homens embarcados e 449 canhões.

Durante a campanha da independência ocorreram três batalhas ou combates significativos. O primeiro, a célebre Batalha de Pirajá ocorrida em 8 de novembro de 1822 que constituiu-se em um marco na chamada independência da Bahia. Esse combate envolveu cerca de cinco mil beligerantes nos dois lados, sendo as forças portuguesas comandadas pelo General Madeira de Melo, enquanto as tropas imperiais foram comandadas pelo General francês Pierre Labatut, contratado por Dom Pedro, com larga experiência nas guerras napoleônicas e nas campanhas na América espanhola.

Um fato inusitado sempre lembrado foi quando o Major Barros Falcão, subordinado de Labatut, ordenou ao corneteiro Luís Lopes o toque de retirada para sua força muito combatida pelo ataque lusitano. Por sua própria conta, Lopes tocou “cavalaria avançar e degolar” o que fez com que os portugueses entrassem em pânico e recuassem, imaginando uma carga robusta de uma cavalaria que era no fundo inexistente. Essa ação fez com que a vitória fosse de Labatut. Não se tem ideia do número de mortes nessa batalha. Inácio Acioli de Cerqueira e Silva supõe em 85 mortes sendo dessas, oitenta de lusitanos. Outros imaginam um número maior de mortos, talvez duzentos. Seja como for, ela foi importante naquele momento

inicial do processo emancipatório.

Um segundo combate pouco comentado na historiografia nacional foi a Batalha de Jenipapo, ocorrida na Vila de Campo Maior no Piauí em 13 de março de 1823. Nesse combate foram envolvidos dois mil combatentes piauienses sob o comando de Luiz Rodrigues Chaves, Leonardo Castelo Branco e Francisco Inácio da Costa confrontando 1.500 soldados portugueses sob o comando do Major Fidié, experimentado soldado que participara da campanha da Península nas guerras napoleônicas. A vitória portuguesa foi total e as tropas locais tiveram muitos mortos quando comparadas às lusitanas. Presume-se mais de duzentos mortos nordestinos contra apenas vinte portugueses. Muitos caíram prisioneiros de Fidié. Trata-se de um combate que teve grande significação para o futuro estado do Piauí, tanto que a data da batalha consta de sua bandeira logo abaixo da estrela encimada à esquerda no pavilhão.

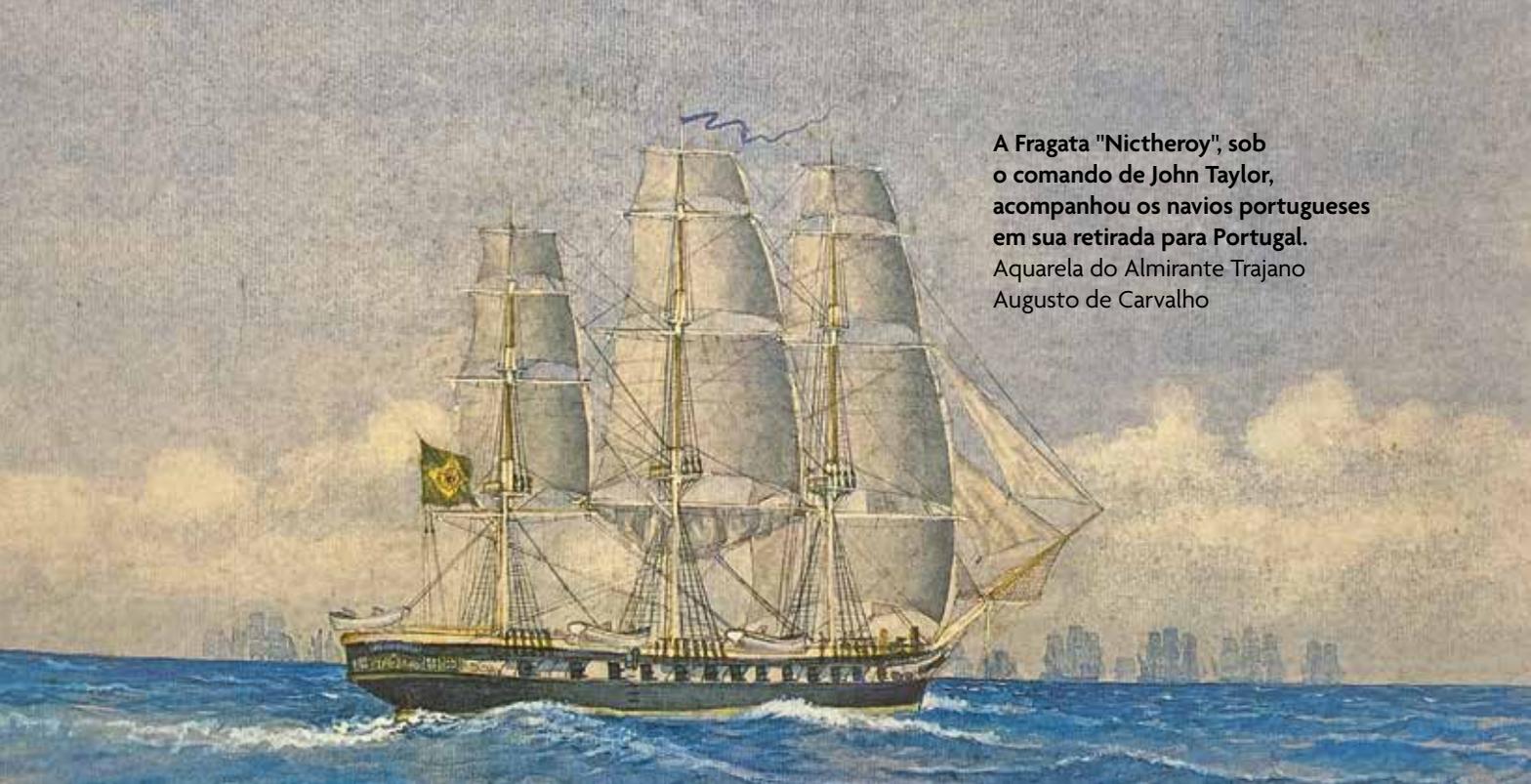
Por fim, o último combate de relevância foi naval, o combate de 4 de maio de 1823 quando uma força naval de sete navios imperiais sob o comando de Lorde Thomas Cochrane, combatente escocês contratado por Dom Pedro, se defrontou em frente a Salvador contra uma esquadra portuguesa comandada pelo Almirante Felix de Campos. Cochrane no início do confronto utilizou a mesma tática usada por Nelson em Trafalgar, o rompimento do centro da

formatura de Felix de Campos. Em princípio obteve sucesso, no entanto ao recarregar a munição para outra bordada contra os navios inimigos, os portugueses aderentes se negaram a atirar contra os seus patrícios, o que obrigou Cochrane a se retirar do combate. Essa ação pode ser considerada inconclusiva pois embora os

lusitanos tenham conseguido afastar os navios imperiais, ao final Cochrane voltou de Morro de São Paulo, próximo de Salvador e bloqueou esse porto. Não se tem certeza do número de mortos nesse combate. Atrevo-me a considerar um máximo de quinze mortos em ambos os lados.



Lorde Thomas Cochrane, combatente escocês contratado por Dom Pedro I para comandar a Marinha brasileira



A Fragata "Nichteroy", sob o comando de John Taylor, acompanhou os navios portugueses em sua retirada para Portugal. Aquarela do Almirante Trajano Augusto de Carvalho

Embora inconclusivo, esse combate demonstrou a impossibilidade de manutenção da tropa portuguesa na Bahia e a sua retirada para Portugal foi inevitável. No dia 2 de julho de 1823, os navios portugueses se retiraram do Brasil definitivamente, acompanhados pela Fragata "Nichteroy" sob o comando do destemido John Taylor.

Um incidente muito discutido na historiografia naval foi a questão do Brigue "Palhaço", em Belém do Pará. John Grenfell, subordinado de Cochrane, recebeu a incumbência de suprimir a revolta no Pará que insistia em se manter unido a Portugal. Para lá se dirigiu e, depois de idas e vindas, conseguiu controlar a insurreição, depois de muitos fuzilamentos e execuções. Duzentos e cinquenta presos foram recolhidos ao porão do Brigue "Palhaço", porém, em razão da falta de ar nesse compartimento, todos morreram sufocados só sobrevivendo um revoltoso. Pode-se considerar como um ato cruel de difícil entendimento. Qualquer guerra sempre apresenta atos cruéis. Grenfell acabou sendo levado à Corte Marcial porém foi inocentado, em razão das próprias condições bárbaras do conflito de difícil controle e de sua bela ficha progressa no serviço do Império.

Um dos aspectos mais polêmicos e problemáticos na discussão dos duzentos anos da independência tem sido o papel de Thomas Cochrane e sua importância para a criação da Marinha Imperial. Como historiador com formação acadêmica e oficial de Marinha labu-

tando na área de ensino desde 2007 na Escola de Guerra Naval tenho algumas questões que trago à consideração dos leitores. Os detratores de Cochrane o chamam de mercenário, de interessado apenas em dinheiro e desonesto em razão do desfalque na Bolsa de Londres. Nada mencionam de sua liderança em combate, capacidade de organização, de sua lealdade às tripulações não se importando se elas fossem britânicas, norte-americanas ou nativas, de sua exposição ao perigo, de seu destemor e, o mais importante, de sua fidelidade ao compromisso de defender o Império do Brasil. Vamos analisar cada crítica sob o ponto de vista histórico e historiográfico.

O conceito de "mercenário" nos séculos 18 e 19 é totalmente diferente do que é hoje. Hoje percebemos um mercenário como um soldado da fortuna, inescrupuloso e sedento por sangue ao sabor de quem lhe pague melhor e mais rápido. Nos séculos precedentes não era essa a percepção de "mercenário". Cochrane fora contratado para realizar uma tarefa totalmente lícita, reconhecida pelas leis vigentes, expondo sua vida para organizar uma Marinha em um país que estava sendo criado. Não podemos esquecer que o nacionalismo como entendemos hoje não existia ainda no Brasil. Ele era um profissional contratado para um trabalho. Era conhecido e reverenciado na Corte Imperial e pelo Imperador. Recebia dinheiro por seu trabalho? Sim, recebia. Na Marinha britânica se um oficial ou praça não recebesse um salário ele

automaticamente se recusava a combater, daí a instituição do 'half pay' para oficiais, que era o compromisso de se manter ligado à Marinha pelo pagamento de metade do soldo enquanto afastado. Assim o "mercenarismo", ou aquilo que quiserem chamar, tem outra conotação naquele tempo. Não podemos nos esquecer que Grenfell perdeu um braço em combate e Sheperd morreu em ação em Carmem de Patagones. Ambos eram "mercenários".

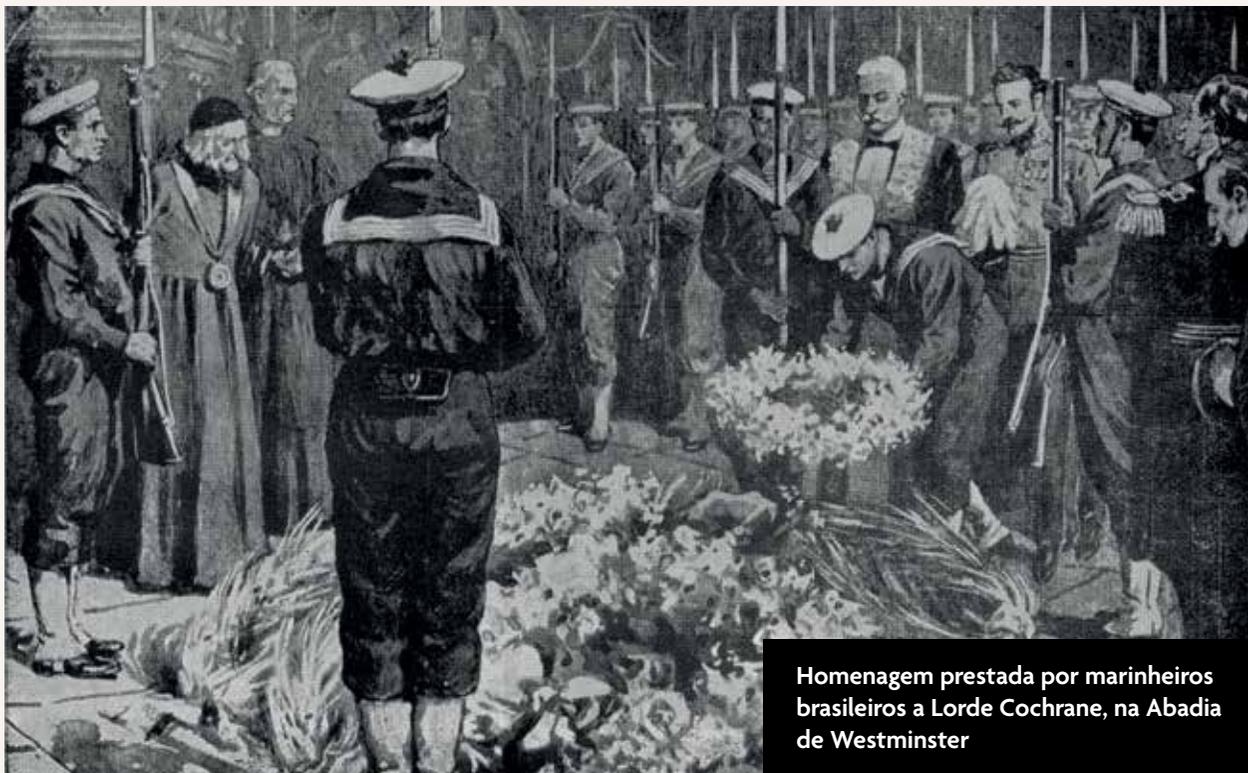
Outra alegação era que ele só pensava em dinheiro e nos navios-presa que conquistava. Isso é verdade, não nego. Nelson também era assim. Por sua vitória no Nilo e os navios destruídos ou capturados, Nelson recebeu de presas o total de 2.358 libras, uma fortuna na época, quantia que fez questão de receber. Era o preço pelo seu serviço pelo Rei Jorge III. O historiador britânico John Sugden, em sua bela biografia de Nelson, apontou que "naqueles dias o valor das presas capturadas, uma vez consideradas legítimas pelos tribunais de presas, era distribuído entre os seus captores como incentivos ao dever, e Nelson, como qualquer oficial de Marinha, ansiava suplementar seu modesto salário pelo dinheiro das presas".

Cochrane era da escola de Nelson. Na Armada britânica, assim como em quase todas as Marinhas de destaque da época, existiam os chamados Tribunais de Presas que eram cons-



Lápide do túmulo de Cochrane onde está gravado, em inglês:

*Aqui repousa, no seu 85º ano, Thomas Cochrane, 10º Conde de Dundonald, Barão Cochrane de Dundonald, de Paisley e de Ochiltree, par da Escócia, Marquês do Maranhão, no Império do Brasil, G.C.B. e Almirante de Esquadra. O qual, pela confiança que seu gênio, sua ciência e seu extraordinário destemor, inspirados por suas heróicas façanhas na causa da liberdade e seus esplêndidos serviços, tanto para seu país, como para a Grécia, o Brasil, o Chile e o Perú, conquistou um nome ilustre através do mundo, pela coragem, patriotismo e cavalheirismo.
Nascido em 14-12-1775
Falecido em 31-10-1860*



Homenagem prestada por marinheiros brasileiros a Lorde Cochrane, na Abadia de Westminster

tituídos para julgar se a presa era legal e, sendo assim, considerava-se vender tanto o navio como a carga. Esses valores eram divididos da seguinte forma pela tripulação captora da presa: pela lei de 1808 da Royal Navy, o comandante do navio recebia 1/4 (podia ser dividido com o almirante comandante), os tenentes 1/8, os suboficiais 1/8 e a guarnição 1/2 do valor geral da captura. Isso era legal e obrigatório. Assim, os bons comandantes de navios apresadores não tinham problema de voluntariado. Todos queriam sua parte no butim de capturas. Cochrane não tinha nenhuma dificuldade em guarnecer os seus navios pois era muito eficiente em capturas. Dessa maneira, o contrato com Dom Pedro estabelecia a questão das presas como fundamentais. E ele assim acreditou durante a guerra. Capturou muitos navios portugueses. Entretanto, quando essas presas eram submetidas a um Tribunal de Presas composto de portugueses, esses alegavam irregularidades na captura chegando ao ponto de querer processá-lo com pena pecuniária. Isso irritava não só a Cochrane, mas as tripulações que o pressionavam. O contrato não estava sendo cumprido pelo Imperador. O ponto crítico ocorreu no Maranhão quando, premido pelas tripulações, resolveu se apropriar dos recursos da Junta maranhense e distribuir esses recursos entre seus subordinados. Assim, desgostoso com o tratamento a ele dispensado, retornou à Inglaterra na Fragata “Piranga”, que depois foi devolvida ao Brasil. Em respeito ao Brasil, ao chegar em Portsmouth manteve o pavilhão imperial içado na “Piranga”. Após a sua morte, o governo brasileiro reconheceu que ele tinha razão e pagou a seus herdeiros 260 contos de réis a título de indenização, o valor correspondente à dívida imperial.

Por fim, a questão da fraude na Bolsa de Valores de Londres. O historiador Donald Thomas, na melhor biografia já escrita em língua inglesa sobre Cochrane, indicou por meio de documentação primária original que houve um conluio do tribunal que o julgou com almirantes desafetos de Cochrane com o objetivo de condená-lo. O juiz do processo foi Lorde Ellenborough, que era amigo de St. Vincent, e Lorde Gambier, inimigos declarados de Cochrane. Em verdade, seu tio é que esteve à frente na fraude, porém, por ingenuidade ou até inabilidade, Cochrane veio a perder o processo tendo sido preso e obrigado a pagar uma indenização pelos danos provocados na Bolsa de Valores. Para Donald Thomas, Cochrane foi condenado injustamente. Talvez no futuro possamos, como uma Marinha deve-

dora de seus serviços, prestar uma homenagem à altura da importância de Cochrane. A Marinha chilena anualmente comparece em maio ao túmulo do almirante em Westminster para apor uma coroa de flores em seu túmulo como uma justa homenagem a seu fundador. Existe uma fragata na Armada chilena com o nome de “Cochrane”. Na Marinha Real britânica já existiu navio com o nome “Cochrane” (um cruzador couraçado) assim como uma instalação naval de apoio logístico com o seu nome.

A Guerra da Independência transcorreu por um espaço de pouco mais de dois anos. Neste ano completamos duzentos anos desde aquele memorável 1822. Como historiador e oficial de Marinha não faço previsões sobre o futuro. Desejo apenas que possamos desfrutar de mais duzentos anos de sucesso na trajetória dessa jovem Nação brasileira com paz, prosperidade e com sentido de grandeza nas suas aspirações, estudando sempre o passado com o olho no futuro. Como dizia o grande historiador alemão Johann Gustav Droysen “a partir das finalidades humanas, do fervor ou da paixão com a qual se vive, a história constitui suas forças impulsoras, seus atrativos e seus efeitos sobre as massas”. ■

REFERÊNCIAS

- DONATO, Hernani. Dicionário de Batalhas Brasileiras. São Paulo: Ibrasa, 1987.
- DROYSEN, Johann Gustav. Manual de Teoria da História. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FINO, Carlos. Portugal-Brasil. Raizes do Estranhamento. Lisboa: Lisbon International Press, 2021.
- GUIMARÃES, José Dorival da Veiga. Ciência Política. Princípios fundamentais do Estado. São Paulo: Edipro, 2000.
- MAIA, Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- PEREIRA, José Rodrigues. Campanhas Navais 1807-1823. Lisboa: Tribuna, 2005.
- SILVA, Inácio Acioli de Cerqueira e Silva. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. T2. Florianópolis: Biblioteca Digital de Literatura de Língua Portuguesa, UFSC. 1835.
- SUGDEN, John. Nelson a dream of glory. London: Ramdon House, 2004.
- THOMAS, Donald. Cochrane, britannia sea Wolf. London: Wellington House, 1999.
- VALE, Brain. A criação da Marinha Imperial In: GUEDES, Max Justo. História Naval Brasileira. V3, T1. Rio de Janeiro: SDM, 2002.
- VINCENT, Edgar. Nelson. Love and Fame. Reading, UK: Yale University Press, 2003.

* Capitão de Mar e Guerra (Ref^o)

O REINO UNIDO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Após os eventos que consubstanciaram a guerra de Independência do Brasil, onde sua recém-formada Marinha teve papel fundamental, houve a necessidade de se travarem “batalhas” no ambiente diplomático europeu, com uma grande complexidade de atores e fatores. O Reino Unido teve um papel preponderante neste processo e um personagem foi fundamental neste caso: George Canning (1770-1827).

Vinicius Mariano de Carvalho*¹
José Cláudio Oliveira Macedo*²

Este político e diplomata britânico desempenhou diversas funções políticas durante sua carreira. Ele era o *Foreign Secretary* (o correspondente ao ministro de relações exteriores do Reino Unido) entre 1807 e 1809, durante o período em que a Corte portuguesa transfere-se para o Brasil, escapando dos avanços de Napoleão. Seu papel foi fundamental em garantir o suporte fornecido pelo Reino Unido na transferência da Corte. Canning já havia tido outras funções relevantes antes disso e uma que se destaca foi a de *Treasurer of the Navy*, de 1804 até 1806. Nesta função



George Canning teve papel importante no apaziguamento das rebeliões contra a Independência do Brasil e no reconhecimento político deste ato por Portugal.

pôde conhecer bem as capacidades e limitações da *Royal Navy*. Isso foi crucial na maneira como, posteriormente, pôde assegurar o apoio da Marinha Real Britânica na transferência da Corte portuguesa para a então colônia do Brasil.

Posteriormente, entre 1814 e 1815, foi também Embaixador britânico em Portugal, país de grande importância para o Reino Unido naquela época, pois tê-lo como aliado assegurava os interesses britânicos na Europa continental e contrabalançava as influências francesas na região.



Sir Charles Stuart, Embaixador britânico em Lisboa nomeado por Canning, foi o principal negociador com o Reino de Portugal para o reconhecimento da Independência do Brasil. Pintura de George Hayter

Quando a Independência do Brasil é proclamada por D Pedro, Canning estava outra vez no posto de *Foreign Secretary*, cargo que ocupou de 1822 até sua morte em 1827. Foi, portanto, quem se ocupou completamente das negociações para o reconhecimento da Independência do Brasil.

Nos primeiros anos após a proclamação da independência, as Cortes Portuguesas obviamente não concebiam que sua mais importante colônia e fator de estabilidade econômica se libertasse. O colapso das Cortes em Portugal levou o país a um estado revolucionário, dividido politicamente entre os “Miguelistas” que reclamavam a volta de um absolutismo; o grupo pró-França, liderado pelo Primeiro-Ministro Subserra; e um grupo pró-Inglaterra, sob a liderança do Ministro de Relações Exteriores, Palmella. Por sua posição de Primeiro-Ministro, Subserra manteve o Reino Unido sem grande capacidade de manobra entre os anos 1823 e 24. Não havia dúvida, contudo, que George Canning era uma figura fundamental naquela situação da proclamação da Independência do Brasil. As relações entre Portugal e Inglaterra eram consolidadas por mais de quatro séculos, e neste período, por muitas vezes, foi o Reino

Unido que agiu como uma barreira, prevenindo que a Espanha “assimilasse” o reino lusitano. Do ponto de vista comercial, os portos de Portugal eram essenciais para o comércio marítimo inglês e para a *Royal Navy*, assegurando um posto avançado para os navios de guerra.

Canning tinha em sua mesa um grande dilema. Ainda que o processo de Independência do Brasil fosse um problema interno para Portugal, uma não interferência britânica teria consequências de longo prazo. Se apoiasse a independência, faria com que o grupo pró-França em Lisboa buscasse uma aliança continental, excluindo a Inglaterra. Se não apoiasse, perderia a grande oportunidade de estabelecer um grande e novo parceiro comercial definitivamente relevante para a economia britânica.

A Corte portuguesa, em resposta à “revolta do Brasil”, estabeleceu condições para uma possível reconciliação e, em instruções secretas de 22 de julho de 1823, Subserra determinou-as: o Rei de Portugal reconheceria Dom Pedro como Regente do Brasil, que poderia ter sua constituição e administração. Porém, as leis deveriam estar de acordo com as constituições do reino de Portugal. Cidadania e gastos com diplomacia e com a Marinha seriam comuns para os dois países. O Rei de Portugal definiria a política externa e nomearia embaixadores e o Regente do Brasil poderia indicar apenas cônsules. Independência de fato não seria aceita ou negociada por Portugal.

Essas condições não foram nem sequer discutidas no Brasil, que não admitia nada menos que total independência. Era óbvio que, sem uma moderação e mediação externa, um acordo não seria alcançado. E aqui Canning aproveitou a oportunidade, pois seria de grande vantagem para a Inglaterra ter uma monarquia constitucional estável na América, para contrapor à influência dos Estados Unidos. Canning trouxe para Londres o centro das discussões diplomáticas com outras potências europeias acerca da Independência do Brasil, e tomou a liderança nas negociações com Paris, Viena, São Petersburgo e Berlim. Todos concordavam que a independência era um *fait accompli*, mas insistiam que somente aceitariam isso após o reconhecimento pelo próprio Rei de Portugal. A Canning coube induzir a Corte portuguesa a conceder este reconhecimento.

Já em dezembro de 1823, Canning havia ins-



Entrega de credenciais do Embaixador Charles Stuart ao Imperador Dom Pedro I em reconhecimento do Império do Brasil e sua Independência. Pintura de Leon Tirode. Acervo: Palácio do Itamaraty

truído Chamberlain – Cônsul britânico no Rio de Janeiro – para que informasse à nova corte do Brasil de que a retomada da colônia por Portugal por meio de força de armas estava fora de cogitação. E mais, instruiu seu embaixador em Lisboa para que reconhecesse a Independência do Brasil e recusasse os termos propostos por Portugal para a reconciliação. Canning estava convencido de que preservar uma monarquia no Brasil ajudaria a contrabalançar a tendência republicana das independências das colônias espanholas. Para ele, isso protegeria o sistema mercantil britânico nas Américas.

A atuação de Canning foi intensa e não cabe aqui descrever todos os detalhes de suas manobras e negociações. Mas vale apontar que Canning chegou a ameaçar a retirada do Esquadrão da *Royal Navy* do Tejo para uma expedição naval para o Brasil.

Em dezembro de 1824, Canning nomeia Sir Charles Stuart como Embaixador em Lisboa e principal negociador com o Reino de Portugal para a aceitação da Independência do Brasil. Em maio de 1824, Stuart sai de Lisboa a caminho do Rio com as credenciais de negociador plenipotenciário por parte de Portugal para negociar o tratado de independência, baseado no cessar de hostilidades, no retorno de proprieda-

des sequestradas, na suspensão de parte da dívida pública, na indenização das perdas causadas por indivíduos e na renovação das relações comerciais. As negociações não foram fáceis e nem todos os termos aceitos, porém, em 29 de agosto de 1825, Portugal aceita a Independência do Brasil. Na sequência, o Reino Unido reconhece este fato em 18 de outubro do mesmo ano, assinando um tratado de paz e comércio e uma convenção para a abolição do tráfico escravo. A França o faz no dia 26 de outubro, apresentando credenciais e iniciando a negociação de um tratado comercial. Em 30 de dezembro é a vez da Áustria e, em 6 de março de 1826, a Prússia. A Rússia reconheceria a independência apenas em janeiro de 1828. Estados Unidos (em 16 de maio de 1824) e o México (9 de março de 1825) precedem os poderes europeus no reconhecimento.

A atuação diplomática de Canning assegurou que a independência fosse negociada entre os poderes europeus, mas principalmente junto ao próprio reino de Portugal, conseguindo, assim, que o novo país entrasse rapidamente no concerto das nações. ■

*1 Professor Doutor, Professor do King's College London

*2 Contra-Almirante, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: visões e impactos em Portugal

Carlos Manuel Baptista Valentim*

Em 1820, José Acúrsio das Neves (1766-1834) antecipava o novo caminho que deviam trilhar Portugal e o Brasil, reinos que permaneciam unidos sob a mesma coroa.

“Nesta nova ordem de cousas compete ao Soberano procurar novos laços, para unir Portugal e o Brasil; porém os nossos comerciantes, desenganando-se de que o sistema colonial não pode mais voltar, devem também ir alongando as suas vistas pela extensão do globo, para abrirem novos canais às suas especulações: jam tempus agit res. E devem ambos os países respeitar mutuamente os vínculos do sangue, de interesse e de reconhecimento que os ligam, para permanecerem firmes na sua união.” ⁽¹⁾

Havia a percepção que a realidade política e social se alterara no início da segunda década do século 19, como nos atesta Acúrsio das Neves, e que era necessário ter presente que não era possível retornar a um sistema colonial que se esgotara, por isso a solução seria procurar novos mercados e novas fontes de rendimento. Foram-se, entretanto, impondo diferentes visões e análises, nos anos e decênios seguintes, sobre a separação do Brasil de Portugal. Como poderemos, então, interpretar as consequências, os efeitos e o impacto do “Grito do Ipiranga”, há precisamente duzentos anos, a 7 de setembro de 1822, em Portugal? Uma prolixa e consistente historiografia ⁽²⁾, tanto em Portugal como no Brasil, tem procurado nos últimos quarenta anos responder a esta questão, problematizando as razões que levaram ao colapso do império luso-brasileiro nas duas primeiras décadas do século 19.

Detentor de um vasto império e dispondo uma posição geográfica de grande relevância no Oceano Atlântico, Portugal vê-se de um mo-



mento para o outro, inevitavelmente, envolvido num jogo político-diplomático e militar que se desenrola em várias frentes, opondo, em meados da década de noventa do século 18, um poder essencialmente continental, a França revolucionária e imperial, a um poder marítimo – a Inglaterra.

Em 1803, D. Rodrigo de Sousa Coutinho lembrava ao Príncipe Regente D. João, que o espaço da monarquia portuguesa era mais vasto que o limitado território em solo europeu, referindo, que “Quando se considera que Portugal por si mesmo muito defensável, não é melhor, e mais essencial parte da monarquia; que depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guer-



ra, ainda resta ao seu soberano, e aos povos o irem criar um poderoso império no Brasil, donde se volte a reconquistar, o que possa estar perdido na Europa, e onde se continue uma guerra eterna contra o fero inimigo, que recusa reconhecer a neutralidade de uma potência, que mostra desejar conservá-la [...]"⁽³⁾

A transferência da família real para o Brasil, entre o final do ano de 1807 e o início de 1808, foi a forma encontrada para preservar a Coroa portuguesa das invasões francesas. Esta operação obrigou a um notável esforço logístico, que se concentrou no transporte dos arquivos da Coroa, de estruturas civis e militares, e de milhares de pessoas, sobretudo uma elite política,

religiosa e militar, que ocupava os cargos principais no aparelho de Estado. Muitas das fontes noticiaram o embarque aproximado de quinze mil pessoas⁽⁴⁾. A mudança da Corte e a "exportação de poder organizado"⁽⁵⁾, de Lisboa para o Rio de Janeiro, precipitou desenvolvimentos com consequências a longo prazo. De facto, contribuiu, em grande medida, para a preservação da integridade do território brasileiro⁽⁶⁾. Por outro lado, a máquina estatal importada foi uma das mais importantes estruturas para o futuro governo independente separar-se do jugo colonial.

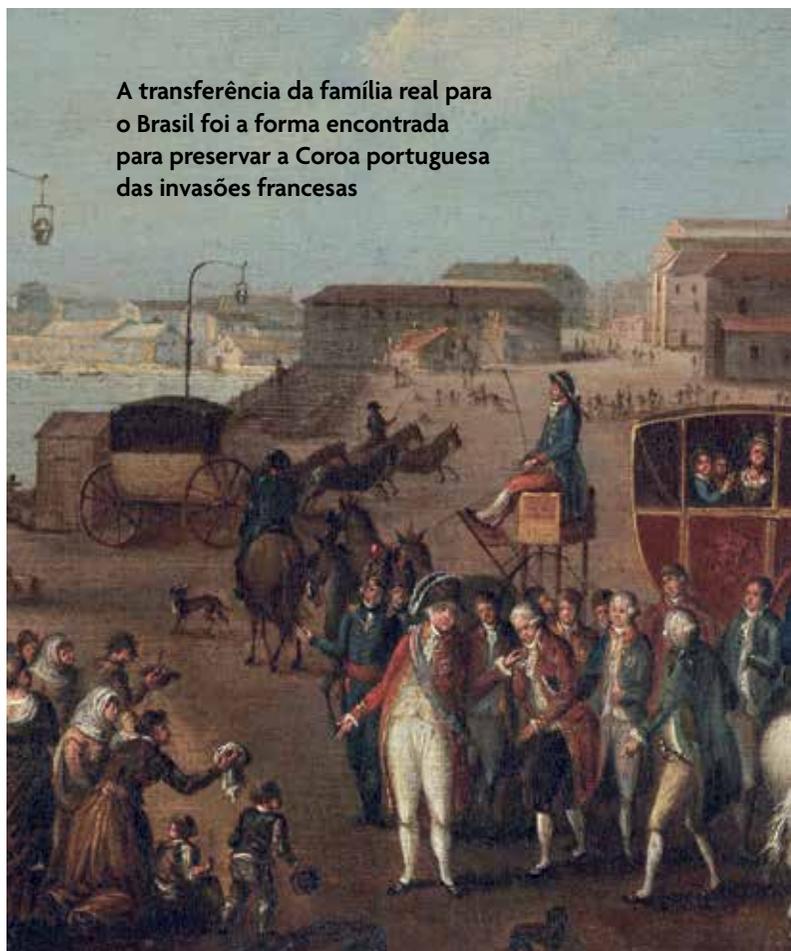
Com a partida da família real para o Brasil, vai assistir-se à perda da capacidade de Portu-

gal de exercer um controlo efetivo sobre as rotas que se destinavam ao Atlântico Sul, passando essa tarefa a ser exercida pela marinha inglesa. Num contexto de guerra com a França, um tal domínio naval por parte da Inglaterra explica em boa medida o interesse inglês na abertura em 1808 dos portos do Brasil ao mercado internacional, bem como o tratado de comércio, que firma em 1810, de nação mais favorecida. Nestas circunstâncias, é cortada a mediação comercial portuguesa, na transação dos produtos extraídos da terra brasileira e no envio das manufaturas europeias. A Inglaterra passou a ter mais um mercado, com grande potencialidade de crescimento, para escoar diretamente as mercadorias que a sua indústria, a mais avançada da época, produzia, enquanto extraía do Brasil matérias-primas essenciais à “sua” Revolução Industrial.

Um sistema de trocas, assente numa dinâmica comercial, com os seus agentes, meios de transporte, corretores, intermediários, processos financeiros, não colapsou sem que houvesse alguma resistência, por parte dos que, em Portugal, acalentavam a esperança de reativar uma relação Portugal-Brasil no quadro político e económico anterior à transferência da Corte para o Brasil. Em 1821, Portugal envia navios e homens para território brasileiro. Como nos elucida o caso do oficial da Marinha, José Bernardo da Silva (1802-1878) – que viria a ser o primeiro diretor-geral dos telégrafos – a 25 de setembro de 1821 recebe ordens para se apresentar na Charrua “Orestes”, navio que incorpora uma força naval, sob as ordens do comandante, Chefe de Divisão Francisco Maximiano de Sousa, com destino aos portos da América do Sul⁽⁷⁾.

Com um território interior na sua maioria escassamente desbravado e povoado, as mais importantes cidades (exceto em São Paulo e Minas Gerais) localizavam-se no litoral, dependendo das vias de abastecimento marítimo. O Rio de Janeiro com cerca de cem mil habitantes e São Salvador com sessenta mil eram os grandes centros urbanos do novo país. O objetivo principal dos portugueses, quando é declarada a independência do Brasil por D. Pedro, é assegurar o domínio de pontos-chave na extensa costa brasileira, de 4.700 milhas. O Rio de Janeiro, centro da revolta, e parte do Sul escapam ao controlo do governo de Lisboa⁽⁸⁾. Conservando o domínio da Bahia, as forças portuguesas esperavam contra-atacar com sucesso. Região densamente povoada, aí situavam ricas extensões de terra que produzindo açúcar, algodão, melão, cacau

A transferência da família real para o Brasil foi a forma encontrada para preservar a Coroa portuguesa das invasões francesas



e tabaco engrossam um rendoso comércio de mercadorias, escoado através do porto da cidade de S. Salvador. É nesse espaço territorial que se jogará a sorte da futura nação independente. O Pará e o Maranhão estão solidamente do lado lusitano; no Nordeste a situação está indefinida; o triângulo Minas – Rio – São Paulo adere por completo à sua causa da independência; finalmente, no Sul, o exército tinha-se dividido, mas a vantagem ia para os independentistas⁽⁹⁾.

O Conselho de Guerra português decide-se pela evacuação de S. Salvador da Bahia. A Marinha brasileira dispõe de menos navios, mas está melhor organizada, comandada em grande parte por oficiais britânicos, mais motivada, mostra no fim da guerra uma prestação tática superior. Na noite de 2 de julho de 1823, tendo abandonado a Bahia por ordem do Comandante da Esquadra onde se integrava, o jovem oficial de Marinha Bernardo da Silva afunda propositalmente a Barca “Constituição”⁽¹⁰⁾, que comandava, retirando-se com a sua guarnição para bordo da Corveta “Princesa Real”. Seguiu para Lisboa num comboio de 71 navios mercantes



e treze navios de guerra, que somavam aproximadamente uma tripulação de quatro mil marinheiros, seis mil soldados e 1.400 funcionários, num total de dez a doze mil pessoas. A viagem, seguida de perto pela recém-criada Marinha do Brasil ⁽¹¹⁾, que não perdia o momento mais favorável para fustigar ou apreender algum navio desta força naval, iria ser pontuada de constrangimentos.

A Independência do Brasil levou, portanto, a um período de guerra, de operações militares em terra e no mar, em face da resistência de certos grupos sociais, que viviam em cidades como Lisboa e Porto, que procuravam a todo o custo retomar uma estrutura produtiva que se encontrava em crise desde a abertura dos portos brasileiros em 1808 e, em boa medida, desarticulada com o tratado de comércio com a Inglaterra em 1810.

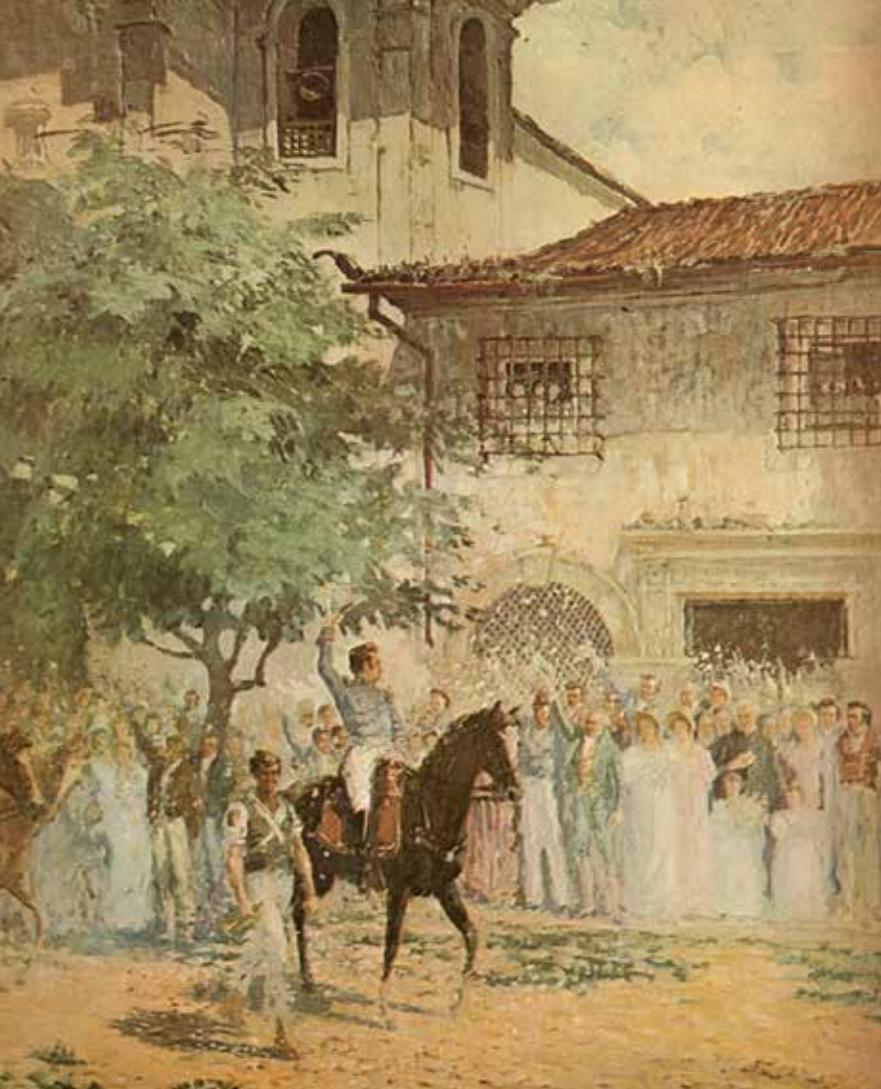
Sem dúvida que, em termos de compreensão da problemática histórica, quer na dimensão política, militar ou diplomática, a realidade só é perceptível de uma forma mais efetiva e profunda, se não forem ocultados ou minimizados os da-

dos e as conclusões da história económica ⁽¹²⁾, na medida em que este campo de análise propicia um quadro explicativo de base para o que realmente se passou. De facto, o que se encontrava em jogo para Portugal era a perda do seu papel de entreposto comercial de géneros coloniais, no seio de uma estrutura de trocas que era desenvolvida no interior do império luso-brasileiro ⁽¹³⁾. O colapso desse sistema arrastava, igualmente, o papel que as cidades de Lisboa e Porto, sobretudo, a primeira, centro do Império, tinham na reexportação de produtos europeus.

A notícia da declaração da Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822, foi recebida com algum desânimo em Portugal, pois a grande maioria dos políticos, que integrava o Soberano Congresso, que dera início às suas atividades plenárias no dia 26 de janeiro de 1821 ⁽¹⁴⁾, ainda acreditava que a antiga colônia poderia juntar-se novamente a Portugal e formar um império, coeso e próspero. Todavia, a independência do Brasil veio criar divisões na sociedade portuguesa. A conflitualidade e as dissidências aprofundaram-se a partir de 1822. Um dos objetivos centrais da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820: o retorno do Brasil à condição de colônia e a reativação do modelo económico que vigorara até 1808 ficaram seriamente comprometidos. Dessa forma, a base social de apoio do novo regime tende a diminuir, sobretudo entre os defensores do liberalismo mercantil ⁽¹⁵⁾. Numa conjuntura europeia dominada pelo regresso aos sistemas políticos mais consentâneos com as estruturas políticas absolutistas, a independência do Brasil teve como consequência, em Portugal, um conjunto de revoltas e golpes militares, que tem início com a Vilafrancada (1823) e em seguida a Abrilada (1824) – com uma posição adversa ao liberalismo.

Na imprensa, o jornal *O Popular* aborda a independência do Brasil, que era objeto de atenção e preocupação dos políticos. O jornal defende a ideia de reconhecimento da independência, a troco de contrapartidas, benefícios aduaneiros na transação de produtos. “*Unir os dois países debaixo de um só ceptro (...) é tão impossível como deixar a terra de fazer a sua rotação. O Brasil nunca mais será colônia de Portugal, nem este daquele como foi de 1807 a 1820 [...]*.” ⁽¹⁶⁾

E a pergunta mantinha-se noutros periódicos: “É possível colocar atualmente Portugal no mesmo estado em que ele se achava a respeito do Brasil em 1807?” E surgia a resposta, logo a seguir: “*Não... É quase necessário estabelecer uma convenção de modo a que os dois países pu-*



Entrada do Exército Libertador,
obra de Presciliano Silva que retrata
o episódio relativo ao fim da Guerra
de Independência da Bahia, com a
entrada do Exército Libertador em
Salvador, em 2 de julho de 1823

“achava-se em estado mui diferente daquele que a Nação deve manter para fazer-se respeitar e defender, e promover o seu commercio marítimo, e mais relações necessárias com as importantíssimas possessões ultramarinas, que ainda lhe restão nas quatro partes do mundo”. ⁽¹⁸⁾

A independência do Brasil vibra, justamente, o golpe decisivo e fatal na Marinha Portuguesa, no que se refere à sua projeção para as águas oceânicas, processo que acompanha a desarticulação de um sistema económico e comercial, que unia as duas margens do Atlântico. Cerca de um terço da Armada Portuguesa permaneceu no Brasil em 1822. ⁽¹⁹⁾

Uma das consequências de maior alcance motivada pela independência do Brasil foi a crise de negócios, provocada pela perda do mercado brasileiro e a derrocada dos centros

dessem encetar um novo caminho. A separação do Brasil era inevitável, e se a força fosse utilizada, previa-se o surgimento de ‘inimizades indesejáveis’. ⁽¹⁷⁾

Na agenda política oitocentista portuguesa, a independência do Brasil tornou-se um assunto da “ordem do dia”, nos debates parlamentares, na imprensa, nas ações dos governos, fator que vai levar ao recurso das armas, nas revoltas e golpes militares, até ao reconhecimento formal da independência do Brasil por Portugal em 1825.

Uma das consequências do colapso do império luso-brasileiro, que culmina com a independência do Brasil, centrou-se na perda de capacidade de exercer poder naval nos oceanos, tal como se referiu anteriormente. A Armada Portuguesa, cujas unidades mais operacionais ficam em águas brasileiras, não dispõe de financiamentos para fabricos e reparações, em consequência da diminuição das receitas e das dificuldades financeiras do Estado. Alertava o Ministro da Marinha, Inácio da Costa Quintela, a 8 de dezembro de 1822, que a Armada

comerciais portuguesas como entrepostos entre o território brasileiro e a Europa. Não menos importante de salientar, foi a dificuldade de reconversão dos homens de negócios portugueses, na exploração de mercados internacionais alternativos ou de outros ramos comerciais ⁽²⁰⁾. Deverá ter-se presente, ainda assim, que com a independência do Brasil, alguns setores voltaram, em Portugal, a apostar na exploração do solo, numa perspetiva de dinamizar o mercado interno. O que contrariava de certa maneira um país que, desde a conquista de Ceuta (1415), sempre estivera, dum modo geral, apostado no exterior e virado para a vertente colonial.

O colapso do comércio de grosso trato com o Brasil, num processo que se estende, como se constatou, de 1808 a 1822, levou à decadência das indústrias, com o inevitável impacto nos grupos económicos e financeiros, bem como nas contas do Estado português. A exportação de produtos industriais portugueses nos primeiros anos do século 19 alcançava a soma de quatro mil réis, mas entre 1815 e 1820 esse valor já é somente de 1.800 réis ⁽²¹⁾. A independência

do Brasil em 1822 só veio a confirmar esta tendência de quebra e de afastamento entre os dois lados do Atlântico.

Importa salientar que a independência do Brasil teve um impacto forte e persistente na política interna portuguesa, nomeadamente na falência dos projetos que os revolucionários vintistas se propunham materializar⁽²²⁾. O tratado de 1825, que reconhecia um Brasil independente, não debelou as intrincadas questões da sucessão da Coroa portuguesa e abriu caminho para uma crise dinástica, que associada às disputas ideológicas, entre liberais e absolutistas, resvalou para uma dolorosa guerra civil (1832-1834). A independência do Brasil levou, em suma, a uma problemática da identidade portuguesa e ao questionamento da viabilidade da sobrevivência de Portugal como nação independente. A procura de novos “Brasis” em África surge nesse âmbito e vai acelerar a transição para a última fase imperial portuguesa, no último quartel do século 19.

Registrava em 1880 Oliveira Martins (1845-1894), escassos cinquenta e oito anos após a declaração de independência do Brasil: “*Termina aqui a história do Brasil-colônia. A obra da nação portuguesa acabou; e, apesar de tudo, essa obra foi a melhor que ela deixou à História, um das melhores que as sociedades da Europa cometeram.*”⁽²³⁾

Para o político e historiador, a independência do Brasil deveria ser motivo de orgulho nacional, pois nessa construção política, territorial e cultural do novo país despontava uma magnífica obra portuguesa. ■

NOTAS

(1) José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, introdução e notas de Jorge Custódio, Viseu, Quercos, 1983, p.153.

(2) Entre outras, salientam-se os historiadores Jorge Borges de Macedo, Valentim Alexandre, Jobson Arruda, Maria de Fátima Bonifácio, Jorge Pedreira.

(3) Apud, António Estácio dos Reis, *Gaspar José Marques e a Máquina a Vapor, sua introdução em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006, p. 63.

(4) As últimas estimativas, tendo em conta as capacidades dos navios e a sobrelotação, apontam para números mais inferiores, cerca de quatro a sete mil pessoas. Tais números poderão estar longe da realidade, tendo em conta as guarnições dos navios e toda a elite ligada à Corte e ao governo que embarcou. Veja-se Lília Moritz Schwarcz, Paulo César de Azevedo e Ângela Marques da Costa, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis. Do terramoto de Lisboa à Independência do Brasil*, 2ª

ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 217-218, e Cfr. Jorge Pedreira, Fernando Dores Costa, *D. João VI, O Clemente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, 149.

(5) O conceito foi utilizado por Jorge Borges de Macedo para um outro período histórico, mas parece-nos adequado para esta questão, em particular.

(6) Alan K. Manchester, “The Transfer of the Portuguese Court to Rio de Janeiro”, *Conflict and Continuity in Brazilian Society*, Henry H. Keith and S.F. Edwards Editors, Columbia, University of South Carolina Press, 1969, pp. 148-183, p. 148.

(7) Veja-se Alberto Pimentel, “José Bernardo da Silva” In *Homens e Datas*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1985, p. 122.

(8) João Carlos Gonçalves Caminha “A Guerra da Independência”, *Navigator*, n.º 14, junho de 1978, pp.29-30.

(9) Cfr Brian Vale “Estratégia, Poder Marítimo e a Criação da Marinha do Brasil 1822 – 1823”, *Navigator*, n-º 4, 1971, pp. 6-7.

(10) Biblioteca Central da Marinha - Arquivo Histórico, Livro Mestre n.º 382, fol. 7.

(11) Uma boa descrição desta verdadeira saga pode ser encontrada no artigo de Max Justo Guedes, “A Marinha e a Libertação da Bahia”, *Navigator*, n.º 4, 1971, pp. 22-34.

(12) É com pertinência que a questão é levantada por Jorge Borges de Macedo, *O Bloqueio Continental*, 2ª Edição Revista, Lisboa, Gradiva, 1990, p. 77.

(13) Como concluiu Valentim Alexandre, *os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Edições Afrontamento, 1993, p.776.

(14) As eleições para as Cortes Constituintes decorreram em dezembro de 1820, seguindo-se as formalidades quanto à verificação dos poderes dos deputados eleitos no continente.

(15) Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1977, p.74.

(16) Apud José Augusto dos Santos Alves, *O Periodismo Político do Pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836): um mundo cativante e multifacetado*, Lisboa, Média XXI, 2018, pp. 69-70.

(17) Idem, *ibidem*, p.72

(18) Arquivo Histórico Parlamentar, Relatório sobre o Estado da Marinha Nacional, Lisboa, 7 de dezembro de 1822

(19) Veja-se António Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens e Doutrinas*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, pp. 11-13.

(20) O que é salientado de forma pertinente por Maria de Fátima Bonifácio, *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 120

(21) Valentim Alexandre, “Um momento crucial do subdesenvolvimento português. Efeitos económicos da perda do Império Brasileiro” *Ler História*, nº7, 1986, quadro II.

(22) Com destaque para a modernização de Portugal.

(23) Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 7ª edição aumentada, imp. Lisboa, Guimarães&C.ª Editores, 1978, p. 90.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Luciana Marroni*

Quando pensamos na Independência do Brasil, imediatamente nos vem à memória a imagem de D. Pedro I às margens do Riacho do Ipiranga bradando “Independência ou morte!”. O que pouco é ensinado nas escolas, sendo de conhecimento de uma minoria dos brasileiros, é que a Princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro I, teve uma participação decisiva nos acontecimentos que culminaram nos fatos ocorridos em 7 de setembro de 1822. Assim como ela, outras mulheres se destacaram de diferentes formas no processo de Independência, mas não tiveram um reconhecimento histórico à altura de suas contribuições.

Este artigo não tem a pretensão de ser uma profunda análise ou completa narrativa dos feitos dessas mulheres, mas busca resgatar os nomes e realizações de algumas delas. Ao estudar suas vidas, verifica-se que foram pessoas de diferentes classes sociais e personalidades, tendo participações distintas no processo de Independência. Narrar a história dessas personagens contribui para resgatar a memória histórica do nosso país e deixar claro que seus méritos merecem reconhecimento, pois atuaram como pessoas de caráter e valores quando o momento exigiu, não obstante seu gênero, nacionalidade, condição social ou escolaridade.



PRINCESA LEOPOLDINA

A Princesa Leopoldina atuou intensamente na área política, sendo uma conselheira constante de seu marido. Filha do Imperador da Áustria Francisco II e de sua segunda esposa, Maria Teresa das Duas Sicílias, a arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina nasceu no dia 22 de janeiro de 1797. Como uma maneira de se mostrar receptiva aos costumes e à cultura da nova pátria, a arquiduquesa acrescentou o Maria ao seu nome, uma vez que havia a tradição das mulheres luso-brasileiras usarem esse prenome para homenagear a Virgem Maria.

Leopoldina foi educada com base em princípios religiosos e tradicionais. Além de aprender arte, línguas, ciências naturais e humanas, também lhe foram transmitidos elevados valores morais, bem como educação nas áreas de política, de governo e em questões de Estado. A ela foi ensinado colocar o bem-estar do povo e da nação acima dos seus interesses pessoais, a crer na igualdade de direitos das pessoas e a ter compaixão, humanidade e preocupação com os pobres. Essa formação moral e intelectual fez dela uma importante personagem no processo de Independência do Brasil. Suas cartas a seu pai, à sua irmã Maria Luísa, a José Bonifácio e a diversas outras pessoas ilustram suas reflexões e opiniões sobre a política e são provas do seu trabalho nos bastidores para que o Brasil alcançasse a posição de Estado independente.

Uma série de acontecimentos conduziram aos fatos que resultaram na Proclamação da Independência. Em 1820, Portugal passava por uma séria crise financeira, o povo se ressentia da influência da Inglaterra e se sentia abandonado pelo seu rei. Nessa conjuntura, no dia 24 de agosto eclodiu a rebelião do Porto, que viria a instituir uma junta de governo, as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. As Cortes tinham como principal objetivo reformular a estrutura de governo e promover a elaboração de uma Carta Constitucional. Uma decisão das Cortes foi exigir o retorno imediato do Rei D. João VI a Portugal.

D. João decidiu que seu filho, D. Pedro, voltaria para Portugal como representante do reino. No entanto, Leopoldina estava com uma gravidez avançada e uma viagem tão longa representava risco para a mãe e para o bebê. Apesar disso, a Princesa foi firme em não querer se separar do marido, no que foi apoiada por D. Pedro, tendo sido decidido que eles só voltariam após o nascimento do bebê.

Uma insurreição dos militares portugueses no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1821, acaba por pressionar D. João a retornar a Portugal.

Em 26 de abril, o Rei parte e deixa D. Pedro como Regente do Reino do Brasil. Desde o início da regência do seu marido, Leopoldina participou da gestão do governo. Ela o acompanhava em visitas surpresa a repartições públicas, dedicava atenção ao povo comum, apoiava os imigrantes e lutava contra a escravidão. Sua simpatia pelos brasileiros crescia, assim como seu entendimento de que as Cortes não faziam nada pelo bem do povo do Brasil.

As Cortes não ficaram satisfeitas com a regência de D. Pe-

Maria Leopoldina da Áustria, Imperatriz do Brasil. Retrato de Joseph Kreutzinger



Acima, a pintura histórica de Georgina de Albuquerque retrata a Sessão do Conselho de Estado que precedeu a declaração da Independência do Brasil

dro. Suas intenções eram extinguir o governo central do Brasil e que as capitanias se reportassem diretamente a Lisboa. Determinaram o fechamento de todos os tribunais, agências e órgãos públicos criados após 1808, além de exigir o retorno do Príncipe à Europa. D. Pedro se mostrava propenso a acatar as ordens e cooperar com as Cortes.

Participando das atividades políticas, Leopoldina teve a oportunidade de travar contato com o grupo “patriotas brasileiros”, que almejava a independência do Brasil. Ela já estava convencida que as ordens das Cortes, caso fossem cumpridas, gerariam revoltas e acabariam por desmembrar o Brasil em várias repúblicas, como havia ocorrido nas províncias espanholas na América do Sul. Era necessário, portanto, convencer seu marido que ele deveria desobedecer às ordens das Cortes e permanecer no Brasil. Com habilidade e inteligência, conseguiu que multidões se reunissem e se manifestassem na capital em apoio à permanência do Príncipe e à sua política pró-Brasil. Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro declarou que ficaria no Brasil, sendo esse dia lembrado em nossa história como o “Dia do Fico”.

Dois dias depois, as tropas portuguesas no Rio de Janeiro se rebelaram. Para sua segurança e de seus filhos, Leopoldina parte para a Fazenda de Santa Cruz. Lá ela recebe a comitiva que chegava de São Paulo, da qual participava José Bonifácio de Andrada e Silva, que viria a ser seu amigo e um aliado na causa da Independência. Sem o seu conhecimento e ainda sem

a sua anuência, ele havia sido escolhido por D. Pedro para ser Secretário do Reino, Justiça e Negócios estrangeiros, o equivalente a um Primeiro-Ministro. A Princesa impressionou o paulista por sua inteligência e sagacidade e, de uma forma envolvente e com muita simpatia, falou sobre seu carinho pelo Brasil e citou seus filhos como “meus brasileirinhos”, influenciando assim na decisão de José Bonifácio, que viria a aceitar o cargo.

Os militares portugueses foram mandados de volta a Portugal e o novo ministério começou a trabalhar. Foram expedidas ordens para que as províncias não cumprissem nenhuma resolução das Cortes sem o aval do Príncipe Regente. Foi criado um Conselho de procuradores com representantes de todas as províncias e convocada uma assembleia constituinte.

Entre março e abril de 1822, D. Pedro viaja para Minas Gerais e deixa em seu lugar sua esposa como regente. Ele volta a se ausentar da Corte brasileira em agosto, quando viaja para São Paulo e, novamente, nomeou Leopoldina para ocupar a regência. A essa altura, a Princesa já abraçava completamente a ideia da separação do Brasil de Portugal e a instituição de uma monarquia constitucional. Chegaram, então, notícias de Lisboa relatando que as Cortes, em julho, haviam determinado que todas as decisões do Príncipe Regente seriam anuladas, diversos membros do governo, incluindo José Bonifácio, deveriam ser presos e enviados a Portugal para julgamento e D. Pedro e sua família deveriam voltar imediatamente àquele país. Também chegavam informações de que tropas e navios estavam sendo enviados ao Brasil.

Em 2 de setembro, reuniu-se o Conselho de Estado, presidido pela Princesa Leopoldina, ocasião em que foi deliberado que o Brasil não podia mais se sujeitar às decisões arbitrárias e colonialistas das Cortes e conclamava que o Príncipe Regente proclamasse a Independência do Brasil. Leopoldina escreveu uma carta a seu marido com palavras de incentivo e justificativas para que ele acatasse a sugestão do Conselho. A carta foi lida para o Conselho e Vasconcelos de Drummond, um dos presentes na reunião, posteriormente manifesta a José Bonifácio sua admiração e

surpresa pela clareza na exposição dos fatos e habilidade política da Princesa. Os despachos de Lisboa, as deliberações do Conselho, a carta de Leopoldina e as cartas de José Bonifácio e do Cônsul-Geral da Inglaterra no Brasil foram encaminhadas para D. Pedro e o alcançaram às margens do Riacho do Ipiranga. Assim, em 7 de setembro, após ler esses documentos, D. Pedro proclamou a Independência do Brasil.

As lutas contra a dominação portuguesa estavam presentes em todas as províncias, mas a Bahia teve destaque em relação à participação feminina. Um gesto simbólico foi a carta destinada à Princesa Leopoldina, assinada por 186 damas da sociedade baiana, manifestando apoio e agradecimento pelas medidas políticas adotadas em prol do Brasil. Entretanto, outras baianas tiveram participações bastante marcantes naquele período.

SÓROR JOANA ANGÉLICA

Por ter sido a capital da colônia durante muito tempo e por ser rica e próspera, Lisboa tinha interesse em manter o controle da Bahia. A província encontrava-se dividida entre os que apoiavam as Cortes, principalmente a elite e os militares portugueses, e os que apoiavam D. Pedro, entre eles os militares brasileiros, senhores de engenho e trabalhadores. Em 1821, combates nas ruas já mostravam o clima de tensão. Em dezembro, em uma decisão autoritária, as Cortes nomeiam para o cargo de Governador das Armas da Bahia o Brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo. Este fato gerou descontentamento e, no início de 1822, intensificaram-se os combates entre os apoiadores da autonomia do Brasil e os militares lusitanos. Em fevereiro, as tropas de Madeira de Melo atacam civis e invadem casas particulares. É nesse contexto que acontece a invasão do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa que resultaria na morte da sua abadessa, a Sórora Joana Angélica de Jesus.

Joana Angélica, apesar de ser a filha única de uma família abastada de Salvador, escolheu a vida religiosa. Foi uma freira concepcionista, pertencente à Ordem das Reformadas de Nossa Senhora da Conceição. Entre suas qualidades estavam a discrição, a força e a liderança. Devido a estas característi-

**Sórora Joana Angélica, por
Domenico Failutti**



cas, exerceu as funções de conselheira, vigária e, por duas vezes, abadesa. Este último era o seu cargo, no dia 20 de fevereiro de 1822, quando soldados de Madeira de Melo forçaram a entrada do convento sob pretexto de buscar pessoas contrárias ao regime português que lá estariam se refugiando. Joana Angélica então, com mais de sessenta anos e usando de sua autoridade, colocou-se à frente da porta da clausura para tentar evitar o avanço dos soldados e teria dito que só entrariam se a matassem. A reação brutal deles foi um golpe de baioneta que assassinou a Sórora e a tornou uma Mártir da Independência. A sua atitude de obstruir o ataque covarde e injustificável das tropas lusitanas lhe custou a vida, mas se tornou um símbolo da resistência do povo baiano ao autoritarismo de Portugal.

MARIA FELIPA

Em tal clima de revolta, mais uma personagem se destacaria na luta contra o colonialismo lusitano. O nome dela é Maria Felipa de Oliveira, mulher negra, pobre, pescadora e marisqueira que morava na Ilha de Itaparica. Revoltada com o assassinato de Joana Angélica, juntou-se ao grupo que organizava a resistência na ilha. Por conhecer muito bem o lugar, pôde colaborar com as estratégias de defesa e ataque e se tornou uma liderança importante. Ela e suas companheiras formaram um grupo de vigilância para monitorar os navios inimigos, que ficou conhecido como “Vedetas”. Além de prevenir o desembarque de tropas nas praias, à noite também patrulhavam as matas, os manguezais e os caminhos da ilha. Maria Felipa ainda usava uma jangada para levar informações de Itaparica para os companheiros em Salvador.

Chegou ao conhecimento de Madeira de Melo que havia uma resistência organizada na ilha e assim, em 10 de julho de 1822, a vila foi atacada e dominada. Mas não por muito tempo. Em 13 de agosto os insulanos retomaram o controle de Itaparica e trataram de cavar trincheiras em todo o litoral para reforçar sua defesa.

Houve então uma sequência de ataques marítimos por parte dos portugueses. Em 1º de outubro, navios se aproximaram da praia de

Manguinhos. Contando com a proteção das trincheiras, os insulanos resistiram e então a Canhoneira “Dez de Fevereiro” começou a arder em um incêndio, forçando as demais embarcações a bater em retirada.

A segunda investida de Bandeira de Melo foi no dia 12 de outubro, na praia dos Conventos. Esta contou com um número grande de embarcações e durou mais de meio dia. Maria Felipa, liderando seu grupo de mulheres, se destacou nessa batalha, que culminou com o incêndio da Barca “Constituição”.

O maior ataque ocorreu em 7 de janeiro de 1823, ocasião em que cerca de quarenta embarcações se dirigiram a Itaparica. Com tantos inimigos, uma nova estratégia tinha que ser adotada. Maria Felipa elaborou um estratagemas pelo qual ganhou fama. Aproveitando seu grupo de mulheres, usou a arma da suposta fragilidade feminina aliada à astúcia e à sedução. Elas

usaram em suas roupas, misturadas com flores, folhas de cansaço, de maneira que parecessem estar apenas enfeitadas. Acontece que as folhas de cansaço têm espinhos que provocam uma urticária com intensa sensação de queimação.

Levavam também, escondidas nas roupas, tochas de palha de coco e pólvora. Sem levantar suspeitas dos soldados lusitanos, por serem “do sexo frágil”, se aproximaram com bebidas e sorrisos. Quando os inimigos estavam embriagados, aplicaram-lhes uma bela surra com as folhas de cansaço e, em seguida, queimaram suas embarcações usando as tochas e a pólvora que levaram. Apesar da vitória nesse episódio, a batalha continuou e Maria Felipa lutou

bravamente até que, finalmente, em 9 de janeiro, os portugueses foram expulsos de Itaparica.

A ilha não sofreu mais ataques; no entanto, batalhas ocorriam em Salvador e no Recôncavo Baiano. Em abril, chegou a notícia de que barcas portuguesas se aproximavam da foz do Rio Paraguaçu para desembarcar tropas. Maria Felipa e seu grupo foram se juntar aos combatentes que enfrentavam os inimigos. Lá chegando, se deparou com outras mulheres lutando, mas uma, em especial, chamou sua atenção por usar cabelos curtos e uniforme de soldado. Era Maria Quitéria, também conhecida como Soldado Medeiros.



Representação de Maria Felipa por Filomena Modesto Orge

MARIA QUITÉRIA

Maria Quitéria de Jesus foi outra mulher marcante na nossa independência. Essa baiana, nascida entre 1792 e 1797, teve singular participação nas lutas que se seguiram após 7 de setembro de 1822. Filha primogênita de um fazendeiro, vivia com a família em São José das Itaporocas. Não aprendeu a ler nem escrever, mas sabia montar e manejar armas de fogo. Não tinha inclinação para prendas do lar, tais como fiar, tecer e bordar, gostava de cavalgar e passar tempo ao ar livre.

Em meados de 1822, com combates acontecendo na Bahia, o Conselho Interino do Governo da Bahia, instalado na vila de Cachoeira, passou a recrutar voluntários para ajudar na luta contra as tropas de Bandeira de Melo. Maria Quitéria tomou conhecimento desse fato e pediu a seu pai para se alistar. Seu pai não tinha nenhuma intenção de se voluntariar e muito menos de autorizar sua filha a fazê-lo. Inconformada com essa negativa, Maria Quitéria procurou sua irmã, que era casada, e recebeu seu total apoio, inclusive emprestando-lhe roupas do seu marido. Maria Quitéria cortou os cabelos e, vestindo as roupas de seu cunhado, se alistou usando o nome de José Medeiros, tornando-se assim o Soldado Medeiros.

Uma vez tendo conseguido se passar por homem e ser aceita como voluntário, Maria Quitéria foi designada para o Batalhão Voluntários do Príncipe D. Pedro, também conhecido como Batalhão dos Periquitos, pelo fato do uniforme ter a cor verde nos punhos e na gola. Seu pai, ao descobrir seu paradeiro, foi até o Batalhão pedir para que a filha fosse desligada do serviço militar, mas como ela já havia demonstrado disciplina e habilidade no manejo de armas, qualidades valiosas em um combatente, seu comandante não concordou com o pedido. Após ter seu segredo revelado, ela recebeu um saiote para acrescentar ao seu uniforme.

Com seu Batalhão, Maria Quitéria participou dos principais combates entre o período de outubro de 1822 a julho de 1823. Lutou nas batalhas da Ilha da Maré, Conceição, Pituba e Itapuã. No combate em Pituba, demonstrou bravura ao atacar uma trincheira e dominar soldados ini-

migos. Sozinha, conduziu os prisioneiros até o seu acampamento. Em março de 1823, em reconhecimento pelos seus atos e méritos, foi promovida a 1º Cadete, recebendo uma espada.

Em abril de 1823, voltou a se destacar ao comandar um grupo de mulheres na foz do Rio Paraguaçu para evitar o desembarque das tropas portuguesas. Nessa batalha lutou com água na altura do peito contra uma barca que atacava sua tropa. Esse seu feito foi enaltecido pelo Comandante em Chefe do Exército Pacificador, José Joaquim de Lima e Silva, no Diário do Governo, veículo de comunicação oficial do Império. Nesse documento ele registrou que Maria Quitéria, com senso de nacionalismo, atendeu ao chamado da Pátria, que se distinguia pelo seu valor e intrepidez e que, nas vezes que entrou em combate, realizou feitos de grande heroísmo.

Os portugueses foram finalmente derrotados e expulsos da Bahia. Em 2 de julho de 1823, Maria Quitéria marchou junto com o Exército Pacificador até Salvador, onde foram saudados pelo povo. Ela viajou até o Rio de Janeiro onde já se tinha notícias dos feitos da guerreira baiana. Na capital do Império sua presença causou grande sensação. Em 20 de agosto de 1823 foi recebida por D. Pedro no Palácio de São Cristóvão, ocasião em que foi condecorada

Gravura de Maria Quitéria, publicada no livro *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, de Maria Graham



**Decreto de 20 de agosto de 1823
agraciando Maria Quitéria com o
grau de Cavaleiro**

Fonte: Arquivo Nacional



com a Medalha da Ordem Imperial do Cruzeiro, no grau de Cavaleiro, honraria destinada aos que se destacaram na luta pela independência do país. Sua condecoração foi noticiada no Diário do Governo juntamente com a informação que, em reconhecimento de seu valor, lhe era concedido o soldo de Alferes.

Na Corte, conheceu a inglesa Maria Graham que, além de registrar suas conversas com ela no seu livro *Journal of a Voyage to Brasil and residence there during parts of the years 1821, 1822, 1823*, que viria a publicar mais tarde, também registrou um desenho de Augustus Earle que retratava Maria Quitéria com seu uniforme, incluindo o saiote quadriculado, segurando sua arma e ostentando no peito a comenda da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Maria Quitéria foi pioneira ao tornar-se a primeira mulher a assentar praça oficialmente nas Forças Armadas do Brasil. Muito justamente, em 1996, foi escolhida para ser a patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

HEROÍNAS

A Sórora Joana Angélica, Maria Quitéria e Maria Felipa representaram com louvor a coragem, o valor e a bravura das mulheres brasileiras. Em reconhecimento aos seus méritos, em 2018 foram incluídas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria que se encontra no "Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves", em Brasília.

Ao tomar conhecimento das histórias aqui narradas, é inevitável reconhecer que essas quatro mulheres foram protagonistas de um Brasil livre. Com suas qualidades, venceram preconceitos e conquistaram o direito de ajudar a moldar o destino do País. Seus exemplos inspiraram outras mulheres que não sabemos os nomes nem temos registros dos seus feitos, mas que certamente deram contribuições e, quiçá, suas vidas pela causa da Independência. ■

REFERÊNCIAS

Oberacker Jr., Carlos Henrique. A biografia da Imperatriz Leopoldina e a História do Brasil. file:///C:/Users/Dell/Downloads/76257-Texto%20do%20artigo-104150-1-10-20140314.pdf acesso em 10 de maio de 2022.

Reichel-Ham, Claudia. A Imperatriz Leopoldina e sua importância para o Brasil. Publicado pela Embaixada da Áustria no Brasil. Brasília. Maio, 2007. https://www.bmeia.gv.at/fileadmin/user_upload/Vertretungen/Brasilia/Dokumente/A_imperatriz_Leopoldina_e_sua_importancia_para_o_Brasil.pdf acesso em 10 de maio de 2022.

Menck, José T. M. Dona Leopoldina Imperatriz e Maria do Brasil. Publicado pela Câmara dos Deputados. Brasília. 2017. <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/34580> acesso em 10 de maio de 2022.

Nunes, Dimalice. Guerreiras da Independência. Revista Aventuras na História. http://dimalice.com.br/wp-content/uploads/2017/08/AH_guerreiras.pdf acesso em 13 de maio de 2022.

Santos, Antônio da S. Joana Angélica Saindo dos papéis à beatificação. Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Cadernos do CNLF, Vol XV, N°9., t. 2. Rio de Janeiro. 2011. http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/161.pdf acesso em 14 de maio de 2022.

Da Silva, Lívia P. Maria Felipa Uma heroína baiana. UFRJ – Centro de Letras e Arte. Rio de Janeiro, 2018. <https://docplayer.com.br/184884892-Comunicacao-visual-design.html> acesso em 16 maio de 2022.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Leopoldina_da_%C3%81ustria acesso em 10 maio de 2022.

Sousa, Rainer. Independência da Bahia <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/independencia-bahia.htm> acesso em 14 maio de 2022.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Joana_Ang%C3%A9lica acesso em 14 maio de 2022.

Frazão, Dilva. Joana Angélica Religiosa brasileira https://www.ebiografia.com/joana_angelica/ acesso em 14 maio de 2022.

Mello, Raphaela de C. Mártir armada com o próprio peito: A impressionante história de Joana Angélica. <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/martir-armada-com-o-proprio-peito-impressionante-historia-de-joana-angelica.phtml> acesso em 14 maio de 2022.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Felipa_de_Oliveira acesso em 16 maio de 2022.

Conheça a história de uma das guerreiras que lutou e ajudou na luta pela independência do Brasil. <https://www.abpn.org.br/post/conhe%C3%A7a-a-hist%C3%B3ria-de-uma-das-guerreiras-que-lutou-e-ajudou-na-luta-pela-independ%C3%Aancia-do-brasil> acesso em 16 maio de 2022.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Quit%C3%A9ria acesso em 19 maio de 2022.

Henrique, Guilherme. Quem foi Maria Quitéria, mulher que se vestiu de homem para lutar na Independência do Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59953275> acesso em 19 maio de 2022.

Vilela, Lorraine. Maria Quitéria. <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/maria-quiteria.htm> acesso em 19 maio de 2022.

Frazão, Dilva. Maria Quitéria Militar brasileira https://www.ebiografia.com/maria_quiteria/ acesso em 19 maio de 2022.

Demercino Jr. Maria Quitéria. <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/maria-quiteria.htm> acesso em 19 maio de 2022.

* Contra-Almirante (RM1-EN), integrante do Grupo de Interesse em Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática e Inovação (CTEMI) do Clube Naval



A Independência e a **LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL**

Domicio Proença Filho*

VÉSPERAS

Dia 21 de abril de 1821: Dom João VI retorna a Portugal. A esse tempo, o Brasil tem definido o traçado de sua geografia. O território, com a faixa litorânea mais povoada do que as terras do sertão, abriga cidades modestas, excetuadas o Rio de Janeiro, sede da Corte, e outras, centros de progresso vinculado à exportação do ouro, como São Luís, Salvador e Ouro Preto. Amplas áreas seguem habitadas pelas tribos indígenas. Escravos frequentam casas, ruas e fazendas. Na população, cerca de oitocentos mil de etnia indígena, 2,42 milhões de negros e mestiços milhões, 1,38 milhão de brancos.

No âmbito desse último segmento comunitário, constitui-se uma elite nostálgica da vida europeia. No cerne, na vida social e na língua oficial, a busca de uma adaptação à realidade brasileira dos padrões da corte lisboeta e a normas ditadas por Coimbra. A língua portuguesa usada no Brasil, oficializada, passa a ser utilizada também pelos quinze a dezesseis mil portugueses que se transferem para nova sede do Reino. Vêm também colonos e administradores de Angola e de Moçambique. Com a presença desse contingente luso, configura-se um processo de relusitanização do idioma. Os indígenas, por seu turno, gradativamente assimilam os hábitos dos portugueses e valem-se da língua por eles falada.

Entre os negros, evidencia-se o sincretismo dos traços culturais e de mistura de idiomas ver-

náculos, aqueles que se aprende desde criança, com a família. Em princípio, a língua materna.

Na comunicação comunitária, mesclam-se, então, o português, língua do colonizador, então sedimentado e oficializado, línguas de África, línguas indígenas e, já em menor escala, as chamadas línguas gerais, antes espalhadas pelo amplo território da Colônia e do Brasil do Reino Unido. Também minoritárias, as falas estrangeiras, de diferentes nacionalidades: espanhóis, italianos, russos, alemães, sírios, ingleses, franceses, suecos, suíços, na maioria comerciantes.

Começa a ganhar vulto, como assinala a percuciência de Celso Cunha, o distanciamento entre a língua falada e a língua escrita:

Esta a situação em que nos encontrávamos, às vésperas da Independência: as inflexíveis normas gramaticais obedecidas passivamente pelos letrados da Colônia tinham conseguido manter unificada a língua culta, mas pelo artificialismo de tal unificação, haviam aumentado, muito além do natural e do admissível, a distância entre as duas formas de linguagem, a transmitida e a adquirida, que praticamente deixaram de comunicar-se. Entramos, assim, no século XIX, com um vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. ⁽¹⁾



Importa destacar que, de 1808 a 1822, apenas vinte mil habitantes do Reino dominam a língua escrita. Esse fato não significa que, consolidado no Rio de Janeiro, o idioma luso, já matizado, não ganhe presença marcante em todo o território brasileiro.

Amplia-se a sedimentação e a hegemonia da língua portuguesa no país independente. Para tanto, contribuem: a interação comunitária; o sentimento de pertencimento a uma comunidade que se vale de um idioma comum; a ação sistematizada da escola; a imprensa, que ganha presença ainda maior; a literatura, espaço de alta relevância na construção da identidade cultural da nação nascente.

Repasso alguns aspectos dessas instâncias e de sua relação com o principal meio de comunicação de que nos valem, na realidade brasileira.

NA SEQUÊNCIA DO GRITO DO IPIRANGA

Declarada a independência, a Constituição Política de 1824 assegura, entre determinações outras, a garantia dos direitos individuais; oficializa o catolicismo como a religião do Império; admite, por omissão, o voto do analfabeto. Não o estende, entretanto, à população feminina, excluída por consenso social desse direito de escolha dos representantes do poder.

O uso obrigatório da língua portuguesa no Brasil, já legalmente determinado, inicialmente no Maranhão e no Pará, pelo Diretório de 3 de maio de 1757, na sequência, convertido em Alvará Régio de 1758, com extensão da obrigação a todo o espaço da então Colônia.

Em 1825, com a recuperação, pelo Uruguai, da Província Cisplatina e a declaração da independência da Banda Oriental, logo incorporadas às províncias do Rio da Prata, ganha novos contornos o território do Brasil. Com o Acordo de 1828, mediado pela Inglaterra é reconhecida a República Oriental do Uruguai. O convívio anterior e a condição fronteiriça devem ter deixado marcas suprasegmentais no português.

Ganha consistência o sentimento de nacionalidade. Não sem conflitos, que envolvem distintos segmentos comunitários. Ao fundo, o descontentamento diante de privilégios assegurados aos interesses portugueses pela Carta Magna.

Presentifica-se, entre os senhores da agricultura e os representantes do povo, em contrapartida, o crescimento de ideias liberais. Lembrem-nos os movimentos de ruptura e os

representantes dos segmentos sociais neles envolvidos: a rebelião vinculada ao Areópago de Itambé, nuclearizada no confronto com o texto constitucional, que culmina com a proclamação da Confederação do Equador, integrada por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará mobilizadora de contingentes brancos, entre eles estrangeiros, e de muitos negros e mulatos, naquele tempo maioria da população local; a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco, em 1823 e 1833, que mobilizou pequenos proprietários e trabalhadores rurais, índios e escravos; o Motim dos Mercenários, no Rio de Janeiro, em 1828, com a participação de soldados profissionais, alemães, irlandeses e húngaros.

Conflitos, vivência conjunta, sensação comum de pertencimento a uma nação, união pelos interesses comuns, interações.

No controle, o poder imperial, garantidor do equilíbrio e da estabilidade da pátria nascente.

Na comunicação, a língua portuguesa comum a todos, elo de união, de par com a mescla de idiomas.

É tempo de afirmação da identidade cultural. Com o idioma em destaque, como fator relevante. Com algumas vozes, ainda que minoritárias, a propugnar por uma total liberação dos modelos linguísticos da metrópole, como marca de nacionalidade.

Entre elas, de presença pública e política, José Clemente Pereira que propõe, em sessão do Parlamento, de 22 de junho de 1826, redação em linguagem brasileira (*sic*), por mais própria dos diplomas de médicos-cirurgiões do novo país. Sem êxito.

Outra, associada ao pronunciamento: a de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Para ele, se poderia ser brasileiro, independentemente da obediência rigorosa aos modelos lusos.

São sintomas significativos da tomada de consciência da nação independente de uma realidade para si. Ainda que na voz de poucos, em relação à população em geral. Importa lembrar, a propósito, que políticas do idioma são atribuições do poder público.

A comunicação em língua portuguesa caracteriza-se, então, pela mescla de registros idiomáticos, ou seja, de variantes socioculturais que opõe o “culto” e o “vulgar”, com a adjetivação traduzindo a reduplicação ideológica da época. E o “culto” é a língua normatizada por Lisboa e por Coimbra.

O jogo de forças da política, mesmo com controle dos movimentos de sublevação pelo poder imperial, não impede, só para destacar o fato, a



abdicação de 7 de abril de 1831. Vicissitudes da política.

Ao longo da **Regência**, emergem novas rebeliões pautadas na defesa de diferentes segmentos comunitários, padres e pequenos proprietários rurais, grupos de juizes, senhores rurais, burocratas, altos comerciantes. Letrados e não letrados.

No conflito, “absolutistas” querem o retorno de Pedro I; “exaltados” pugnam por liberdades individuais, autonomia das províncias.

É tempo da Cabanagem, que se estende de 1835 a 1840, na então Província do Grão-Pará, na atualidade Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia, de que participam camadas populares: pobres, escravos, negros forros, mestiços e índios. Na mobilização, a oposição aos estrangeiros e aos maçons, a defesa de Pedro II, do catolicismo, do Pará e da liberdade. Chega a proclamar-se a República Independente do Pará.

No Maranhão, de 1833 a 1841, a Balaiada mobiliza a população de duzentos mil habitantes, entre eles noventa mil escravos. Ao longo do processo, muitos deles abandonam a luta e organizam-se em quilombos, agregações que ampliam espaços da mescla linguística e da presença de vernáculos africanos.

No Sul, é a hora da Revolução dos Farrapos, ou Guerra dos Farrroupilhas (1835-1845). No comando, fazendeiros da fronteira, bem-sucedidos. Na adesão, oficiais do Exército e maçons. No envolvimento o grupo de italianos refugiados no Brasil, à frente Giuseppe Garibaldi.

Na Bahia, a Revolta dos Malês mobiliza, de 1835 a 1837, centenas de negros muçulmanos, comandados por escravos nagôs. Pleiteiam o fim da escravidão, a instauração na Bahia de uma monarquia islâmica.

A língua portuguesa e línguas vernaculares presentificam-se em bocas africanas e afrodescendentes.

Na sequência da Revolta dos Malês, a Bahia é espaço de eclosão da Sabinada (1837-1838). Objetivos, ainda libertação de escravos, desde que nascidos no Brasil e tivessem aderido à luta. Na contraposição, os senhores de engenho, fiéis às forças governamentais. A rebelião é abortada. Como as demais.

Tais movimentos indiciam a politização e a complexa interação da comunidade, além da preocupação com a afirmação da identidade da nação independente. A língua comum converte-se num fator altamente significativo nessa direção.

No âmbito da administração educacional,

um documento revelador é o Ato Institucional datado de 1834. Nele ficam estabelecidas a descentralização do ensino e a atribuição às assembleias das províncias da legislação sobre o ensino elementar e médio. Apenas o ensino no Município Neutro, depois Distrito Federal, em todos os níveis é competência do Poder Central. As atribuições legalmente definidas traduzem o reconhecimento da relevância da educação, mas enfrentam os impasses exigidos pelas contingências da realidade.

Em síntese: no entrelaço de conflitos que pontuam o período da Regência e, em alguns casos, um pouco além, interação contingentes de etnia variada e, por consequência, de línguas vernáculos distintas. A língua portuguesa, entretanto, segue ganhando mais relevância, com marcas de “abrasileiramento”, sobretudo em falas africanas e indígenas. Entre elas, diferenças de harmonia vocálica e melodia frasal. Constitui um fator efetivo de unidade, ao converter-se em língua de uso generalizado.

Paralelamente à sua condição de meio de comunicação, contribui, fundamentalmente, para a efetiva construção da identidade nacional: na formulação, no discurso, de uma história singular; na interpretação dos conflitos, das lutas, dos ajustes; na leitura do seu presente; na construção do imaginário, na sensação de pertencimento a uma comunidade que fala a mesma língua.

No **Primeiro Reinado**, vale destacar, por altamente significativos, alguns fatos em relação aos rumos da comunicação comunitária.

No âmbito das escolas, agências culturais por excelência, em especial nos cuidados com os rumos do idioma, destacam-se apenas críticas à situação educacional e, no espaço da política governamental vigente, projetos bem-intencionados de mudança. Um dentre estes últimos, estabelece, entre outros dispositivos, a plena liberdade de ensino; determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, nas vilas, nos lugarejos; de escolas para meninas, nos sítios mais populares; garante a todos os cidadãos instrução primária gratuita.

A lei não vai além do texto publicado. Com uma virtude, mas nem tanto: na prática da docência, inau-

Após a declaração da Independência, José Clemente Pereira era um dos políticos que defendiam uma total liberação dos modelos linguísticos da metrópole, como marca de nacionalidade.



gura a monitoria dos alunos mais capacitados. Sem resultados positivos.

É tempo também da promulgação da lei de 15 de outubro de 1827. É a primeira e única lei vinculada ao ensino primário que abrange a totalidade da nação. Com um dado significativo: inscreve no sistema legal do Brasil a expressão “língua nacional”. Está no art. 6º do documento legal:

Art.6º – Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações da aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo as leituras da Constituição do Império e a História do Brasil.⁽²⁾

A escola assegura a prevalência do registro culto, com base nas normas de Portugal.

Segue importante, nesse sentido, a ação da imprensa. Ela amplifica ainda mais seus espaços, há muito significativos. Multiplicam-se periódicos, ainda que com vida no mais das vezes curta. A nação encontra-se em fase de plena afirmação política e cultural.

Tais publicações assumem posicionamentos de caráter oficial ou oficioso nas províncias onde se desenvolvem. Com fidelidade ao ritmo dos ventos da atividade política e dos interesses de grupos, na corte e em regiões conflituadas. Carregam-se de representação local. Crescem em ritmo acelerado. Sua atuação, no âmbito da formação de opinião encontra obstáculo no alto índice de analfabetismo vigente. Mas contribuem em grande parte para a sedimentação da língua portuguesa e do registro privilegiado. Não nos esqueça de que são veículos de comunicação do segmento dominante na sociedade de então.

São também publicados jornais vinculados às comunidades francesa e inglesa existentes no Império, como o *Courrier du Brésil*, o *Rio Herald*, o *The Rio Packet*. E surgem revistas, que podem ser consideradas especializadas. É o caso do *Auxiliador da Indústria Nacional*, publicado a partir de 1833.

Jornais e revistas, sobre serem testemunhos da vida comunitária, contribuem fortemente para a sedimentação da língua portuguesa como hegemônica, na sua condição de idioma oficial e generalizado. Possibilitam ao portu-

guês culto e escrito a ocupação de espaços significativos. Há leitores, em pequeno contingente, mas existem. A relação entre alfabetização, conhecimento e aptidão contribui também para a prevalência do uso culto, exigido para determinadas situações de fala. A coerção social associa-se ao imperativo da legislação.

No **Segundo Reinado**, a nação independente mantém o traçado geográfico da centúria anterior, com lugares ainda desconhecidos e tribos virgens do contato branco. O que significa a presença de línguas vernáculas indígenas.

Ainda se configura, de início, alguma turbulência. As datas das sublevações assinaladas a evidenciam. Acrescentem-se as chamadas “guerras do sul” (1851), contra Oribe, Rosas e Aguirre e algumas intervenções internas, facilmente identificáveis nos livros que contam a história do País.

A propósito, no consenso dos historiadores, é tempo de polarização de tendências ideológicas e políticas entre liberalismo e conservadorismo. De sedimentação da consciência de identidade nacional. O Brasil se sabe Brasil.

À época, registram os livros especializados, a economia segue centrada na agricultura, em que pese a queda da exportação do açúcar e do algodão. Ascende vigorosa da cultura cafeeira, que, gradual, se desenvolve no vale do Parnaíba, terras do Rio de Janeiro, se desloca para Minas Gerais e, com forte presença, para São Paulo. Surge a rica e poderosa classe dos fazendeiros do sul. Desenvolve-se o comércio exterior. Ganha força a indústria nascitura, com estaleiros, fábricas, estradas de ferro, portos, companhias de navegação. Movimenta-se a migração interna.

A estrutura social inclui, em paralelo, quilombolas, barqueiros, boiadeiros, marinheiros de embarcações fluviais, lavradores trabalhadores ocasionais, trabalhadores livres. Com suas falas matizadas.

Números estimados contabilizam, entre 1850 e 1888, de cem a duzentos mil escravos migrantes no território das zonas açucareiras nordestinas na direção centro-sul. Falantes de um por-



tuguês ainda mais matizado.

A extinção do tráfico de escravos não impede o fluxo, agora pela via ilegal do contrabando. Dilui-se o cuidado dos mercadores com evitar o aporte de escravos unilíngues nos centros mais populosos. Em consequência, presentifica-se, desde a primeira metade do século, a intercomunicação entre falantes africanos da mesma língua. Na decorrência, a provável utilização, em alguns quilombos, de falares negros unificados, notadamente no Rio de Janeiro e na Bahia. A mescla continua e amplia o abasileiramento da língua portuguesa.

Pouco a pouco, configura-se ampla e ativa a participação de contingentes populacionais na vida social, política e intelectual. Ainda longe, entretanto, de índices representativos de alfabetizados.

A população, dispersa, que totaliza 14.333.000 habitantes em 1890, é, na maioria, composta de analfabetos, usuários, em consequência, em termos de língua portuguesa, do português “vulgar”, sem domínio do registro “culto”.

Localizado, persiste o emprego da Língua Geral Amazônica. Disperso, no convívio familiar e comunitário, o emprego de idiomas congêneres. Em menor escala. Os demais segmentos populacionais seguem valendo-se do português e dos respectivos vernáculos.

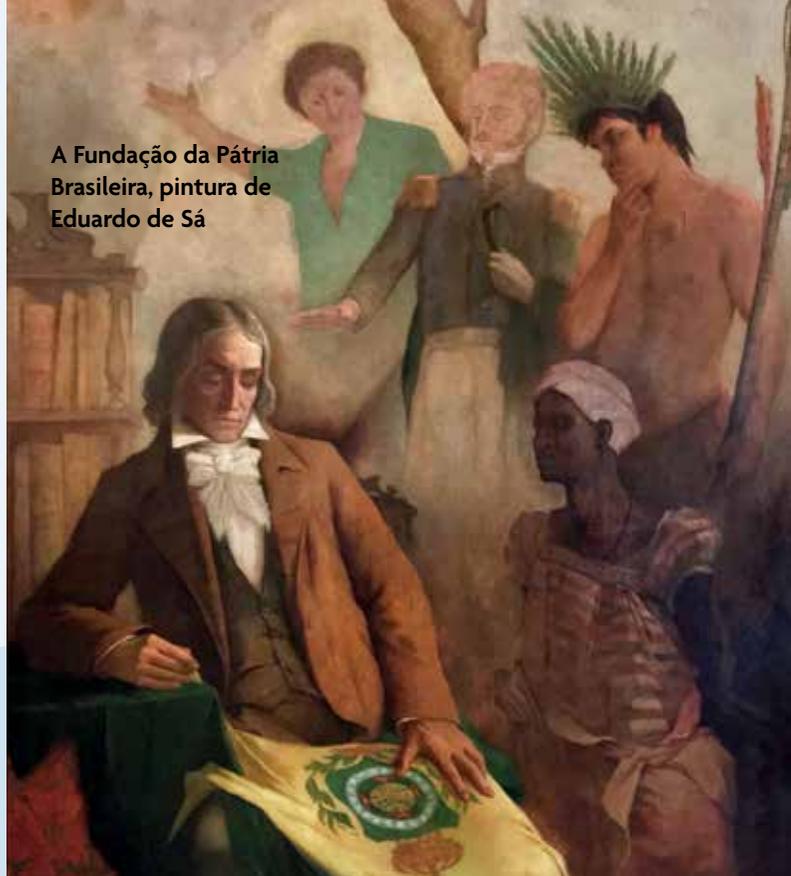
A sociedade é, à época, fundamentalmente agrária, latifundiária e escravocrata. A classe média ascende, social e politicamente. Ainda que quase sem consciência dessa circunstância. Seu modelo de comportamento é a classe dominante que, ciosa e experiente, garante sua presença no comando do poder público e na orientação oficial do uso do idioma. E privilegia o registro “culto”.

Acelera-se, nas principais cidades, o processo de urbanização. Áreas rurais transmudam-se em suburbanas. Criam-se instituições financeiras, sociedades anônimas, companhias de seguro, variados estabelecimentos comerciais. Dinamiza-se a migração interna, mobilizadora de distintos segmentos comunitários. Multiplicam-se espaços de vida social e lazer. Surgem livrarias, associações vinculadas a manifestações artísticas, cafés, confeitarias, teatros, locais destinados a passeios públicos. A nação moderniza-se.

Acentua-se, na dinâmica do processo social, a estruturação multifacetada da comunidade. Ampliam-se os espaços da intercomunicação pessoal e da convivência das múltiplas variantes regionais e socioculturais do idioma.

Começa, certamente, a evidenciar-se a valori-

A Fundação da Pátria Brasileira, pintura de Eduardo de Sá



zação da variante de prestígio. Em paralelo, esse registro abre-se a formas de registro informal e de línguas estrangeiras.

Desnecessário destacar os impactos nos rumos do idioma da vaga abolicionista e da abolição. Da valorização da ciência. Das repercussões do pensamento europeu e sua adaptação à realidade brasileira. Com sua repercussão nos rumos na visão de mundo e da literatura, arte da palavra.

Gradativamente, a imprensa, presentificada por toda a parte do Império, informa e forma, na letra do texto. Reforça a configuração comunitária o agora mais amplo contingente letrado, que sintetiza no discurso muitas das linhas mestras do complexo mitológico brasileiro. Na imprensa e, especificamente, nos textos de literatura.

Destacam-se textos literários centrados em aspectos psicológicos e culturais da gente do Brasil. Repercutem no processo literário brasileiro as tendências europeias do momento histórico. Sem ameaças à singularidade. Sem perda da dimensão universal e das marcas próprias. A obra de Machado de Assis o exemplifica superlativamente. Não sem motivo mantém-se permanente atual ao longo do tempo.

A partir dos começos da segunda década do século 19, ganha o interesse dos estudiosos a preocupação com a questão da língua portuguesa do Brasil. Evidencia-se a preocupação com a caracterização da norma brasileira. Lentamente. E José de Alencar vaticina:

Em especial vai-se libertando a língua portuguesa do Brasil das normas clássicas dos escritores portugueses. As línguas progridem e se transformam – se a língua portuguesa não pode progredir, há de transformar-se para formar a língua brasileira. Negá-lo é negar o futuro do Brasil. [...] o dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português: cada vez essa distinção deve ser mais profunda. (3)

Na comunicação comunitária, oral ou escrita, no discurso do cotidiano e em outras instâncias do uso do idioma, o português assume a plena prevalência. Já marcado por diferenças em relação ao português e ao português africano, atestada no texto de escritores e na caricatura. Dividida ao longo do território imperial em distintas variantes regionais e socioculturais.

Cede ainda algum espaço à Língua Geral Amazônica, a algumas línguas indígenas e a dialetos crioulos ou a dialetos da África, localizados, sem grande volume. Nos engenhos, o português matizado dos negros sobrepõe-se, gradativamente, às falas indígenas.

A imprensa segue contribuindo para a consolidação do registro culto do idioma dominante. A escola converte-se em guardião da modalidade. Assume o seu ensino sistemático. Ganha presença, no uso do idioma, a dicotomia “certo” e “errado”. A arte literária abre-se levemente ao aproveitamento do registro “vulgar” ainda que privilegie o “culto”.

Ao longo do Império, os segmentos letrados da nação mantêm contato com as ideias dominantes no mundo europeu de então. Conscientiza-se da importância do conhecimento, como estratégia ascensional. A assunção cultural assume novos matizes, com marcas de singularidade. Conhecimento e língua estão estreitamente vinculados.

A manifestação escrita começa a ocupar maior espaço, a cada passo ampliado. Sobre tudo na imprensa e na literatura. A língua escrita permanece, nesse âmbito, fiel à tradição portuguesa, sem grande permeabilidade diante da língua falada e viva, que se multiplica nas suas variantes regionais e socioculturais, por força dos múltiplos e vários intercâmbios, no contato cotidiano. Diminui, ainda longe do ideal, o vácuo assinalado por Celso Cunha.

Cumprir não perder de vista uma realidade, historicamente comprovada: quem faz a língua é o povo. E a língua acompanha a dinâmica do processo sociocultural em que se insere. A pa-

"CUMPRE NÃO PERDER DE VISTA UMA REALIDADE, HISTORICAMENTE COMPROVADA: QUEM FAZ A LÍNGUA É O POVO."

lavra, no discurso, o evidencia. Pelo menos até que a imprevisibilidade do futuro abrigue outras configurações.

CONCLUSÃO

Com a Independência, sedimenta-se no Brasil a consolidação e a hegemonia da língua portuguesa, já matizada por línguas indígenas, africanas e, em menor escala, por línguas de imigrantes. Assim situada, predomina na comunicação em todo o território nacional, na diversificação de suas variantes socioculturais e regionais.

Na segunda metade do século 19, ganha vulto a preocupação de escritores e de estudiosos com uma norma culta brasileira. Uma norma paritária, em relação ao português europeu e ao português africano, uma variante geográfica da mesma língua que une a comunidade lusófona: o português brasileiro ou a língua portuguesa do Brasil. ■

O presente texto sintetiza matéria tratada e documentada pelo autor em seu livro "Muitas línguas, uma língua – A trajetória do português brasileiro", que traz ampla bibliografia fundamentadora e textos ilustrativos dos usos do idioma ao longo do tempo. Cf. Muitas línguas, uma língua – A trajetória do português brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017. p.258-373.

NOTAS

(1) CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. p.21.

(2) < planalto.gov.br/ccivil.03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm>

(3) ALENCAR, J. de . *A língua portuguesa do Brasil -Plano-* In: _____ *Obra completa*. v. 4. Rio de Janeiro: José Aguilar.1968. p. 8 e 11.

* Membro da Academia Brasileira de Letras

INDEPENDÊNCIA

ou

INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Ilustração de Daniel Ribeiro



Luis Paulo Rosenberg*

Duzentos anos de independência política, uma data a ser celebrada, pois não foram poucas as conquistas até aqui alcançadas.

Criamos uma nação pujante, que manteve uma quase miraculosa integridade territorial, a partir de uma faixa litorânea copiosa. Ocupamos o interior, mantendo fronteiras com quase todos os países sul-americanos, sem confrontos latentes. Mais: caldeamos culturas, preservamos um só idioma em todos os rincões, criamos uma sociedade aberta, onde religiões convivem

com respeito mútuo, imigrantes desenvolveram uma miscigenação abrangente, originando um exemplar sociológico único, uma espécie de super-homem tolerante, que resolve suas diferenças com o jeitinho brasileiro, criando um gingado só nosso e que é observado pelo mundo com muita curiosidade e admiração.

Neste processo de construção de uma nação, aplausos para o Itamaraty, uma instituição com uma filosofia própria e contínua, onde sempre se buscou resolver conflitos pela negociação e não pela força e que respeita religiosamente a

doutrina de não se imiscuir em assuntos internos de outros povos, sempre dispostos a sermos parte da solução de conflitos internacionais e não provocadores deles.

Como resultado, pode-se afirmar que o Brasil é um dos países mais admirados do Planeta, visto como exemplo pelas nações africanas, mantendo relações diplomáticas e comerciais com a Ásia e com o Leste e Ocidente europeus, equilibrando-se com maestria durante a Guerra Fria entre os dois grupos que se digladiavam. Compusemos a força de pacificação da Organização das Nações Unidas (ONU) em inúmeras ocasiões: mesmo no conflito mais complexo do mundo – a crise entre muçulmanos e judeus – a harmonia que aqui prevalece entre as respectivas colônias de imigrantes sugere um papel importante para nós, numa futura composição política para solucionar aquele foco de tensão.

Todos os temas que dividem sociedades no cenário internacional têm no Brasil um laboratório invejável de busca de soluções consensuais, indo do direito ao divórcio à defesa dos direitos das mulheres, na luta contra o racismo, passando pela liberdade de escolha de gênero à defesa ambiental.

Assim, seja pela riqueza e diversidade dos nossos recursos naturais, seja pela cultura tolerante das nossas instituições e pela consciência social de que este país tem um papel conciliador de liderança crescente na ordem internacional, fizemos do Brasil um país único na busca de uma ordem internacional mais fraterna e liberal.

Por outro lado, temos ainda desafios gigantesco a superar. O estigma da escravidão, por exemplo, é um tumor difícil de ser extirpado. Não só pelo diferencial de renda com que os escravos liberados iniciaram sua inserção no mercado de trabalho, mas também pela ignomínia que um prolongado período de escravatura crava na alma dos descendentes das vítimas deste flagelo. Neste contexto, é notório o caso da sociedade americana que, com toda a abundância econômica, não conseguiu ainda superar o sentimento de injustiça vigente na comunidade negra. Veja um exemplo positivo: a homogeneidade social da China é um fator de-

cisivo para que ela venha a superar, economicamente, os Estados Unidos, em poucas décadas. Uma sociedade independente depende de paz interna, de solidariedade, para que todos rechem numa só direção, antes de consolidar sua independência econômica.

Outro desafio na nossa caminhada para a independência econômica é a brutal concentração de renda que ostentamos. De fato, nenhuma economia com o grau de desenvolvimento que já alcançamos convive com o abismo feudal entre a renda dos mais abastados e a dos mais necessitados. Alguns culpam esta situação pela falta de consciência social dos governos de Direita. Outros, pelo populismo da Esquerda. Com todo o respeito por ambos os lados, nenhum deles teria competência para gerar tanta iniquidade.

O culpado, na verdade, é o modelo tupiniquim, que permitiu o inédito amancebamento do Brasil com a inflação por cerca de quarenta anos, sem que a moeda local perdesse credibilidade. Vale dizer, sem que o dólar substituísse a moeda local, como aconteceu em quase todas as economias do mundo onde a inflação disparou (na linha de frente destes países, a Argentina, que até hoje peleja para se libertar desta praga). Por que nós conseguimos o milagre da preservação da moeda local, apesar da inflação crescente durante tantos anos? Porque com nossa criatividade, inventamos um sofisticado sistema de ajustes automáticos dos preços básicos – a chamada indexação – que fazia com que o lado real da economia funcionasse, a despeito de taxas mensais de vinte por cento ou mais, ao mês. Nossa inflação sempre subia por degraus, sem disparar a taxas crescentes, que expulsam a moeda local e dolarizam a economia, com perdas dramáticas para todos. Foi este artefato criativo que possibilitou a economia brasileira



Contraste urbano na cidade do Rio de Janeiro. A concentração de renda representa um dos grandes desafios para a independência econômica do Brasil.

funcionar por tantos anos, crescendo, exportando, gerando impostos, a despeito da inflação irrefreável. A contrapartida foi a brutal concentração de renda que engendrou. Exemplifico: por normas legais, o salário era corrigido automaticamente pela inflação do mês anterior, bem como os aluguéis. Já a taxa de câmbio e os juros eram corrigidos diariamente. Ora, se a inflação mensal estivesse em vinte por cento, veja a corrosão salarial que o trabalhador sofria no mês, enquanto os investidores e os exportadores – a classe alta – recebiam reajustes diários. Na medida em que a inflação subia, a brecha de renda

entre ricos e pobres aumentava. Este sistema foi se aperfeiçoando, desde a década de 60 até o Plano Real, constituindo-se na mais perversa das heranças legadas à nossa sociedade.

É cristalina a evidência de que construímos uma nação politicamente independente, com espaço definido no conjunto dos países, com teses e atitudes que granjeiam atenção mundial pelo nosso “jogo de cintura”. Mas afirmar que atingimos a independência econômica é tarefa mais complexa.

Em primeiro lugar, o que é independência econômica? Talvez, sob o prisma de Segurança Nacional, a definição poderia ser “ter a capacidade de autoabastecimento de todos os insumos e produtos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da sociedade”. Evidentemente, para um país com a abundância de recursos naturais de que dispomos, somada ao grau de industrialização que já atingimos e, modernamente, com a excelente safra de talentos disponíveis na área de tecnologia e gestão, bastaria um bom planejamento plurianual de parceria entre os setores privado e público para assegurar o atingimento daquele objetivo. E, depois da invasão da Ucrânia pela Rússia e seus danos sobre a economia europeia, é válido cogitar se alguns setores fundamentais deveriam estar preparados para a eventual necessidade de autossuficiência. Mas, admito que tal estratégia deveria ser definida pelos profissionais da Defesa Nacional e não por economistas, cujo treinamento limita-nos a saber estimar qual o custo para a sociedade, se o tomador de decisão optar por este caminho.

Do ponto de vista exclusivamente econômico, uma sociedade atinge o patamar de excelência econômica quando todos os recursos do país, incluída sua capacidade de exportar e importar, estão sendo otimamente alocados, de acordo com os anseios da população. Repare no conflito entre a definição de autossuficiência e a visão econômica: enquanto na primeira definição, “independência” significa não precisar de outras nações, no enfoque da economia liberal, o objetivo é focar na produção do que somos mais eficientes, eventualmente trocando parte da nossa produção por aquilo que o mundo faz melhor do que nós. Exemplo: em vez de aplicarmos capital e trabalho na produção de soja e roupas, por que não dar menos prioridade a produzir vestuário e preferir dotar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de recursos de pesquisa para desenvolver as espécies mais produtivas de soja ou in-



As atividades desenvolvidas pela Embraer, uma das maiores fabricantes de aeronaves do mundo, possuem importância estratégica para a economia brasileira



vestir mais na exploração do pré-sal? E, em seguida, exportar parte desta produção, gerando os dólares necessários a importar roupa da China, cujo custo é menor do que o aqui produzido e, portanto, mais acessível às classes carentes?

Alguns rechaçam esta tese, alegando que tal atitude nos relegaria a meros produtores e exportadores de produtos primários, de baixo valor agregado, enquanto economias como a chinesa com sua vocação industrial, ou Israel, com sua competência tecnológica, teriam um padrão muito mais moderno de desenvolvimento e sustentação de suas economias.

Este argumento é falso, pelo menos pelas seguintes razões:

- alimentos e minerais têm exigências de rígidas condições ecológicas para sua produção, enquanto a produção industrial pode ocorrer em qualquer espaço: só poucos países privilegiados dispõem de extensas terras férteis, condições climáticas favoráveis e reservas minerais abundantes. Esta é uma boa razão pela qual os preços dos produtos primários estão continuamente em alta, enquanto os produtos eletrônicos, por exemplo, são cada vez melhores e mais baratos;
- a tecnologia embarcada na nossa produção de alimentos e matérias-primas frequentemente é mais significativa do que a de automóveis. Não, há, portanto, razão para falar em defasagem tecnológica por focar na cadeia produtiva de produtos primários; e
- não precisamos abdicar de termos uma produção industrial relevante, pois nosso mercado interno é tão amplo e de poder aquisitivo crescente, que vários setores domésticos são competitivos naturalmente.



Complexo Naval de Itaguaí (RJ), um dos mais modernos centros de construção naval do mundo e onde está sendo desenvolvido o casco do Submarino Convencional de Propulsão Nuclear Brasileiro

Por exemplo, toda a indústria de beneficiamento de produtos primários pode se desenvolver no Brasil em melhores condições do que na maioria dos outros países.

Mas, e se o governo quiser estimular a produção industrial nacional, seria um crime de lesa-pátria? Não necessariamente, haja vista nossa indústria aeronáutica, que concorre no mercado internacional em igualdade de condições com os melhores fabricantes. Mas note como ela chegou até aqui: um visionário genial, o Brigadeiro Casimiro Montenegro Filho, criou, na década de 50, um centro de ensino e pesquisa nos pântanos de São José dos Campos, donde germinou o Instituto Tecnológico da Aeronáutica e sua filha Embraer. Similarmente, o polo naval de Itaguaí – um dos mais integrados e modernos centros de construção naval do mundo – pode repetir no mar o que conseguimos no ar. E o domínio do ciclo do urânio deve seguir este mesmo modelo, assegurando que o Brasil estará

no jogo nuclear, quando esta opção prosperar. Treinar cérebros para serem tão bons quanto os mais talentosos do mundo, adotar tecnologias mais avançadas do que a adotada pelos velhos operadores internacionais, conscientizar os políticos da importância de dar escala mínima de operação econômica para estes núcleos é a forma trabalhosa, mas perene, de se alcançar competitividade industrial setorial.

Inaceitável foi ter inundado com subsídios as montadoras multinacionais para produzir aqui automóveis e caminhões caros e defasados do estado das artes, incentivando artificialmente o transporte rodoviário e atrofiando a nossa natural vocação ferroviária, com consequências desastrosas para o custo logístico do Brasil. Pior: a malsinada Lei da Informática, que proibia a importação de computadores, gastando bilhões em subsídios para oportunistas com documento de identificação brasileiro, o que retardou nosso ingresso na era digital sem enraizar uma indústria nacional viável, apesar de décadas de exclusividade no atendimento do nosso mercado.

Todos estes argumentos servem para defender que estamos bem avançados na conquista da independência econômica, desde que entendida como sucesso na interdependência com as nações parceiras. O progresso alcançado na liberação da economia com a redução das alíquotas de importação e a receptividade com que tratamos o investimento estrangeiro estão progressivamente abrindo nossa economia à integração global. As privatizações e concessões, que transferem o ônus de prover infraestrutura do setor público para o privado e a cristalização de um pano de fundo institucional, que garante segurança jurídica a quem investe, são conquistas notáveis para acelerar ainda mais nosso crescimento. E esta modernização da economia vem avançando inexoravelmente desde governos militares, passando pelos social-democratas e trabalhistas, e continuando no atual.

De Colônia explorada pela Metrópole, passando pelo Império – quando se concretizou o conceito de nação – até a República e seu surto cafeeiro e industrial, criamos as bases para uma nação em paz com os parceiros e almejando ser protagonista no campeonato mundial, não só no futebol, mas em todas as áreas da experiência humana: sociocultural, tecnológica e empresarial.

E como deverá evoluir este processo de independência econômica com laços crescentes de interdependência?

Um instrumento poderoso, mas ainda subutilizado, é o Mercosul. O exemplo da fartura e equalização de riqueza que a experiência europeia revela é o paradigma a ser perseguido. No nosso caso, a união econômica é extremamente vantajosa para o Brasil, dada a dimensão geopolítica que temos, talvez maior do que a alemã na União Europeia. Conseqüentemente, a expansão regional se fará necessariamente com o Brasil fazendo concessões econômicas para os demais países-membros, em troca de maior dominância política. Trata-se, portanto, de uma alavanca da representatividade internacional do País nos foros internacionais, além de todas as vantagens econômicas que uma aliança regional engendra. Mormente, quando se dimensiona o conglomerado político-econômico que decorrerá do casamento entre Mercosul e União Europeia, já consensada e em fase de aprovação; juntas, as duas regiões constituirão um conjunto econômico de tamanho similar à dos Estados Unidos.

Finalizando, gostaria de chamar a atenção para um embricamento fundamental para a independência econômica: as sinergias entre as áreas governamentais de Defesa e Economia. Tive a oportunidade de trabalhar na equipe do Ministro Delfim Netto, durante o Governo Figueiredo. Naquele tempo, os militares tratavam de Defesa, sem interface com a área econômica, enquanto os titulares de Fazenda e Planejamento geriam a política econômica, com grande autonomia. Ou seja, eram como dois planos paralelos, praticamente sem interseções, que procuravam otimizar, separadamente, suas missões, enquanto governo.

Com a globalização, o cenário mudou fundamentalmente. Claro, desde que o mundo é mundo, o lema “Quer paz? Prepare-se para a guerra.” prevalecerá inexoravelmente. Mas, repare na dinâmica da nossa evolução econômica: passamos séculos só ocupando a faixa litorânea, a colonização da Amazônia nunca perdeu seu aspecto artesanal e a grande conquista recente foi a ocupação econômica do Cerrado, graças às pesquisas agrônomicas bem-sucedidas e o empreendedorismo rural emigrado do Sul. A próxima etapa será a exploração da nossa Plataforma Continental. Já tornamos realidade a inclusão de um patrimônio petrolífero colossal, como é o pré-sal. Virando a esquina, teremos as fazendas de captação eólica *offshore* e, depois, a era do hidrogênio. E só Deus sabe quanta riqueza mineral jaz nas areias submarinas. Ou seja, estamos prestes a dispor de um aparato



A integração entre projetos econômicos e os da Marinha do Brasil é fundamental para fomentar e proteger atividades econômicas desenvolvidas a partir de recursos naturais



empresarial, que demandará um esforço gigantesco da Defesa para garantir que a ganância de estrangeiros não virá piratar tal patrimônio, sob risco de a incorporação da Plataforma à riqueza nacional continuar sendo apenas um sonho irrealizável. Note que esta nova realidade torna obsoleta a ideia de que Economia e Defesa são mundos disjuntos: os projetos da Marinha e os da Economia terão que ser integrados e simultâneos, uma realidade para a qual devemos nos preparar urgentemente.

Mas há mais: considere a Amazônia, objeto da cobiça e das atenções do mundo todo. Atualmente, estamos lidando com a questão da ocupação econômica daquela região de maneira fragmentada, dando espaço a queimadas para uso agropecuário, tráfico de drogas e exploração mineral preponderantemente criminoso. Haja vista que o principal instrumento de fixação do trabalhador à Região ocorre na Zona Franca de Manaus, uma solução com méritos geopolíticos, mas de um custo social insustentável a longo prazo. Precisamos avançar para um modelo de manejo da Floresta e suas riquezas muito bem planejado e adequadamente financiado. Neste contexto, é notório que o mercado financeiro internacional está viabilizando uma fonte de recursos valiosíssima: a venda de



certificados de carbono. Ora, se a Amazônia é o pulmão do mundo, que se recrute a comunidade internacional a preservá-la. Não através da herética tese de sua internacionalização, mas sim forçando os poluidores do Primeiro Mundo a pagarem para que a floresta seja preservada. A missão de patrulhar o cumprimento deste novo modelo amazônico, novamente, deverá ser obtida pela integração das ações econômicas e de defesa.

Em suma, nossa marcha para criar uma nação respeitada, próspera e independente tem sido vitoriosa, ainda que não de forma linear. Ao celebrarmos duzentos anos de independência política, temos que continuar avançando na direção de delegar e vigiar a ação do setor privado, substituindo o governo em tudo que não sejam atividades típicas de um estado moderno: concentrar seus recursos no planejamento estratégico do crescimento com diminuição das disparidades de renda, balizar o investimento privado para infraestrutura, educação e saúde, exercer a atividade de policiamento e distribuir justiça. Mas atenção e recursos especiais devem ser dados à nova exigência de Segurança Nacional, onde além de se prover fundos para a defesa territorial do País, a Defesa deve garantir a empreendedores nas novas áreas de atuação corporativa que seu patrimônio não estará ameaçado de saque por oportunistas de fora e de dentro. ■

* PhD em Economia, foi professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e assessor do Ministro Delfim Neto e do Presidente José Sarney

A FAB NOS 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

José Roberto Scheer *

“Somos o que repetidamente fazemos. A excelência, portanto, não é um feito, mas um hábito!”

Aristóteles

Nascida em combate e batizada no fragor da batalha, em plena 2ª Guerra Mundial, a Força Aérea Brasileira (FAB) desempenha um papel transcendental na história do Brasil.

Com o passar dos anos, muitas foram as conquistas que nos fazem sentir orgulho de uma Instituição tão nobre em seu passado e que vive o presente com dedicação e perseverança para, cada vez mais, concretizar feitos, sem temer as adversidades.

Mais do que pertencer, a FAB faz a história do Brasil por meio das suas realizações e da sua contribuição ao povo brasileiro, do qual é gerada e a quem deve prestar contas. Nessas comemorações aos duzentos anos da Independência, renova o compromisso, graças a sua presença atuante, na constante e eterna prontidão para atender ao chamado da Nação e garantir a sua soberania.

Desde a sua criação, em 1941, a Força Aérea Brasileira é parte indissolúvel da sociedade, fazendo o bem pelo País, da maneira mais efetiva e eficiente possível.





FAB na 2ª Guerra Mundial

Fotos: Força Aérea Brasileira

Essa saga teve início com demonstrações de coragem e de fé na missão, quando a aviação ainda ensaiava os seus primeiros e hesitantes passos. Os pioneiros do Correio Aéreo Nacional (CAN), apoiados por mapas incipientes e por instrumentos imprecisos, partiram para o interior do País, seguindo rodovias e linhas férreas, desbravando campos de pouso e atingindo regiões consideradas inóspitas, a fim de traçar os caminhos que, hoje, integram a nação brasileira, ferramenta ideal para acelerar o crescimento econômico do País.

A FAB, por meio da Aviação de Transporte, garante a mobilidade da tropa, repatria brasileiros em situação de notória fragilidade social, em países sob conflito, desloca efetivos para o cumprimento das sensíveis missões de paz, entrega urnas para os pleitos eleitorais em locais inóspitos, transporta órgãos para transplantes, protege nossas matas e florestas no combate a incêndios, fornece suporte logístico às pesquisas no Continente Antártico, cumpre as missões de Reabastecimento em Voo, realiza o lançamento de paraquedistas e de cargas, atua diuturnamente na mitigação do sofrimento dos cidadãos cometidos pelas tragédias climáticas (enchentes, transbordamentos, desbarrancamentos etc.) e garante o transporte de insumos, de bombeiros e dos profissionais de saúde, em atendimento ao chamado do povo brasileiro.

É por meio das suas asas que a pandemia é combatida, que as vacinas chegam aonde são necessárias, que os doentes são evacuados para receberem os devidos tratamentos, que a população é cuidada e protegida. É assim que a FAB leva o alívio, o consolo, a esperança e o progresso para os lugares mais longínquos, unindo credos, sotaques e culturas, na sagrada missão de “Lançar, Suprir, Resgatar!”



A par da necessidade de integrar e mantê-lo constantemente defendido, em todo o seu espaço continental, incluindo as suas águas, a Aviação de Patrulha, há oitenta anos, vigia e protege, 24 horas por dia, uma região de 13,5 quilômetros quadrados, controlando a extensa área sobre o Oceano Atlântico e a defesa do nosso litoral.

É missão dessa Aviação a vigilância do mar territorial brasileiro, onde se situa a Zona Econômica Exclusiva brasileira, que concentra as maiores reservas nacionais de petróleo. Diuturnamente, atua nas tarefas de detecção, localização e identificação de embarcações nacionais e estrangeiras, facilitando a fiscalização e permitindo a adoção das devidas ações contra atividades ilícitas, tais como acidentes ambientais, contrabando ou pesca ilegal, a fim de evitar o acometimento de predatórios. Dotada de aeronaves com grande autonomia de voo, equipadas com modernos sensores, mapeiam terrenos, detectam aeronaves e incrementam a capacidade de combate na proteção do território nacional.

Não se pode deixar de enfatizar os valores que celebramos neste ano, relacionados à luta pela liberdade e pela democracia, razão pela qual verdadeiros heróis nacionais combateram o nazifascismo no teatro de operações europeu, há 78 anos, de onde muitos não voltaram.

Os grandes feitos produzidos por um jovem e seletivo grupo de brasileiros voluntários, que compunham o Primeiro Grupo de Aviação de Caça nos céus da Itália, deixou como legado a



Distribuição de alimentos



Evacuação aeromédica



Transporte de urnas eleitorais



Combate à dengue no Rio de Janeiro

garra e a fibra dos destemidos patrícios que, ao combaterem, representaram toda a Nação. Seus próprios ensinamentos eram pautados no entendimento de que somente homens adequadamente treinados e suportados, operando meios modernos e atualizados, são capazes de realizar a defesa de um país. Tais preceitos são rotineiramente comprovados nos diversos conflitos ocorridos na era moderna. No espaço aéreo europeu, cumpriram a nobre missão de assegurar a soberania da pátria e tudo aquilo que os seus cidadãos creem e pregam.

às perdas humanas. Nascia, assim, o embrião, ainda no imaginário coletivo da época, de uma missão em que tripulações corajosas passariam a voar em céus hostis com o objetivo de salvar uma vida humana, a despeito de sua própria, sendo isso o início de uma nova aviação que passaria a ser conhecida como Aviação de Busca e Salvamento.

Para permitir a plena prontidão durante os 365 dias do ano, as aeronaves e tripulações especializadas nessa tarefa, ao “toque da sirene”, certamente decolarão, colocando a missão acima de seus interesses pessoais e do próprio bem-estar. E, o farão com coragem, dedicação, espírito de corpo e perseverança, valores inerentes a esses militares que mantém viva a chama dessa nobre missão... “Para que outros possam viver.”

E a saga de salvar vidas continua para além das nossas fronteiras. Na década de 1960, em apoio à missão de paz da Organização

F-39E Gripen

Foto: Sgt Johnson / Força Aérea Brasileira



É nessa preservação do espírito combativo herdado dos nossos heróis de guerra, que é mantido o preparo e são constantemente desenvolvidas e aprimoradas novas doutrinas, táticas e técnicas necessárias para a operação plena dos vetores que garantem a soberania do espaço aéreo brasileiro. “Senta a Púa! Brasil!”

Ainda na 2ª Guerra Mundial, quando muitas aeronaves foram abatidas, foi percebido que a perda material era insignificante se comparada

P-47 Thunderbolt

Foto: Sgt Johnson / Força Aérea Brasileira





Transporte de órgãos



Operação na Antártica



Construção da pista de Tiriós



Construção da pista de Eirunepé

das Nações Unidas (ONU), no sul do Congo, uma equipe da FAB, a bordo de um helicóptero, realizou uma missão que ficou marcada na história como sendo a primeira de resgate real em combate da Aviação de Asas Rotativas.

Naquela ocasião, tripulantes e missionários foram salvos de rebeldes fortemente armados. Desde então, todos os desafios vêm sendo vencidos devido ao conhecimento e à resiliência de homens e mulheres que se superam diariamente em complexas e desafiadoras missões em prol dos povos. Em atendimento às necessidades brasileiras, a Aviação de Asas Rotativas continua engajada em todas as missões de grande importância para o País, principalmente levando o conforto, a qualidade de vida e a esperança em áreas onde nenhum outro meio é capaz de chegar, marcas indelévels dessa valorosa aviação. “Aos rotores! O sabre!”

A mesma FAB que cruza os céus para salvar vidas, está também fincada no solo, com a Arma de Infantaria, para garantir o direito de cada cidadão viver em paz. Em um retrospecto contemporâneo, a nossa Infantaria teve participação ativa nas operações de paz, integrando o batalhão brasileiro nas missões da ONU no Haiti e no Timor Leste, e nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), além de ter atuado, ativamente, na segurança dos grandes eventos realizados no País, como; os Jogos Mundiais Militares; a Copa América; a Jornada Mundial da Juventude; a Copa do Mundo; os Jogos Olímpicos; e os Paraolímpicos.

Na área de Ciência e Tecnologia, coube ao Ministério da Aeronáutica, hoje Comando da Aeronáutica (COMAER), o desafio de desenvolver, em um país de dimensões continentais, a Indústria Aeronáutica, a Aviação Civil e a Infraestrutura Aeroportuária, elementos essenciais do Poder Aéreo e que sempre prosperaram.

Atuando nos segmentos da Engenharia Aeroespacial, Aeronáutica, Civil, Cartográfica, de Agrimensura, de Computação, Elétrica, Eletrônica, Mecânica, Metalúrgica, de Infraestrutura, Química e de Telecomunicações, emprestam os seus conhecimentos nas ações de Emprego do Poder Aéreo e no Controle do Espaço Aéreo.

Os primeiros passos foram dados na década de 50, quando a FAB passou a caminhar a passos largos na ampliação do conhecimento e no desenvolvimento de soluções tecnológicas de elevado valor agregado, para fortalecer o Poder Aeroespacial, por meio de ensino, pesquisa, aeronáutica, defesa e espaço, desenvolvendo, atualmente, mais de 125 projetos, sendo vários de cunho estratégico.

Dentre as muitas conquistas, um especial destaque cabe à fundação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), ao final dos



Reabastecimento em voo de aeronaves F-5EM
Foto: Força Aérea Brasileira



anos 1960, tornando-a pujante e mundialmente respeitada. Seguindo-se no tempo, chegamos à construção do avião Bandeirante, dos veículos lançadores de satélites, do mais importante centro de lançamento de veículos espaciais do hemisfério sul – o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) - e de simuladores de voo para as aeronaves C-95M Bandeirante e T-27 Tucano, inclusive com o uso de realidade virtual.

Atualmente, estão debruçados na certificação das aeronaves KC-390 Millennium e F-39 Gripen, no desenvolvimento do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM) e do Projeto de Propulsão Hipersônica 14-X, que colocará o Brasil no rol das nações com o domínio da tecnologia capaz de impulsionar um vetor a velocidades superiores a cinco vezes a velocidade do som, revolucionando a indústria aeronáutica nacional.

Com a implementação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), que incumbe a FAB da responsabilidade pelo desenvolvimento de projetos no setor aeroespacial, assim como a operação e o monitoramento de satélites, estabelece-se a estratégia de implantação de sistemas espaciais de defesa com uso dual, militar e civil, permitindo que as operações das Forças Armadas tenham o necessário suporte das aplicações espaciais de forma coordenada e



Aeronave do Projeto 14-X

integrada. Além disso, traz benefícios diretos e indiretos a todas as ações de governo em prol da sociedade brasileira.

Na área de Infraestrutura podemos citar a construção dos aeroportos internacionais do Galeão, Brasília e de São Paulo, além da vultosa quantidade de aeródromos na Região Amazônica, por meio da fantástica atuação da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), permitindo a integração do território nacional, cuja malha aeroviária funciona como vetor de desenvolvimento.

Celebrar o aniversário de duzentos anos da Independência do Brasil não é simplesmente comemorar uma data. Significa reconhecer o

Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)

Foto: Sgt Rezende / Força Aérea Brasileira





Missão da FAB na Dimensão 22: manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria

valor que ela enseja, revivendo os feitos brasileiros, particularmente nas asas da Força Aérea Brasileira, cujos militares e civis que compõem o seu efetivo, verdadeiros guardiões do interesse coletivo e do bem-estar comum, fazem a história, pelo brilhante e profícuo trabalho desenvolvido. Somos uma instituição que possui pronta-resposta.

Criamos o conceito Dimensão 22, que sintetiza a responsabilidade de atuação da Instituição em sua missão de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria, em uma área de 22 milhões de km², com as ações de Controlar, Defender e Integrar.

Em prol da democracia e da liberdade, somos homens e mulheres, sucessores de Eduardo Gomes, e das insígnias personalidades, heróis do passado, que construíram esta Instituição. Como preito do legado e à memória que deixaram para as novas gerações, pela cultura e pelas tradições mantidas, é que devemos continuar prontos para o cumprimento da missão. Em tempo de conflitos de tantos interesses, devemos estar atentos para garantir a Defesa e a Soberania do nosso bem mais precioso: o povo brasileiro. Portanto, tenhamos orgulho do que fomos, do que somos e do que seremos. Por meio desse pensamento, desenvolveremos o sentimento honroso do dever cumprido.

Em toda a sua existência, a Força Aérea Brasileira, na devoção ao lema “Asas que Protegem o País”, é uma Força que une todos os credos e sotaques, formando, juntos, um conjunto harmônico de todo eficaz, como prega a doutrina dos nossos valorosos especialistas. Somos também as “asas altaneiras” que reverenciam e se fortalecem pelo trabalho diuturno, árduo e dedicado

dos civis e militares da Administração e das Finanças, do Ensino, do arcabouço Logístico quase inimaginável em cada decolagem, da Saúde que nos empresta suas mãos humanitárias, dos diversos quadros de Apoio da Aeronáutica e muitos outros que mantêm a Força Aérea Brasileira em voo ascendente.

Somos a Força da nossa gente, que enfrenta as intempéries amazônicas, atuando desde São Gabriel da Cachoeira até Fernando de Noronha, do Oiapoque até Uruguaiana, inspirados pelo amor ao próximo, pelo senso do dever, vigilantes na tutela de nossos mais autênticos preceitos. Assim, orgulhosos de nossas origens e de nossa história, percebemos que o futuro que se enxerga à nossa frente traz consigo grandes desafios, mas também a certeza de que nós trabalharemos, diuturnamente, para deixar nossa Nação repousar em seu Berço Esplêndido.

Tudo isso nos dá a certeza de que estamos na proa correta. Com a proteção e as bênçãos de Deus, seguimos em frente e para o alto. Afinal, essa é a nossa missão e o nosso alvo. Desde sempre, a Força Aérea Brasileira faz!

Ontem, hoje e sempre, somos os Guardiões do Poder Aeroespacial Brasileiro. ■

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) – Ordem do Dia do Aniversário de Criação do Ministério da Aeronáutica. Brasília, DF, 20 jan. 2022.
- INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. Coleção História Geral da Aeronáutica Brasileira. Rio de Janeiro: INCAER.
- LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. História da Força Aérea Brasileira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira Ltda, 1975.

*Major-Brigadeiro do Ar Refm, Subdiretor de Cultura do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER)

ASAS PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO

1922 ☩ 2022

A Primeira Travessia do Atlântico Sul, garantida como “tentativa”, transformou-se numa epopeia moderna que só homens de invulgar caráter conseguiriam finalizar. Foi a concretização de uma ideia de Sacadura Cabral e um desafio com Gago Coutinho. Um sonho realizado que portugueses e brasileiros compreenderam e assumiram, erguendo como seus heróis estes aviadores navais!

António Carlos Mimoso e Carvalho*

Dias antes de iniciar a Travessia Aérea, Sacadura Cabral recusava assumir como seguro o sucesso do empreendimento que estava prestes a realizar, desmontando notícias fantasiosas publicadas na comunicação social que procurava avidamente conhecer ou inventar detalhes sobre o voo. O comandante reiterava que nada estava garantido, muito menos chegar ao Rio de Janeiro em sessenta horas e em poucos dias. Insistia ter em vista, tão somente, uma tentativa de travessia aérea, apelando à contenção na exuberância das palavras.

Havia seguramente um claro conhecimento das limitações e perigos da missão, a consciên-

cia das dificuldades a enfrentar, mas não é crível que a amplitude das vicissitudes surgidas fosse um horizonte esperado, nomeadamente os dois longos períodos de espera pelos hidroaviões de substituição. O lapso de tempo entre a partida de Lisboa e a conclusão da travessia, num total de 79 dias, acabou por originar algum desinteresse internacional, mas promoveu, valorizou e engrandeceu o acontecimento no Brasil e em Portugal.

Gago Coutinho e Sacadura Cabral, após a última amargem da Travessia. Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brasil. 17 junho 1922. (Arnaldo Garcês. Museu de Marinha)



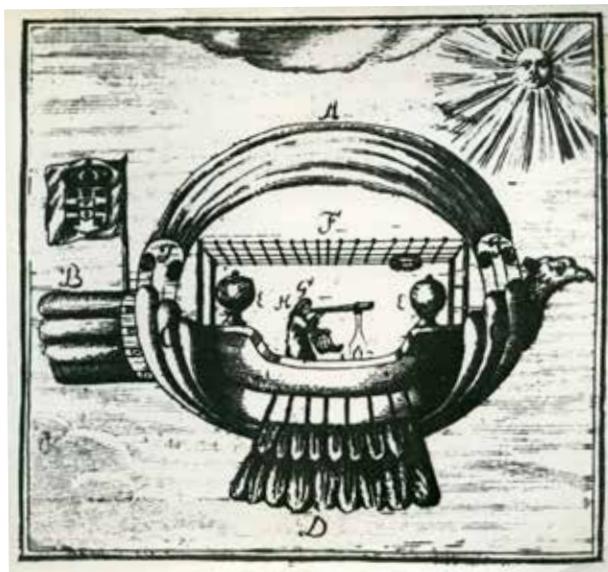
Sacadura Cabral e Gago Coutinho, além da natural ousadia, eram detentores de um profundo conhecimento e aptidões que lhes permitiam reconhecer permanentemente a posição ao longo da rota planeada. Pela primeira vez foi executada navegação aérea astronômica com precisão e continuidade, utilizando instrumentos e métodos inovadores, por eles desenvolvidos, diferenciando-os de todas as outras tripulações que, à época, cruzaram o Atlântico.

A necessidade da navegação aérea e a identificação dos instrumentos necessários, postos em prática pelos aviadores portugueses ao voar de Lisboa ao Rio de Janeiro, tinham sido apresentadas em 1709, mais de duzentos anos antes, quando o Padre Bartolomeu de Gusmão conseguiu elevar, em Lisboa, um engenho, a Passarola, garantindo o seu reconhecimento como figura precursora do voo. A “explicação da máquina” contida na petição ao rei D. João V incluía uma descrição do “instrumento de andar pelo ar” da mesma sorte que pela terra e pelo mar, assim como as suas atividades e aplicações. A representação gráfica revela uma Agulha de Marear pela necessidade de orientação e a figura do seu operador ou navegador tomando a altura do Sol para conhecer a própria localização. Para essa finalidade utiliza um astrolábio (designação preferida de Gago Coutinho para o sextante) ou balestilha compasso e a respetiva Carta de Marear.

Se a experiência realizada por Bartolomeu de Gusmão, um português do Brasil, pode suscitar dúvidas pelo “desenho da máquina” que chegou aos dias de hoje, a riqueza dos detalhes vai para além do voo e permite, desde logo, associar o inventor a um conceito de emprego e ao estabelecimento do requisito da navegação autónoma para voar e atingir os objetivos – as bases para o desenvolvimento da aviação comercial – eficazmente levadas à prática por Sacadura Cabral e Gago Coutinho, em 1922.

O CONHECIMENTO, INSTRUMENTOS E MÉTODO

Em 1919, ainda não era possível a navegação aérea independente sem referências e apoios do solo ou voando sobre o mar. Também, quanto maior fosse a distância entre os pontos de início e fim, dependendo da área geográfica onde se localizavam, maior era a probabilidade de erros influenciados por fatores meteorológicos. Era sabido que os desvios introduzidos à rota planeada podiam aumentar significativamente



PASSAROLA

Barca Voadora de Bartolomeu de Gusmão

Reprodução gravura do suplemento Wienerisches Diarium, junho de 1709. (Col. Pinheiro Correia. Arquivo Histórico da Força Aérea)

as distâncias, o tempo de voo e o consequente consumo de combustível, com impacto na possibilidade de ser atingido o destino estabelecido. Situações estas agravadas pelas limitações da autonomia das aeronaves e os elevados consumos dos motores, muitas vezes difíceis de controlar.

Este conjunto de circunstâncias impediu que Sacadura Cabral pusesse em prática a sua visão para a navegação aérea transcontinental. No entanto, passados três anos, em tripulação com Gago Coutinho, já dispunham do conhecimento, alguma prática e dos instrumentos para uma navegação aérea independente com segurança, facto testado e comprovado no voo realizado em março de 1921, ligando Lisboa ao Funchal, na ilha da Madeira.

Garantida a exatidão da navegação, passou a ser possível equacionar, pela primeira vez, a escala numa ilha de reduzida dimensão antes da plataforma continental brasileira, caso de Fernando de Noronha, encurtando a distância máxima a percorrer para 1.240 milhas na etapa mais longa e tornando viável o projeto da Travessia Aérea.

Para o efeito foi adaptado um sextante para observação astronômica a bordo de aeronaves, processos expeditos para determinar a altura de voo e a posição da aeronave, incluindo planeamento antecipado de posições. Em paralelo, os aviadores desenvolveram um corretor de rumos



SEXTANTE

Instrumento de alumínio para observações astronómicas com modificações introduzidas por Gago Coutinho. Acervo: Museu de Marinha, Lisboa / Foto: Carlos Senra Barbosa.

para o cálculo eficiente do abatimento por efeito do vento através de verificações visuais com procedimentos simples e eficazes. Adicionalmente, foram preparadas cartas de navegação específicas para as diversas etapas estabelecidas, merecendo destaque a possibilidade de se introduzirem, com rapidez, alterações à rota antes do início do voo.

A investigação pioneira e inovadora realizada, com base em princípios elementares da Geometria, da Física e da Astronomia, sem representar um progresso da ciência à época, consistiu no desenvolvimento do primeiro método científico de navegação aérea astronómica, tornando Gago Coutinho, indubitavelmente, o precursor da Navegação Aérea Científica.

Os surpreendentes resultados obtidos na função de navegador durante a missão revelam-se por cerca de 60% do tempo consumido ter sido voado sem avistar terra. A precisão obtida à chegada nas etapas mais longas, Canárias, S. Vicente e Penedos, foi surpreendente, com desvios desprezíveis por muito inferiores às 10 milhas, consideradas aceitáveis por Gago Coutinho.

AS MÁQUINAS AÉREAS: HIDROAVIÕES FAIREY IIID

Para além do requisito da navegação aérea, a inexistência de uma aeronave com a categoria desejada e adequada para cruzar a totalidade do Atlântico, cerca de 1.650 milhas, também afastou a hipótese de realizar a travessia em 1919.

Contudo, dois anos mais tarde, através da reconversão dos pressupostos, garantias na precisão da navegação aérea e a redução dessa distância tornou-se exequível a missão.

Consultados inúmeros fabricantes, estudadas no detalhe as várias possibilidades, em função dos recursos existentes e orçamento disponibilizado, prevaleceu a escolha de uma aeronave com flutuadores, equipada com motor *Rolls Royce Eagle 350 cv*, o *Fairey IIID F 400* na versão “transatlântica”, seguido da aquisição para avaliação operacional de mais dois hidroaviões *Fairey IIID*, o *F 401* e *F 402*, com dimensões mais reduzidas e participantes adicionais na missão ao Brasil.

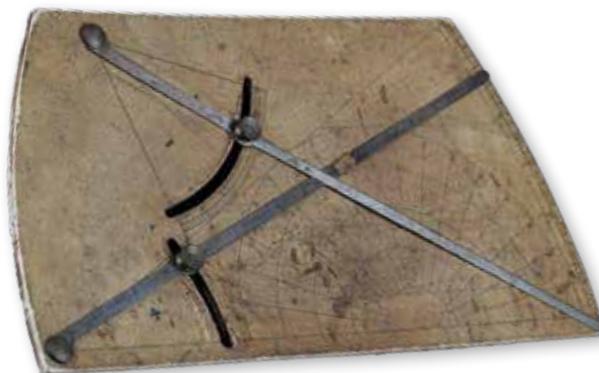
As garantias dadas pelo construtor satisfaziam os requisitos definidos que apontavam ser possível descolar com uma carga total de 7.245 libras, voar a distância da etapa mais longa com 1.240 milhas, manter uma velocidade média de 80 milhas correspondente a uma autonomia expectável de dezesseis horas de voo e poder, assim, escolher Fernando de Noronha como escala.

Em dezembro de 1921 foi decidida a aceitação final do hidroavião, embora se tenham encontrado dificuldades nos testes para atingir os valores estipulados, mesmo em condições de mar e vento favoráveis. Estas situações vieram a revelar-se mais tarde preocupantes, como a capacidade de descolar com o peso desejado e um consumo de combustível superior ao previsto, situação agravada pela constante entrada de água do mar nos flutuadores, o que obrigava a complicados procedimentos antes das descolagens.

Em termos da operação, as aeronaves tiveram um bom comportamento, tendo, contudo, sido

CORRETOR DE RUMOS

Instrumento concebido por Gago Coutinho e Sacadura Cabral para calcular de forma célere o abatimento provocado pelo vento. Apresentado no I Congresso Internacional da Navegação Aérea, Paris, 1921. Acervo: Museu de Marinha, Lisboa / Foto: Carlos Senra Barbosa.





Os aviadores prontos para a largada com o motor em marcha no plano inclinado da Doca do Bom Sucesso, captados pelas 6 horas e 50 minutos. Centro de Aviação Marítima de Lisboa. 30 março 1922. (Arnaldo Garcez. MM, Museu de Marinha).

necessário substituir duas delas. A primeira pela amargem menos conseguida com o *F 400*, nos Penedos – Arquipélago de São Pedro e São Paulo – e a seguinte devido à falha de motor do *F 401*, por deficiente funcionamento do sistema de combustível, que implicou uma descida de emergência e a conseqüente perda do hidroavião.

UMA ROTA AÉREA PIONEIRA

No dia 11 de janeiro de 1922, o *F 400* chegou a Portugal, dando-se início ao contra-relógio para a sua preparação, afinação e testes. Exímio no planeamento, Sacadura Cabral efetuou os preparativos para a missão, entregando instruções específicas aos navios destacados para o apoio navegarem para as Canárias, o Aviso “5 de Outubro” e a Canhoneira “Bengo” e, para Cabo Verde, o Cruzador “República”, de forma a respeitar a janela temporal definida.

Ao romper da manhã de 30 de março, os aviadores descolaram com o *F 400*. Presentes entidades oficiais, a Aviação Naval em peso, alguns que lhes eram próximos, a imprensa e operadores de imagem que viriam a permitir perpetuar esta extraordinária missão.

Apesar dos contratemplos nas Canárias, o sucesso da chegada a Cabo Verde gerou um entusiasmo generalizado que percorreu muitas das cidades portuguesas e brasileiras. O *F 400* receberia, desde logo e por decreto do governo, o nome *Lusitânia*.

O consumo real de combustível, sendo superior ao previsto pelo construtor, implicou um novo planeamento nas escalas da rota, considerando-se então a saída da cidade da Praia, prosseguindo diretamente para os Penedos e não para Fernando de Noronha, conforme inicialmente planeado e única hipótese de poder chegar ao Rio de Janeiro.

A 18 de abril, a quinta e mais longa etapa rumo aos Penedos, já em terra brasileira, foi iniciada sem certezas, devido aos imponderáveis

meteorológicos e aos diminutos 200 metros de extensão destas saliências rochosas, constituindo-se como o grande desafio da Travessia. Em permanente sobressalto pelo elevado consumo de combustível e ventos nem sempre favoráveis, chegaram junto do Cruzador “República”, nos Penedos, com um erro nulo na navegação em 908 milhas voadas, sempre em grande tensão, num esforço sobre-humano durante 11 horas e 21 minutos contínuos de pilotagem, quase com os depósitos de combustível secos, para com enorme satisfação iniciarem a aproximação. Porém, com surpresa, o mar inóspito e uma amargem menos conseguida ditou o fim do *Lusitânia*.



Mapa “Relatório da Viagem Aérea, Lisboa-Rio de Janeiro”.

Revista Aeronáutica. Órgão Aeroclubes de Portugal, Número Especial, Lisboa 1922. (Arquivo Histórico da Força Aérea)

O *F 401* foi enviado para sua substituição, logo que se soube do naufrágio, chegando aos Penedos a bordo do Navio "Bagé". A 11 de maio, terminados os preparativos, descolaram de novo de Fernando de Noronha para os Penedos a fim de retomar a totalidade da rota. Após o sobrevoo dos rochedos, já no regresso, o motor começou a falhar e uma amargem de emergência, bem-sucedida, a cerca de 170 milhas de Fernando de Noronha foi a solução. Após uma longa e arriscada permanência à deriva no mar, cerca de oito horas, os aviadores foram encontrados e recolhidos pelo navio mercante inglês "Paris City", perdendo-se a aeronave. Um novo hidroavião foi enviado a bordo do Cruzador "Carvalho Araújo", o *F 402*, matrícula 17, concluindo a Travessia após várias escalas na costa brasileira e merecidamente batizado, com pompa e circunstância, no Rio de Janeiro, como "Santa Cruz".

A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul foi única pelo seu pioneirismo, uma rota árdua e paulatinamente transposta, exigente pela elevada confiança e extrema precisão requerida à tripulação, que soube, com alma, voo a voo, amargem a amargem, superar as dificuldades e garantir o sucesso do empreendimento.

COESÃO, GÊNIO E VALOR: UMA TRIPULAÇÃO DE AVIADORES NAVAIS

A preparação, condução e execução da Travessia Aérea ficou a dever-se a uma tripulação de aviadores navais com um conhecimento e relacionamento de muitos anos que remontam aos trabalhos realizados em conjunto nos longínquos sertões africanos. Complementando-se mutuamente estudaram e prepararam os instrumentos que conduziram à execução, com garantia de sucesso, da navegação aérea transatlântica.

Sacadura Cabral⁽¹⁾, ideólogo e responsável pelas primeiras missões de longo curso sobre o mar, teve a iniciativa de apresentar uma proposta ao Ministro da Marinha, em maio de 1919, para ligar Lisboa ao Rio de Janeiro. Um ano depois, concretizou um voo de Calshot a Lisboa realizado por navegação estimada e referências exteriores para, em março de 1921, evoluir para uma aproximação científica à navegação aérea com o voo à ilha da Madeira.

Desde os primeiros contactos com a aeronáutica, Sacadura foi encarregado de obter informações e adquirir aviões para a Escola Aero-náutica Militar portuguesa, onde foi responsável



Gago Coutinho e Sacadura Cabral na fase de preparação da missão. Centro de Aviação Marítima de Lisboa. Março 1922. (Arnaldo Garcez. Arquivo Histórico da Força Aérea)

pela instrução de pilotagem e instrutor de voo a partir de outubro de 1916. Posteriormente, realizou contactos com empresas construtoras para guarnecer a Esquadilha de Aviação para a Província de Moçambique e adquirir todos os meios aéreos da Aviação Naval, a qual preconizou, iniciou, organizou e liderou durante os primeiros anos de atividade.

Gago Coutinho⁽²⁾ foi o precursor da navegação aérea científica, como astrónomo e geógrafo soube associar a aplicação prática da Astronomia aos requisitos da navegação aérea. Entre 1919 e 1927 dedicou-se ao estudo de instrumentos, equipamentos e prática da navegação, desenvolvendo um novo método e processos para o cálculo de posição em voo.

O êxito da Travessia Aérea ficou a dever-se ao entusiasmo e determinação de Sacadura Cabral, mas teria sido impossível sem a competência técnica de Gago Coutinho na orientação da aeronave. A componente humana marcou em permanência os três anos de preparação e a execução da missão, tornando-a numa odisséia em que os dois marinheiros aviadores demonstraram ser uma equipa coesa e empreendedora, perspicaz e com apurado espírito científico, disciplina intelectual e física, elevado rigor e espírito de sacrifício. Souberam completar-se na conjugação de vontades e ações em prol do objetivo superior, cumprindo a missão que marcou uma época, apesar de todas as adversidades, sendo recordados como referência viva na memória coletiva em Portugal e no Brasil.



ÊXTASE E CONSAGRAÇÃO

A evolução das várias etapas ao longo da Travessia Aérea, as fragilidades e os incidentes verificados provocaram fortes reações nas populações, reforçando as suas aspirações, interesse e orgulho que foram catapultados pela cobertura mediática de inúmeros jornalistas e operadores de imagem a bordo dos navios de apoio e nos dois lados do Atlântico.

A proximidade com os aviadores nas várias cidades em que, sucessivamente, fizeram escala, como Recife, Salvador, Porto Seguro, Vitória e, por fim, Rio de Janeiro, criou um ambiente e abertura muito positivos, propícios à exploração e gestão das expectativas e sentimentos. Multidões aguardavam Sacadura Cabral e Gago Coutinho, enchendo por completo os cais e os locais por onde passaram, com inúmeros navios que esperavam fundeados nos portos, recebendo-os com manifestações de delirante alegria, fortes elogios e subidas honras.

Se, no Brasil, as repercussões ultrapassaram todas as previsões, em Portugal, a ligação aérea ao Rio de Janeiro, surgindo na conjuntura difícil do pós-guerra, com as populações ainda muito marcadas pelas feridas da 1ª Guerra Mundial e pelas convulsões sociais e políticas, permitiu exaltar o brio nacional e fazer rejuvenescer os anseios coletivos de grandeza e reconhecimento. As populações, revendo-se nos “novos heróis do ar”, como representantes e iniciadores

A extraordinária recepção aos aviadores na Praça Mauá tendo ao fundo o Palácio Episcopal, hoje o Museu da Arte. Rio de Janeiro. 17 junho 1922. (Arquivo Histórico da Força Aérea)



de uma auspiciosa modernidade, viveram momentos únicos que se constituíram como referência histórica para a aviação nacional e nas relações luso-brasileiras.

Em 1922, com a ligação aérea Lisboa-Rio de Janeiro iniciada com simplicidade, ousadia, altruísmo e tenacidade pelos aviadores Capitão de Mar e Guerra Gago Coutinho e Capitão-Tenente Sacadura Cabral, realizada com o hidroavião possível para os recursos disponibilizados, baseando-se no seu conhecimento, saber, competência e experiência, operacionalizaram a Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul. Utilizaram instrumentos especialmente adaptados e aplicaram o primeiro método científico de navegação aérea astronómica, inovador à época, com uma execução rigorosa e precisa, garantindo o sucesso deste empreendimento e justificando que, passados cem anos, se continue a celebrar a efeméride, com generalizado orgulho, em Portugal e no Brasil. ■

Texto baseado na conferência com o mesmo título proferida no Seminário Internacional do Centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul. Museu Naval, Rio de Janeiro, 21 de junho de 2022.

NOTAS

- (1) Capitão-Tenente Artur de Sacadura Freire Cabral. Celorico da Beira, São Pedro, 23 maio 1881 – Mar do Norte, 15 novembro 1924.
- (2) Capitão de Mar e Guerra Carlos Viegas Gago Coutinho. Lisboa, Belém, Calçada da Ajuda, 17 fevereiro 1869 – Lisboa, 18 fevereiro 1959. Guarda-Marinha em 1890, cumpriu várias atividades e funções específicas de Marinha durante oito anos e executou trabalhos geográficos em várias comissões na África e Timor de 1898 a 1920. Entre 1925 e 1958 dedicou-se à história da náutica e dos descobrimentos.

REFERÊNCIAS

- Relatório da Viagem Aérea, Lisboa-Rio de Janeiro. Revista Aeronáutica. Órgão Aero clube de Portugal, Número Especial, Lisboa 1922.
- Pinheiro Corrêa, Sacadura Cabral, Homem e Aviador, Lisboa, Edição do Autor, 1964.
- Pinheiro Corrêa, Gago Coutinho, Percurso da navegação aérea, Lisboa, Edição do Autor, 1965.

* Tenente-general Piloto Aviador (R) da Força Aérea Portuguesa, Assessor da Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea

PROJETO LUSITÂNIA

Centenário da Travessia Aérea do Atlântico Sul em homenagem à Independência do Brasil

Roberto Duhá*

Em 2022 comemora-se cem anos da épica viagem aérea transatlântica dos dois oficiais da Marinha Portuguesa, Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Ressalto que, no mesmo ano de 1922, a nossa jovem Aviação Naval estava completando apenas seis anos de sua criação.

Na realidade, essa memorável viagem foi feita para celebrar o Centenário de Independência do Brasil e, não por coincidência, comemoraremos em setembro próximo os nossos duzentos anos de Independência.

Esta heroica viagem se iniciou em Lisboa, no dia 30 de março de 1922, em um hidroavião monomotor Fayrei F III-D Mk II, motor Rolls-Royce, especialmente concebido para esta viagem e batizado de “Lusitânia”.

Em 17 de junho amarraram na Baía de Guanabara, próximo à Ilha das

Enxadas, no Rio de Janeiro, onde estava sediada a Aviação Naval Brasileira. Nessas águas, Gago Coutinho e Sacadura Cabral foram entusiasticamente aclamados como heróis pela população que os aguardava, aclamação que se estendeu a todas as cidades brasileiras.

Na capital fluminense, Niterói, Gago Coutinho e Sacadura Cabral viriam inaugurar a Praça Lusitânia, em Icaraí. Esta pequena praça, logo no entroncamento do Canto do Rio com a avenida da praia, ficaria marcada, até os dias atuais, por um esbelto monumento que simboliza o grande feito dos navegadores aéreos portugueses.

Agora, em 2022, mais uma vez, os incomparáveis e destemidos nautas portugueses resolveram nos homenagear, celebrando o feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral com o envio de uma expedição composta de uma frota de seis veleiros de cruzeiro desde Lisboa até o Rio de Janeiro. Dessa vez, além de celebrar o feito dos patrícios portugueses, a frota traz ao longo da viagem a mensagem “Salve os oceanos, salve a humanidade”. Aproveitam o tema para realizar uma chamada de consciência da sociedade sobre a importância do mar para o futuro da humanidade, fazendo da viagem uma verdadeira campanha de sensibilização ambiental junto às populações. Não custa lembrar que estamos vivenciando a “Década do Oceano”, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU),

Monumento comemorativo da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, localizado em Icaraí, Niterói





Expedição Lusitânia no Arquipélago São Pedro e São Paulo, recebida pelo NPa "Guaíba"

o que vem trazer ainda mais relevância a esta expedição.

Em 10 de fevereiro deste ano houve uma apresentação da expedição tendo como pano de fundo o Pavilhão das Galeotas no Museu da Marinha, em Lisboa, contando também com uma réplica do Lusitânia. Esta cerimônia contou com a presença de diversas autoridades navais, aeronáuticas e políticas incluindo familiares de Sacadura Cabral.

A partida da expedição deu-se em 3 de abril, em cerimônia alusiva ao evento nas margens do Tejo, junto à Torre de Belém, quatro dias após a data da partida dos destemidos aviadores há cem anos. Nessa oportunidade foi realizado um Festival Aeronaval que contou com a presença do Presidente da República de Portugal.

A expedição aportou nos mesmos locais onde os aeronautas pousaram seus hidroaviões durante a travessia, a saber: Las Palmas, nas Ilhas Canárias; Mindelo, nas ilhas de Cabo Verde; Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Fernando de Noronha, Recife, Salvador, Vitória e Rio de Janeiro, aonde chegaram em 18 de junho – um dia após o evento de 1922.

Na passagem por São Pedro e São Paulo, em 12 de maio, os veleiros da expedição foram recepcionados e apoiados pelo Navio-Patrolha “Guaíba” da Marinha do Brasil (MB).

Em Fernando de Noronha, marco importante na travessia de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, o Comandante de um dos veleiros e organizador da expedição proferiu uma palestra, na sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sobre o feito dos aviadores realizado há cem anos.

No Rio de Janeiro, os veleiros foram recebidos na entrada da Baía de Guanabara pelo Navio-Veleiro “João das Botas”, da Escola Naval, e pelo Rebocador “Laurindo Pitta”, navio que participou da 1ª Guerra Mundial e que atualmente



Palestra em Fernando de Noronha proferida pelo Comandante de um dos veleiros da expedição



Recepção da Expedição Lusitânia no Clube Charitas com a presença do Comando do 1º DN, do Consulado-Geral de Portugal no RJ, do Comodoro e comunidade de velejadores

realiza passeios histórico-culturais organizados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), e atracaram no Departamento Náutico do Clube Naval (Charitas) em Niterói, onde ficarão até que as condições de vento sejam favoráveis ao retorno. A recepção no Charitas contou com a presença de representantes da Marinha, Consulado de Portugal no RJ, Comodoro do Clube Charitas, Banda de Música da MB e membros da comunidade local de velejadores.

Além da Expedição Lusitânia, visando cele-

brar o centenário da epopeia dos Aviadores Navais portugueses, veio ao Brasil uma Comissão Aeronaval, integrada por oficiais da Marinha Portuguesa e da Força Aérea Portuguesa, chefiada pelo Vice-CEMA de Portugal, cumprindo programação em coordenação com o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER) e com a DPHDM, que incluiu visitas a Organizações Militares da Marinha e da Força Aérea Brasileira e ao Clube Naval, Seminário Internacional Comemorativo do Centenário da Travessia, no Museu Naval, participação no Concerto da Banda Sinfônica do CFN no Theatro Municipal e no lançamento do livro “*The Influence of Sea Power upon the Maritime Studies*”, que tem como um dos autores o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Portugal, Almirante António Silva Ribeiro. Em visita ao Centro de Instrução Almirante Wandenkolk houve o descerramento de uma placa oferecida pelos portugueses, pois o hidroavião “Santa Cruz”, em 1922, foi recebido na Ilha das Enxadas, então sede da Escola de Aviação Naval.

Concluindo as celebrações pela Travessia, em 2 de julho foi inaugurada uma placa oferecida pela Embaixada de Portugal no Brasil, colocada

Descerramento de placas oferecidas pelos portugueses no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk e no Clube Naval



Comissão Aeronaval visitando o NAM "Atlântico"



Lançamento de livro na Escola de Guerra Naval



Inauguração da placa oferecida pela Embaixada de Portugal no Brasil, alusiva ao centenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul

da próximo ao pórtico do 1º Distrito Naval, na Praça Barão de Ladário, contando com a presença do Presidente da República de Portugal e autoridades brasileiras e lusitanas.

Assim, nós, brasileiros, e principalmente aqueles ligados às atividades marítimas e náuticas, recebemos de braços abertos os nautas portugueses para celebração dos duzentos anos da nossa Independência e do centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, estreitando ainda mais os laços fraternos que unem Brasil e Portugal. ■



* Capitão de Mar e Guerra (Refº), Aviador Naval

A HISTÓRIA DA **MARINHA DO BRASIL** **E SUAS ORIGENS**

NARRADA PELA FILATELIA

Fernando Antonio B. F. de Athayde Bohrer*

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Este trimestre é marcado pela efeméride alusiva ao Bicentenário da Independência do Brasil, proclamada por D. Pedro I em 7 de setembro de 1822 e que foi irradiada para todo o território brasileiro, com resistências em algumas províncias.

Para forçar o retorno das forças portuguesas a Lisboa e para assegurar a manutenção da integridade do território, foi preciso organizar a Armada Imperial, origem da nossa Esquadra – o que será descrito na nossa próxima edição – mas os primeiros capítulos da História Naval brasileira foram escritos desde o descobrimento, conforme mostrado nos trimestres anteriores.

Assim, nesta edição, serão mostrados os selos referentes às celebrações pela nossa emancipação política e sobre a origem do atual Comando da Marinha.

Em 1922, para homenagear o Centenário da Independência, dois oficiais da Marinha Portuguesa realizaram a Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, evento também registrado por meio de selos, alguns aqui apresentados.



1900 – Quarto selo da primeira série de selos comemorativos do Brasil, em homenagem ao quarto centenário do Descobrimento



1922 – Carimbo Comemorativo ao Centenário da Independência

100 ANOS



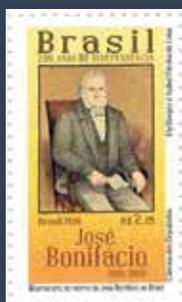
1922– Selos comemorativos ao Centenário da Independência do Brasil

1972– Série de selos comemorativos ao Sesquicentenário da Independência do Brasil



150 ANOS

2022– Selos comemorativos ao Bicentenário da Independência do Brasil



Marca do Bicentenário

Emissão Conjunta Brasil e Portugal: Bicentenário da Independência do Brasil

José Bonifácio

Maria Leopoldina



Movimentos populares

200 ANOS

COMANDO DA MARINHA⁽¹⁾

No Repertório Remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar, editado em 1856 pela Imprensa Nacional de Lisboa, encontra-se o mais antigo registro sobre a origem do Ministério da Marinha. Ali está escrito que, em 28 de julho de 1736, o Rei D. João V assinou um Alvará Régio alterando a Organização Administrativa do Reino, criando três Secretarias de Estado, entre elas a dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos que, em 1808, viria a ser transferida para o nosso País, por ocasião da vinda da família real.

Ao longo dos anos, o Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos sofreu várias alterações. Em 1821, o Príncipe Regente limitou sua competência ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Em 1891, após a Proclamação da República, as repartições que constituíam a



Correspondência postada na Agência dos Correios sediada no Ministério da Marinha, para a cidade de Aix-en-Provence, França

Secretaria passaram a se denominar Ministério da Marinha. Em 1999, com a criação do Ministério da Defesa, passou à denominação de Comando da Marinha.

PRIMEIRA TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO SUL

A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, lembrando a travessia de Pedro Álvares Cabral em 1500, foi realizada entre 30 de março e 17 de junho de 1922, em hidroavião monomotor Fairey F III-D MK II pilotado pelo Capitão de Fragata Aviador Naval Artur de Sacadura Freire Cabral, tendo como navegador o Contra-Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho, em homenagem ao Centenário da Independência do Brasil. ■



NOTA

(1) Extrato da Ordem do Dia nº 001, de 28/7/1991, do Chefe do Gabinete do Ministro da Marinha, Vice-Almirante Sérgio G.F. Chagastelles, e está inserido na Coleção “A Marinha do Brasil e o Poder Naval Brasileiro: das Ideias da Escola de Sagres ao Século XXI”, do autor.

* Capitão de Mar e Guerra (Refº)



Antigo Pátio do Colégio,
por Benedito Calixto

O PENSAMENTO FILOSÓFICO NO BRASIL

Wilson Soares Diniz*

SÉCULOS 16 A 18 - FASE INICIAL

No século 16, o Colégio dos Jesuítas, de caráter pedagógico, foi o iniciador do ensino no Brasil. Não era, no entanto, um sistema de formação universitária e sim a formação das personalidades voltada para as Belas Artes. Além disso, o ensino era totalmente ligado à religião e à ética religiosa. A busca da verdade em si não fazia parte dos propósitos do colégio, onde foram formadas, por muitos anos, as elites intelectuais no País.

Só em 1772, com a Reforma de Marquês de Pombal, Portugal iniciou a Universidade, com o sentido anti-humanista, mas Portugal não se empenhou em fundá-las em suas colônias. Diferentemente da colonização espanhola, o pensamento filosófico no Brasil era o Escolástico.



O *Ratio Studiorum*, espécie de código de ensino com conteúdo elaborado pela igreja para direcionar as ações dos jesuítas nas atividades educacionais

Somente a partir de 1773 e até o fim do século 18 passou a adotar o Iluminismo como forma de pensamento.

SÉCULO 19

Do início do século até o fim da época colonial, o pensamento continuou iluminista. Já na época imperial, de 1822 a 1889, o pensamento evoluiu para o Ecletismo, onde ressaltou a Escola do Recife (1852 a 1889). Depois, chegaram o pensamento liberal e os fundamentos do catolicismo novo.



Marquês de Pombal foi responsável pela expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias e por introduzir importantes mudanças no sistema de ensino, que até então encontrava-se sob a responsabilidade da Igreja

Em 1808, com a chegada da família real de Portugal ao Brasil, D. João criou cursos superiores isolados na área de Medicina, Economia e curso Politécnico Militar. No início do Império (1822), foram fundadas apenas algumas faculdades isoladas, como as de Direito em São Paulo (1827) e em Recife-Olinda (1828). Em contrapartida, as universidades já existiam há muito tempo na metrópole, em Coimbra.

A transformação da natureza política levantou-se acima da necessidade de cultura e por isto, a Universidade chegou tarde ao Brasil. O Positivismo, neste campo fértil, gerou a República.

Abaixo, pintura de Manoel de Araújo Porto-Alegre retrata o momento em que D. Pedro I entrega o decreto que dava autonomia às escolas superiores de medicina ao autorizar a emissão de diplomas e certificados para os médicos que faziam o referido curso no Brasil



SÉCULO 20

O Regime Republicano instituiu, em 1920, na cidade do Rio de Janeiro, a Universidade Federal, que foi a fusão das faculdades de Direito e Medicina e, segundo consta, para poder outorgar ao Rei Alberto da Bélgica o título de “Doutor *Honoris Causa*”.

Em 1931, foi fundada a Universidade de São Paulo (USP), a primeira universidade brasileira com o viés de centro de pesquisa e ensino superior, reunindo todos os campos do saber. A Universidade, segundo Ortega Y Gasset (em 1928 – *Da Rebelion de Los Mares*) em vez de promover a democratização, ficou massificada, tornou-se um mercado de trabalho de tradicional mentalidade portuguesa, imediatamente utilitária e pragmática.

Quanto à Filosofia, em 1908 foi criada a primeira Faculdade de Filosofia no Brasil, em São Paulo, no Mosteiro de São Bento, denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. A vida filosófica existente no Brasil foi iniciada com as seguintes instituições:

- Instituto Brasileiro de Filosofia (1949), fundado por Miguel Reale, em SP;
- Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955 no Rio de Janeiro, fechado em 1964;
- Instituto de Filosofia, fundado por Adolpho Crippa, em São Paulo; e
- Sociedade Brasileira de Filosofia Católica (SBFC), em 1970, pelo padre professor Stanislaw Lalusaus.

Na época republicana, proliferaram alguns movimentos além do Eclétismo, como o Culturalismo, Marxismo, Realismo, Ideologia do Desenvolvimento, Humanismo, Filosofia da Ciência, Filosofia da Libertação e Teoria Criacionista.

Os vultos mais importantes da Filosofia brasileira foram: Vicente Ferreira da Silva, Farias Brito, Roland Corbusier e Tobias Barreto.

CONCLUSÃO

A Filosofia é permeada de revoluções sócio-econômicas, efetuando mudanças no modo de agir e pensar das pessoas.

No Brasil, como no restante das Américas,



Fundada em 1908 como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de São Bento foi a primeira faculdade livre de Filosofia no Brasil

não existe uma civilização própria, mas um prolongamento da civilização europeia, segundo vários autores. Este fato influenciou diretamente a Filosofia.

O pensamento filosófico brasileiro é mais do que criativo, é assimilativo dos ideais alheios e, ao invés de abrir rumos, limita-se a assimilar e incorporar o que vem de fora. ■

O presente texto é parte componente da tese do curso de especialização do autor, no Instituto Mackenzie, em São Paulo, em 1980.

REFERÊNCIAS

I- A CONSCIÊNCIA MÍTICA

CRIPPA, A. Mito e Cultura, Ed. Convívio, 1975.

GUSDORF, G., Mito e Metafísica, Ed. Convívio, 1980.

II- A CULTURA

CRIPPA, A. Mito e Cultura, Ed. Convívio, 1975

CRIPPA, A., A Filosofia no Brasil, Ed. Convívio, 1978 (3 vols.)

III- PROBLEMAS FILOSÓFICOS

RAEYMAEKER, L. de, Introdução à Filosofia, Ed. Herder, 1961.

MARIAS, J. História de la Filosofia, Revista de Occidente, 1960.

HIRSCHBERGER, J., História da Filosofia, Ed. Herder, 1969.

Sciacca, M. F., História da Filosofia, Ed. Mestre Jou, 1967.

IV- AS IDEOLOGIAS

CRIPPA, A., O termo ideologia, em Ver. Convívium, 1970, nº 1.

MATAGNE, J. M., Contribuição à determinação conceitual do termo ideologia, *ibidem*.

MACEDO, U. de, A Filosofia e a Ideologia, em A Filosofia e o ensino da Filosofia no Brasil, Ed. Convívio, 1979.

CRIPPA, A., A Filosofia e o desenvolvimento brasileiro, *ibidem*.

* Capitão de Mar e Guerra (Ref^o-FN), Coordenador do Círculo Literário do Clube Naval

SOLUÇÕES para o insolúvel

Vitoriano Ruas*

Neste artigo empenhamo-nos em mostrar como certas técnicas de resolução de CIPs – da sigla inglesa *coefficient inverse problems*, que significa *problemas de identificação de coeficientes* –, podem constituir ferramenta poderosa para a detecção do desconhecido em diversas áreas de aplicação, notadamente nas de defesa e de saúde. Isto se deve principalmente ao fato de que ela tem o condão de substituir, com vantagens, o uso de equipamentos sofisticados e dispendiosos por simulações computacionais capazes de identificar, em tempo hábil e de forma precisa, objetos no sentido amplo, cuja detecção é visada, tais como explosivos ou tumores malignos.

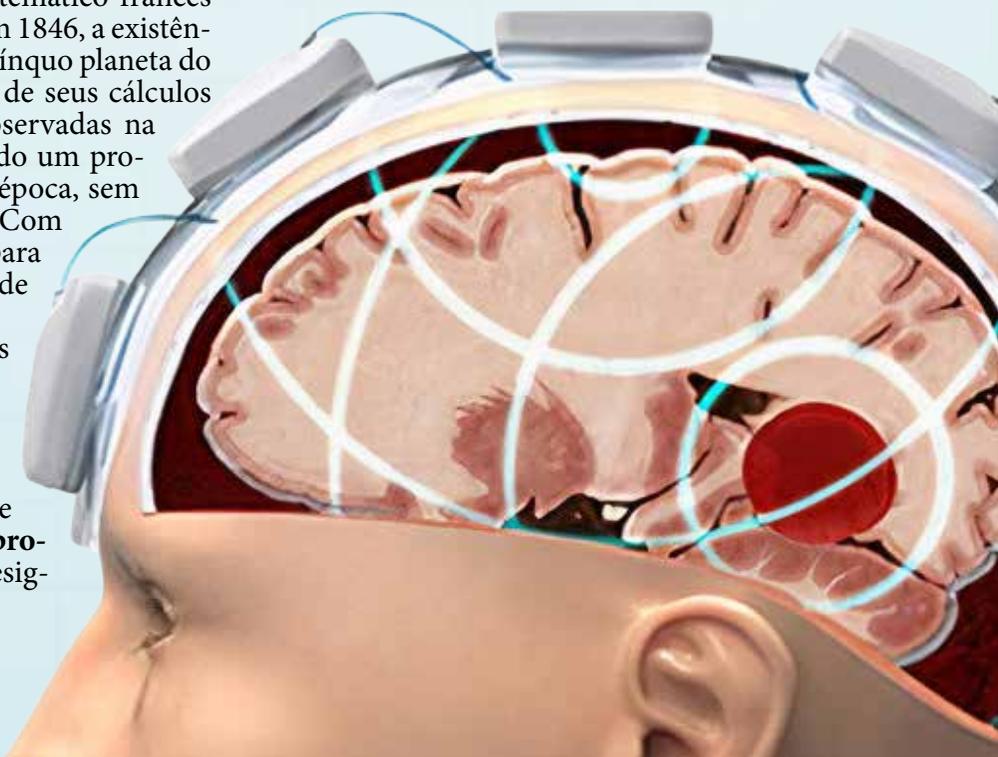
CONTEXTO CIENTÍFICO

Quando o astrônomo e matemático francês Urbain Le Verrier anunciou, em 1846, a existência e a localização do mais longínquo planeta do sistema solar, como resultado de seus cálculos baseados em perturbações observadas na órbita de Urano, havia resolvido um problema que parecia insolúvel à época, sem mais recorrer à visualização. Com efeito, esta só foi empregada para validar tão notável descoberta de Netuno algum tempo depois.

Na verdade, como muitos sábios desde a mais remota antiguidade, Le Verrier revelou o desconhecido por meio de um artifício engenhoso, que consiste em resolver, a partir de observações limitadas, um **problema inverso**. No caso, tal desig-

nação encontra seu sentido na constatação de que, caso Netuno fosse conhecido naquele tempo, teria sido possível determinar as ditas perturbações da órbita de Urano sem observá-las ou medi-las. Para tanto bastaria usar modelos matemáticos apropriados, o que seria resolver o **problema direto** subjacente.

Independentemente de sua complexidade, a resolução de problemas inversos tem-se mostrado ferramenta de fundamental importância para a aquisição de conhecimento e o avanço tecnológico em diversos setores de atividade. É o que tentaremos ilustrar no contexto particular dos modelos físico-matemáticos regidos por EDPs – abreviação usual de equações diferenciais parciais –, tendo como variáveis independentes o tempo e as que varrem o espaço multi-dimensional. Mais especificamente, conhecida



a distribuição espacial dos coeficientes físicos inerentes ao modelo, tais como os parâmetros de rigidez de um sólido submetido a carregamento ou a viscosidade e a densidade de um fluido em escoamento, podemos, em tese, determinar campos relevantes em aplicações ou projetos dos mais variados tipos em ciências e engenharia, tais como as distribuições de deformações e tensões numa estrutura ou as de velocidade e pressão numa massa líquida. Esse processo requer a resolução de um problema direto, a saber, o sistema de EDPs que modela o fenômeno em consideração. CIPs nada mais são do que problemas inversos relativos a problemas diretos do tipo que acabamos de descrever.

A resolução de um sistema de EDPs pode apresentar dificuldades consideráveis em virtude de diversos fatores, tais como a complexidade do modelo e/ou do domínio geométrico do estudo. Por isso, na imensa maioria dos casos, ela deve se dar pela via computacional, vale dizer, numérica. Contenta-se assim com aproximações supostamente confiáveis da solução exata do problema, posto que esta é inatingível em geral. Tais aproximações são determinadas por meio dos métodos numéricos para EDPs, os quais podem ser combinados a um algoritmo iterativo que proporcione a convergência para uma solução numérica aceitável. Uma comunidade científica bastante numerosa mundo afora vem se dedicando continuamente, há quase um século, ao desenvolvimento das técnicas de resolução numérica de EDPs. Na realidade, embora os grandes princípios metodológicos já sejam bem conhecidos desde os primórdios – destacando-se nessa linha o versátil método dos elementos finitos –, faz-se mister o seu aperfeiçoamento, no intuito não somente de enfrentar os desafios que novos modelos mais sofisticados possam apresentar, como também de abordar o crucial aspecto da precisão. Este último tem nele embutida a questão de limitar o volume de cálculo, e portanto a de reduzir a complexidade computacional. No entanto, no que tange ao problema inverso CIP, a tais óbices se juntam outros que os tornam (quase) insolúveis, como veremos a seguir.

CIPs NA PRÁTICA

Idealisticamente, um CIP consistiria em determinar a distribuição espaciotemporal dos coeficientes físicos presentes no modelo de EDPs em consideração, a partir do conhecimento da sua solução. Todavia, na vida real esta

última também é desconhecida. Além disso, mesmo que não fosse, o usuário se depararia com pelo menos dois obstáculos bem desanimadores, quais sejam :

- a distribuição de coeficientes físicos que resolve o problema inverso não é única; e
- pequenas perturbações na solução da EDP acarretam grandes perturbações nos coeficientes.

Em outras palavras, mesmo no caso improvável de uma solução da EDP totalmente conhecida, o CIP a ela associado é um problema mal posto no sentido matemático do termo. A questão se torna ainda mais aguda quando observado que, na prática, além da distribuição dos coeficientes, seria preciso determinar também a solução da EDP. Mas nesse caso estaríamos diante de um problema insolúvel. O que fazer então?

Se na falta dos coeficientes físicos que integram um modelo do tipo EDP não podemos conhecer sua solução em todos os pontos do domínio espacial do estudo e a qualquer tempo, por outro lado, é inviável que, no intuito de determiná-los, se meça essa solução em toda a parte e em todo o intervalo de tempo de definição da EDP por meio de um qualquer aparato. No entanto, é perfeitamente possível observar a evolução da solução através de medições, somente em uma porção bastante limitada do domínio e durante um pequeno intervalo de tempo. Mas seria isso o bastante para determinar a distribuição espacial ou espaciotemporal procurada dos coeficientes físicos, com precisão suficiente para fins práticos? A resposta é sim, se uma metodologia de conveniente desempenho for empregada.

RESOLVENDO CIPs COM USO DE OBSERVAÇÕES LIMITADAS

A fim de ilustrar como medições ou observações limitadas no espaço ou no espaciotempo podem fornecer dados suficientes para a pertinência de um processo de resolução de CIPs, tomemos como exemplo o caso simples da deformação de uma barra elástica retilínea de seção uniforme e comprimento L , com coeficiente de rigidez p distribuído ao longo de seu comprimento, isto é, ao longo do intervalo $[0, L]$. A barra é colocada em posição vertical, fixada na sua extremidade inferior e submetida a uma tração no sentido longitudinal aplicada na extremidade oposta. A priori, o material da barra é conhecido, razão pela qual sua rigidez

nominal tem valor tabelado constante em todas as suas seções, digamos p_0 . No entanto, no âmbito de um controle de qualidade, poderíamos ser levados a determinar variações dessa rigidez ao longo da barra, as quais se traduzem por uma distribuição p que pode assumir localmente valores, críticos em termos de resistência, em vez de p_0 .

É certo que é possível medir facilmente o deslocamento d da extremidade tracionada. Mas, convenhamos, d traz um conhecimento muito limitado da solução da equação diferencial que rege a deformação da barra, vale dizer, o deslocamento longitudinal u de cada um dos seus pontos, uma vez conhecida a sua real distribuição de rigidez p . Ocorre que, por mais que isso pareça misterioso, somente o dado d poderia permitir detectar com bom grau de precisão, irregularidades da barra ao longo do seu comprimento, através da determinação do seu coeficiente de rigidez efetivo p . Propomo-nos a desvendar tal mistério na sequência.

FORMULAÇÃO DE CIPs COMO UM PROBLEMA DE OTIMIZAÇÃO

A partir dos anos sessenta surgiram trabalhos importantes para permitir uma resolução satisfatória de problemas inversos. O enfoque mais adotado foi de designar como solução aquela grandeza que mais se aproximasse do ideal desejado, respeitados os critérios intrínsecos que ela deve satisfazer. Expresso de outra forma, trata-se de resolver um problema de otimização com restrições. Nesse âmbito, a contribuição da escola russa aplicada a problemas mal postos, tendo como figura de proa Andrey N. Tikhonov, abriu caminho para saltos qualitativos decisivos em prol da sua resolução. No caso dos CIPs, a ideia básica é achar a distribuição de coeficientes que minimize o funcional regularizado dito de Tikhonov, expresso em termos de uma distribuição genérica q da seguinte forma: supondo que se dispõe de uma estimativa razoável p_0 da distribuição real dos coeficientes, por exemplo, um valor médio esperado ou mais provável, esse funcional se exprime como a soma da distância⁽¹⁾ $dist(q, p_0)$ dessa avaliação inicial a uma dada distribuição de coeficientes q , multiplicada por um pequeno parâmetro ϵ não negativo, e da distância⁽¹⁾ entre os valores medidos e os da solução u_q da EDP se a distribuição de coeficientes fosse q , sendo as medições realizadas apenas numa pequena porção do domínio es-

pacial ou espacio-temporal.

Para fixar ideias, no caso da deformação u da barra descrita no parágrafo anterior, o **funcional regularizado de Tikhonov** (conforme referência 5) se escreve:

$$J_\epsilon(q) = \epsilon \text{dist}(q, p_0) + |u_q(L) - d|$$

Em suma, a resolução do problema consiste em encontrar a distribuição p tal que $J_\epsilon(p)$ não seja maior do que $J_\epsilon(q)$ para qualquer outra distribuição de coeficientes q fisicamente realista.

É importante observar ainda que, mesmo quando a equação diferencial subjacente é linear, um CIP é necessariamente um problema não linear. Isso se deve ao fato de que os coeficientes físicos presentes na equação que traduz o modelo matemático em estudo, sempre aparecem multiplicados pela solução da mesma ou por derivadas suas, e ambas funções precisam ser determinadas simultaneamente. Por essa razão, entre outras, a resolução de um CIP deve ser efetuada iterativamente – ou seja, passo a passo⁽²⁾ – por meio de algoritmos bem adaptados ao tipo de problema em pauta. Via de regra, a cada passo – ou iteração, no jargão especializado – um problema direto deve ser resolvido usando a aproximação atual dos coeficientes incógnitos, ou seja, aquela determinada no passo anterior. A eficácia da metodologia empregada para resolver um CIP fica assim diretamente condicionada à escolha de um método de confiabilidade comprovada para resolver a EDP que modela o fenômeno ou o processo em questão. Em outras palavras, o conjunto dos métodos numéricos para a resolução de EDPs está contido no bojo das metodologias de resolução de CIPs, o que torna estas últimas um tema bastante desafiador. Tal poderia ser a explicação para o fato de a comunidade científica dedicada à resolução de CIPs ser bem mais reduzida do que a que lida somente com técnicas numéricas para tratar os problemas diretos subjacentes, ou seja, as EDPs.

ALGORITMOS GLOBALMENTE CONVERGENTES

Processos iterativos precisam ser convergentes, isto é, devem conduzir à solução procurada ao cabo de um número razoável de iterações. Com esse fim, na continuidade da linha traçada pela supramencionada escola russa, cientistas continuam melhorando e estendendo os algoritmos de resolução iterati-

va de CIPs. Tal é o caso do Professor Michail Viktor Klivanov, da Universidade da Carolina do Norte em Charlotte e da Professora Larisa Beilina⁽³⁾, da Universidade Tecnológica de Chalmers em Gotemburgo, Suécia. Ambos desenvolveram há cerca de uma década o método da convergência global aproximada, original e eficaz, descrito na referência 4, complementando e aprimorando os princípios de resolução previamente estabelecidos na escola de Tikhonov. Ambos os cientistas acima nomeados vêm investindo na combinação do seu método com elementos finitos adaptativos, mediante estimações sucessivas de erro, técnica reconhecidamente de alta precisão para resolver EDPs.

APLICAÇÃO À DETECÇÃO DE OBJETOS NO SENTIDO AMPLO

A Professora Larisa Beilina é hoje destacada especialista na comunidade científica mundial dedicada à resolução de CIPs de grande porte. Na sua prática profissional recente tem concentrado seus esforços na detecção de objetos *lato sensu*, em amplo espectro de aplicações, cobrindo as áreas de defesa, médica e de processamento de imagens, entre outras. Atualmente grande parte dos trabalhos do seu grupo⁽⁴⁾ (conforme referência 2) é calcada na emissão de ondas elétricas sobre a região estudada, tal como um terreno possivelmente minado ou um órgão humano passível de estar afetado por um tumor maligno.

Demonstração do método da convergência global aproximada com elementos finitos adaptativos (caso acadêmico estudado na referência 3)

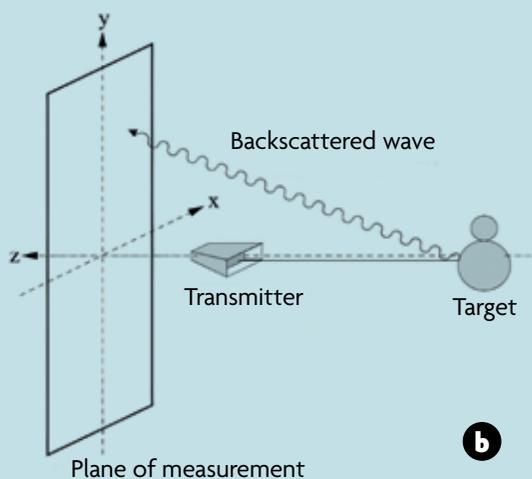
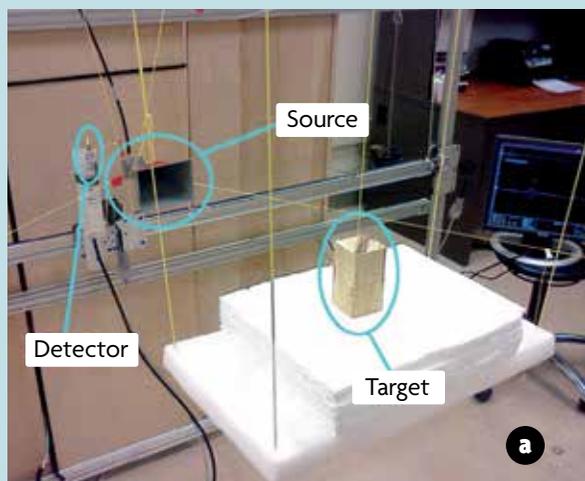


FIGURA 1

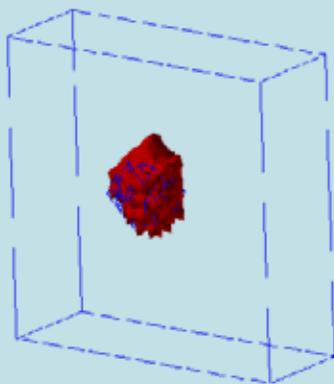


FIGURA 2

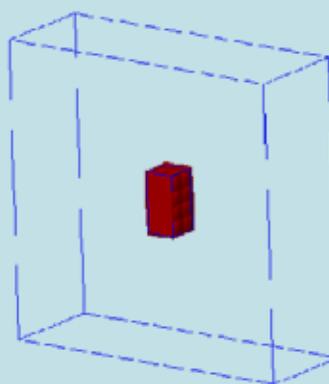


FIGURA 3

Neste caso, o sistema de EDPs que rege o processo de detecção são as equações de Maxwell do eletromagnetismo (conforme referência 1). Partindo da premissa de que a permeabilidade magnética das matérias e corpos presentes no domínio em análise é constante, esse CIP consiste em determinar a distribuição espacial da permissividade elétrica do compósito, dado que, supostamente, ela varia fortemente do meio envolvente a um objeto envolvido. Uma vez processado, tal contraste permite detectar objetos *lato sensu*, para que sejam destruídos, monitorados ou tratados na sequência, conforme o caso.

Poderíamos demonstrar a força do método da convergência global aproximada com elementos finitos adaptativos por meio de vários exemplos. Contudo, por conta dos limites deste texto, o fazemos aqui tão somente através de um caso acadêmico estudado na referência 3. Trata-se de reconstruir a imagem de uma peça prismática de madeira envolvida pelo ar, tomada como objeto alvo. O esquema utilizado para a coleta de dados de campo limitados em tempo e espaço é apresentado na **figura 1**: como se vê em (a), uma fonte de ondas elétricas, colocada não muito longe do prisma de madeira, transmite pulsos elétricos gerados por um emissor. Um osciloscópio Tektronix registra a onda elétrica retrorefletida (*backscattered wave*) em alguns pontos de um plano situado a 80 cm atrás do objeto alvo, como ilustrado no croquis (b), durante dez nanossegundos. Uma vez digitalizados esses dados de entrada em termos de espaço e tempo, ato contínuo uma forma um tanto irregular do objeto alvo é determinada pelo algoritmo da convergência global aproximada, com o uso de uma malha inicial pouco refinada do domínio da busca, cujos contornos se apresentam em cor azul. Porém, nota-se na **figura 2** que a localização do objeto alvo já está bastante correta nessa etapa. Após alguns ajustes adaptativos da malha de elementos finitos, chega-se à reconstrução fina da imagem do prisma e sua localização, exibidas na **figura 3**.

Esquemas semelhantes podem ser usados para detectar de forma precisa vários outros tipos de objetos, tais como tumores malignos ou minas terrestres.

CONCLUSÃO

Esforçamo-nos por apresentar neste artigo um breve apanhado do que se faz de avançado contemporaneamente, em matéria de detecção

pela via computacional de objetos no sentido amplo do termo. O emprego das ferramentas desenvolvidas com esse fim requer pouco investimento em equipamentos, e pode dar respostas muito prontas e precisas em um sem número de aplicações, notadamente no campo da defesa. É este o ponto que nos parece adequar plenamente a abordagem do tema em pauta a este qualificado veículo de informação. ■

NOTAS

- (1) Essa distância é medida em uma certa norma, vale dizer, em um sentido matemático específico e natural.
- (2) Esse procedimento enseja a redução gradual do valor do parâmetro ϵ , para que se torne desprezível ao término do processo iterativo, eliminando assim toda influência na solução final da avaliação inicial P_0 , em geral errônea.
- (3) O autor é muito grato à Professora Larisa Beilina do Depto. de Matemática e ao Depto. de Engenharia Elétrica da Universidade Tecnológica Chalmers de Gotemburgo, Suécia, pela contribuição material a este artigo.
- (4) Desde meados de 2016 o autor colabora cientificamente com a Professora Larisa Beilina no estudo de metodologias para o tratamento numérico confiável das equações de Maxwell do eletromagnetismo (conforme referência 1), como aporte à melhoria de ferramentas computacionais desenvolvidas por seu grupo. No âmbito dessa parceria foi "opponent" (consultor de orientação) da tese especificada na referência 2 deste artigo.

REFERÊNCIAS

- (1) Beilina, L., Ruas, V., Convergence of Explicit P1 Finite Element Solutions to Maxwell's Equations. Em: Springer Proceedings in Mathematics & Statistics, Springer International Publishing, p. 91-103, 2020.
- (2) Bondestam Malmberg, J., Efficient Adaptive Algorithms for an Electromagnetic Coefficient Inverse Problem, Tese de Doutorado, Universidade de Gotemburgo, Suécia, setembro de 2017.
- (3) Beilina, L., Thành, N. T., Klibanov, M. V., Malmberg, J. B., Globally convergent and adaptive finite element methods in imaging of buried objects from experimental backscattering radar measurements, Journal of Computational and Applied Mathematics, Elsevier, DOI 10.1016/j.cam.2014.11.055, 2014.
- (4) Beilina, L., Klibanov, M. V., Approximate Global Convergence and Adaptivity for Coefficient Inverse Problems, Springer, New York, 2012.
- (5) Tikhonov, A. N., Traduzido do russo para o inglês em "Solution of incorrectly formulated problems and the regularization method", Soviet Mathematics. 4, p. 1035-1038, 1963.

* *Docteur d'état* em Análise Numérica, integrante do Grupo de Interesse em Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática e Inovação (CTEMI) do Clube Naval

CRIMES E CONTRAVENÇÕES



Renato Vilhena de Araujo*

"Se todo animal inspira ternura, o que houve com os homens?"

Guimarães Rosa

A citação acima alude ao fato de que a humanidade tem uma certa propensão natural para as condutas ilícitas de natureza penal que, dependendo do seu poder ofensivo, são classificadas como crimes ou contravenções. Em termos religiosos, algo análogo a pecados mortais (cometidos de propósito) e veniais (cometidos sem querer).

A fronteira entre estes dois tipos de condutas é fluida, indefinida e altamente subjetiva, mas tem que ser arbitrada liminarmente pelos dirigentes de Organizações Militares (OM), logo que tomam conhecimento de ocorrências anormais,

uma vez que geram consequências drasticamente diferentes, como sintetizados na tabela 1.

Correspondentemente, as provas elucidativas dos fatos ocorridos têm que ter diferentes níveis de persuasão (poder, ou força, probante), uma vez que as sanções aplicáveis têm diferentes níveis de severidade, como sintetizado na tabela 2.

A tabela 2 também mostra as expressões em inglês usadas para qualificar as provas requeridas pela natureza dos delitos no Direito Americano, as quais foram popularizadas pelos filmes sobre julgamentos, em geral muito apreciados.

TABELA 1 - ILÍCITOS DE NATUREZA PENAL

CONDUTA	PODER OFENSIVO	APURAÇÃO POR	SANÇÃO	APLICADA PELO
Crime	Alto	IPM	Penal/Cível	Judiciário
Contravenção	Baixo	Sindicância	Administrativa/Cível	Executivo

TABELA 2- PROVAS DOS FATOS OCORRIDOS

NATUREZA	PODER DE PERSUAÇÃO NECESSÁRIO (FORÇA PROBANTE)	
Administrativa	Convicente	<i>Clear and convincing</i>
Cível	Robusta	<i>Preponderance of evidence</i>
Penal	Indubitável	<i>Beyond a reasonable doubt</i>



CRIMES

“Quem sabe o mal que se esconde nos corações humanos?”

"O Sombra", personagem fictício de histórias policiais

A essência da conduta criminosa é o dolo, isto é, a intenção consciente e maliciosa de prejudicar a vítima (querendo livremente produzir o resultado). Em latim, se diz “*actus non facit reum, nisi mens sit rea*”, ou seja: os atos não fazem culpados, se a mente não é culpada.

A sanção genérica para crimes é a prisão, que é uma medida de extrema violência que só tem cabimento para pessoas de comprovada má índole. Apenas como exceção são criminalizadas as condutas meramente culposas, que são as praticadas por pessoas que, apesar de serem de boa índole, agem com imperícia (incompetência profissional), imprudência (temeridade desnecessária) ou negligência (descaso injustificado).

Como não há um modo certo e efetivo de saber quais são as intenções das pessoas, como já constatava "O Sombra", citado acima, classificar uma conduta como criminosa é tarefa difícil, com a qual os dirigentes de OM não estão normalmente familiarizados, mas que têm que enfrentar logo que tomam conhecimento de alguma irregularidade na conduta de seus subordinados.

O próprio Código Penal Militar (CPM) lembra esta dificuldade ao dispor, por exemplo, que, no caso de lesão corporal levíssima (art. 209, § 6º), o juiz pode considerar a infração como meramente administrativa disciplinar. O mesmo ocorre nos casos de dano patrimonial de baixo valor (art. 260).

Além de parecidos, os crimes e as contravenções podem ocorrer juntos, sendo que, se forem de mesma natureza, os crimes devem ser julgados primeiro, aplicando-se apenas a sanção relativa ao crime (Estatuto dos Militares, art. 42, §2º). Se forem de natureza diversa, deveriam provocar sanções distintas, mas, na prática, esta regra leva ao esquecimento da sanção disciplinar cabível,



vel, pois o crime leva muitos meses para ser julgado, ao passo que as contravenções devem ser julgadas em 48 horas (Regulamento Disciplinar da Marinha, art. 26, §1º).

Cabe ao Poder Judiciário julgar os criminosos e aplicar as sanções penais e cíveis cabíveis, as quais visam, sobretudo, evitar as reincidências, já que, infelizmente, a regeneração de criminosos é coisa muito difícil de ser obtida na prática.

De modo geral, em casos em que restem dúvidas, parece melhor lidar com as ocorrências ilícitas no âmbito administrativo (“*in dubio pro administratione*”), que é mais rápido, eficaz, e evita as incertezas próprias do âmbito judicial.

CONTRAVENÇÕES

“A disciplina, mais que o número de soldados, torna os exércitos poderosos.”

George Washington

Para serem julgadas, as contravenções disciplinares não requerem que se saiba qual foi a intenção do contraventor ao cometê-las. Basta esclarecer quem praticou a conduta irregular, o que realmente ocorreu, enquadrá-la em uma previsão regulamentar e aplicar a penalidade que for considerada cabível. Isto pode ser feito, por exemplo, através de um singelo processo de uma folha só, como as partes de ocorrência (papeletas) da Escola Naval.

No entanto, surgem algumas complicações pelo fato de haver sanções disciplinares com o mesmo nome das sanções penais, em que pese serem de naturezas completamente diferentes, o que gera muitas confusões na prática. É o caso das “prisões” simples e rigorosa. Inclusive,





a própria Constituição Federal aborda este tema quando dispõe que:

“Art. 142, §2º - Não caberá Habeas Corpus (HC) em relação a punições [prisões] disciplinares militares.” (nosso colchete)

Como claramente não cabem HC, que são a medida clássica para se soltar presos, já se tentou contornar esta disposição impetrando Mandados de Segurança (MS) na Justiça Federal (JF). Estes apontavam os dirigentes de OM como coatores dos contraventores e questionavam judicialmente o mérito de decisões puramente administrativas, com a intenção indisfarçada de quebrar a autoridade dos chefes militares sobre seus subordinados.

Hoje, o Supremo Tribunal Federal (STF) já firmou entendimento no sentido de que não cabem MS na JF contra prisões disciplinares. Nestes casos, o Poder Judiciário só pode reexaminar as penas que forem aplicadas, através de HC na Justiça Militar, arguindo apenas quanto ao atendimento dos pressupostos das punições disciplinares, que são: julgador competente e observância do processo legalmente estabelecido, em especial quanto à oportunidade de ampla defesa e ao contraditório. Nunca, quanto ao

mérito da falta ou quanto à dosimetria da punição aplicada.

CONCLUSÃO

A aplicação de penas disciplinares é a parte mais desagradável do exercício de uma chefia de OM. No entanto, tem que ser feita com grande zelo, uma vez que a disciplina é um dos pilares fundamentais constitucionais da organização das Forças Armadas (o outro pilar, claro, é a hierarquia), fato ressaltado na citação de George Washington mencionada na página anterior.

A confusão que pode existir entre crime leve e contravenção grave já foi alvo de muitas discussões, mas permanece atual, pois envolve a análise das intenções de uma pessoa que é matéria totalmente subjetiva; uma indagação sempre repetida pelo personagem "O Sombra" das histórias policiais antigas.

Em caso de dúvida, parece mais eficaz manter a ocorrência no âmbito administrativo, onde pode ser julgada, revista, punida, cumprida e registrada sem as formalidades e a morosidade características do Poder Judiciário. ■

* Vice-Almirante (Refº-EN)



TERMINAL DE USO PRIVADO

um modelo disruptivo no sistema portuário nacional

Murillo Barbosa*¹
Luciana Guerise*²

PORTOS NO MUNDO

Desde 1990 (primeira etapa) o setor portuário assiste às ondas sucessivas de reformas, gestão e organização da governança portuária que ocorreram em todo o mundo. Tudo isso em resposta à globalização da produção e do consumo, em uma concepção moderna de integração de fluxos de mercadorias e inventário tanto a jusante como a montante das cadeias de suprimentos, ao crescimento contínuo do comércio marítimo e a crescente demanda por transporte de contêineres e sua infraestrutura fornecida por operadores de terminais. Operadores portuários passaram a gerenciar os fluxos logísticos para atender as exigências de agregação de valor logístico aos clientes com eficiência em custos, qualidade e produtividade na prestação de serviços

Thompson, Bundin (1997) apud Trujillo

(2000) apontaram vantagens na participação do setor privado no desenvolvimento da infraestrutura de transporte, tais como: (1) prestação de serviços a custos menores, pois são mais eficientes e produtivos; (2) seus recursos podem ser usados para financiar serviços públicos, permitindo que os recursos escassos dos governos sejam dedicados a outras atividades como saúde, educação, segurança, habitação e saneamento.

A segunda etapa de reformas ainda está em andamento. Principalmente após a crise econômica de 2008, os países ainda continuam buscando modelos adequados e procuram uma reestruturação dos sistemas portuários em seus países. Não existe um padrão mundial, mas aquele que convém a cada Estado no sentido de melhorar os resultados de desempenho, a forma de reduzir as barreiras de entrada para adquirir os benefícios da concorrência, reformar a mão de obra portuária e envolver as partes interessadas locais nos esforços para melhorar o acesso ao interior do porto e as relações dos portos com suas cidades.

Não há mais um tema único de reforma portuária, como ocorreu na década de 1990. Por-

tos, governos e partes interessadas deixaram de acreditar em um único modelo de governança portuária. Existem alguns pontos em comum em termos de governança, mas o nível preciso de intervenção estatal desejado no setor portuário continua sendo um tema de extrema controvérsia e discussão em vários países.

A tipologia e diferentes caminhos endossados pela reforma portuária, desde 1990, podem ser resumidos em diferentes modelos que representam a responsabilidade pública e privada da seguinte forma:

- **Public Service Port:** a autoridade portuária realiza toda a gama de serviços portuários e é proprietária de toda a infraestrutura. Eles são geralmente um setor ligado a um ministério do governo, e a maioria de seus funcionários são funcionários públicos. Alguns serviços auxiliares podem ser deixados para empresas privadas, devido às ineficiências relacionadas à expertise e orçamento público.
- **Tool Port:** possui todos os aspectos de um porto de serviço público, a diferença se apresenta na movimentação com operação privada, embora a autoridade portuária ainda seja proprietária de todo ou parte do equipamento terminal. Em vários casos, um Tool Port é uma forma de transição entre um porto de serviço público e um porto Landlord.
- **Landlord Port:** representa o modelo de gestão mais comum em que as infraestruturas, nomeadamente os terminais, são alugados a empresas operadoras privadas, mantendo

a autoridade portuária no controle e gestão do condomínio portuário. A forma mais comum de arrendamento é um contrato de concessão em que uma empresa privada recebe um arrendamento de longo prazo em troca de um aluguel que, geralmente, é em função do tamanho da instalação, bem como do investimento necessário para construir, reformar ou expandir o terminal. Os operadores portuários privados fornecem e mantêm sua superestrutura, incluindo obras edificadas, e os operadores de terminais privados empregam mão de obra portuária. O operador privado também é responsável por fornecer equipamentos para que os padrões de operação sejam mantidos.

- **Corporatized Port** ⁽¹⁾: trata-se de portos que foram quase totalmente privatizados, com a exceção de que a propriedade permanece pública e frequentemente se apresenta como acionista majoritário. A autoridade portuária comporta-se, essencialmente, como uma empresa privada. Esse modelo de gestão é único, pois propriedade e controle estão separados, assim diminuindo as pressões de “bem público” que as autoridades portuárias enfrentam e as pressões de “valor para o acionista” que os portos privados devem manter para provar excelência na gestão.
- **Fully Privatized Port:** este é o resultado da privatização completa de um porto ou terminal portuário. A autoridade portuária é totalmente privatizada, com quase todas as funções portuárias sob controle privado, com o setor público mantendo uma supervisão regulatória padrão.

TIPOLOGIA DA GOVERNANÇA PORTUÁRIA NO MUNDO

Itens	Service Port	Tool Port	Landlord Port	Corporatized Port	Fully Privatized Port
Operação Portuária	Público	Privado	Privado	Privado	Privado
Investimento em Superestrutura	Público	Público	Privado	Privado	Privado
Investimento em Equipamento	Público	Público	Privado	Privado	Privado
Investimento em Infraestrutura	Público	Público	Público	Privado	Privado
Administração do Porto	Público	Público	Público	Privado	Privado
Propriedade da Terra e Ativos	Público	Público	Público	Público	Privado

Fonte: Adaptado da tipologia apresentada pelo Banco Mundial em *Port Reform Toolkit. Second Edition*. Module 3, p. 100-1-9

Embora o *Landlord port* seja predominante, ter modelos jurídicos distintos não é uma “jabuticaba brasileira”. Terminais privados em sede própria já existem em aproximadamente nove países, tais como: Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália, Equador, Estados Unidos, Colômbia, Chile, Holanda e Alemanha. Como já dito anteriormente, o Banco Mundial, definitivamente, não indica um modelo de governança padrão, mas deixa em aberto a sugestão para os Estados organizarem seus sistemas portuários conforme suas conveniências. No Brasil, os modelos de arrendamento e Terminais de Uso Privado (TUP), juntos, deram certo e o TUP, deu muito certo.

TERMINAIS DE USO PRIVADO

É sempre bom revisitar o passado para validar a norma que, no intuito de promover a recuperação econômica nacional, estabeleceu regras para as atividades da Marinha Mercante, dos portos nacionais e da rede ferroviária nacional. Esta norma foi o Decreto-Lei nº 5/66, que trouxe a permissão para que embarcadores ou terceiros pudessem construir ou explorar instalações portuárias, independentemente da movimentação anual de mercadorias, desde que a exploração fosse realizada sem ônus ao Estado e para uso próprio. A partir daí, nascem os primeiros terminais de uso privado, mais especificamente para movimentação de minérios (VALE), de petróleo e combustíveis (PETROBRAS) e de produtos e insumos siderúrgicos (CSN). Ainda há estudos que revelam que o Decreto-Lei 6.460/1944 pode ter sido o embrião dos TUP.

Já em 1993, o sistema portuário brasileiro movimentava 346 milhões de toneladas, dos quais 75% eram responsabilidade dos TUP. Nesse mesmo ano, a promulgação da Lei nº 8.630 (a Lei dos Portos), além de aproximar o setor portuário daquilo que já existia no mundo, também flexibilizou os modelos jurídicos existentes e criou a figura do terminal de uso privativo misto, no qual era autorizado a movimentação também de cargas de terceiros.

Por fim, nesta breve cronologia, em 2013 é publicada a Lei nº 12.815 (a “nova” Lei dos Portos) que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Essa lei manteve o status das concessões e ratificou o modelo jurídico de autorização. Nesse mesmo ano, a movimentação bateu a casa das 904 milhões de toneladas movi-

mentadas, sendo 590 milhões destas (65%), nos 130 terminais de uso privado existentes (naquela época) em toda a costa brasileira.

Na nova Lei dos Portos, as autorizações são formalizadas por meio de um contrato de adesão para movimentação de CARGAS, desta vez sem “sobrenomes”. Dizemos isso pois, ao redor do globo, é estranho quando um investimento de capital intensivo, como um terminal portuário, é limitado a movimentar cargas “próprias” ou de “terceiros” ou “cativas”, justamente porque em países de economia abundante o que importa para seus portos é a máxima produtividade do seu ativo e limitá-las é estar na contramão do mundo.

Outra característica interessante, já que estamos tentando criar conhecimento, é que TUP não possui relação com verba pública e, portanto, assumem 100% do risco do seu negócio, inclusive formando a sua própria carteira de clientes, uma vez que estão fora de portos organizados.

Muitas são as diferenças entre os modelos jurídicos de arrendamento e TUP, podemos chegar em quase uma dezena delas, mas nenhuma que caracterize grandes vantagens nem para um modelo, muito menos para o outro. Existem diferenças regulatórias porque a propriedade das terras e o risco do capital investido também são diferentes. Dentre muitas diferenças, encontra-se a gestão de mão de obra, na qual um TUP possui a prerrogativa legal da liberdade de contratar.

Os TUP, por definição do artigo 44 da Lei dos Portos, não estão obrigados a utilizar a mão de obra do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) mesmo que essa represente a gestão do custo variável nas operações de cargas. Tanto a antiga Lei (8.630/93, artigo 56), como a Lei nº 12.815/13 foram claras ao estabelecer que a movimentação portuária em instalações localizadas fora da área do porto organizado será disciplinada pelo titular da respectiva autorização. Portanto, o TUP não tem obrigação de recrutamento de pessoal junto ao OGMO. A empresa que não atua em terminal da área do porto organizado submete-se a um regime jurídico próprio para efeito de contratação de mão de obra, diferente da empresa que atua em terminal do porto organizado.

Assim, lembramos que: (a) TUP não são operadores portuários, uma vez que esses só existem dentro da poligonal do porto organizado; (b) existe custo ao TUP para possível requisição da mão de obra avulsa, seja pelo OGMO ou

mesmo pelo Sindicato; (c) os recursos utilizados pelos OGMO para o treinamento de trabalhador portuário avulso são provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM) para o qual os TUP contribuem com parcela significativa e, nem por isso, usufruem desse treinamento; (d) a qualificação técnica para exercer a profissão de trabalhador portuário pode, na atualidade, ser obtida em diversas instituições (Exemplos: SENAI, CENEP SANTOS, INCATEP e outros), portanto, sem ônus ao OGMO; (e) a ordem econômica fundamenta a atividade do TUP e se dá pela livre concorrência que, de desleal só convém para quem faz a má gestão de seus ativos.

No Brasil, a contratação de trabalhadores avulsos em TUP é residual, ou perto de zero! Desde a promulgação da “nova” Lei dos Portos, os TUP foram os que mais investiram no Brasil e, a cada terminal instalado, mais emprego qualificado e, lógico, repleto de todos os direitos trabalhistas. Portanto, é necessário conhecer a matéria não só nas entrelinhas da lei, mas sobretudo em campo, e, neste sentido, fica aberto o convite para conhecer de perto a atividade de um TUP!

A REPRESENTAÇÃO DOS TUP NO BRASIL

Segundo dados oficiais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAq), o sistema

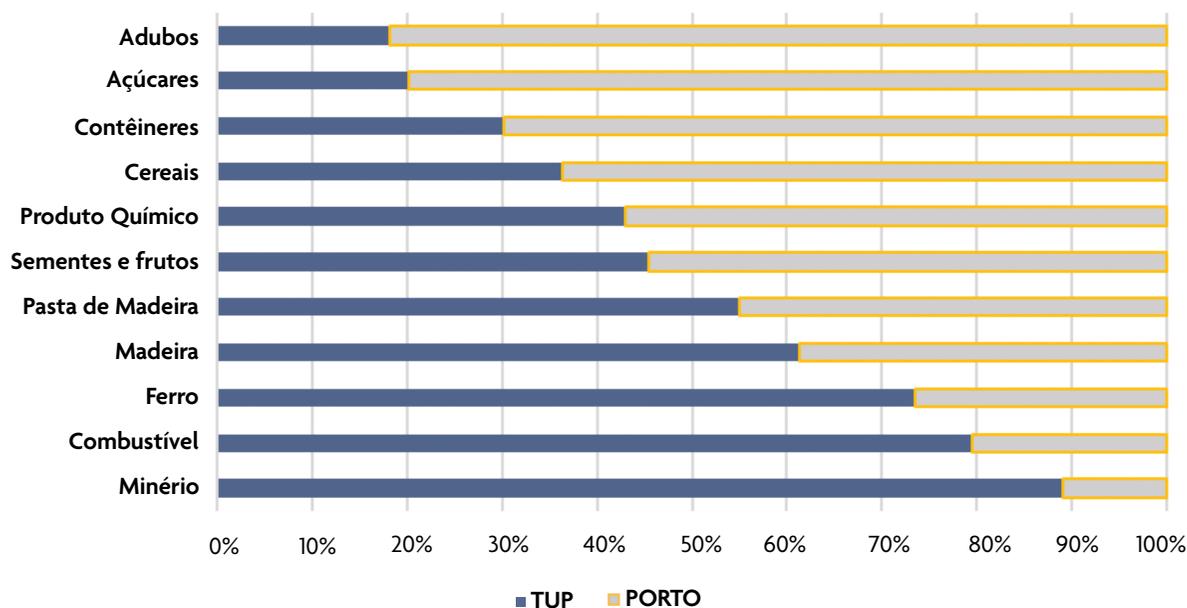
portuário brasileiro movimentou 1,2 bilhão de toneladas em 2021. Os Terminais de Uso Privado movimentaram 804,9 milhões de toneladas ao longo de 2021, registrando um crescimento de 5,4% destacando-se como os principais responsáveis pelo aumento da movimentação portuária no ano.

É possível observar no Gráfico 1 que os TUP representam quase a totalidade do comércio dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. E outra característica importante, dada a sua predominância em commodities, é a verticalização.

Os minérios, sementes e frutos oleaginosos (soja) e os combustíveis foram as mercadorias com maior expressividade em termos de US\$ FOB nas exportações brasileiras, por via marítima, no ano de 2021. A receita com exportação de minério por via marítima atingiu US\$ 48,5 bilhões, a de sementes e frutos oleaginosos (soja) marcou US\$ 38,9 bilhões e a de combustíveis US\$ 37,5 bilhões. Essas três mercadorias juntas possuem participação de 50,3% no total exportado em valor FOB. Entre 2020 e 2021, o minério cresceu 69%, a soja e os combustíveis 35% sendo os principais destinos China, Malásia e Japão (minério) - China, Espanha e Tailândia (soja) e China, Singapura e Estados Unidos da América (combustíveis).

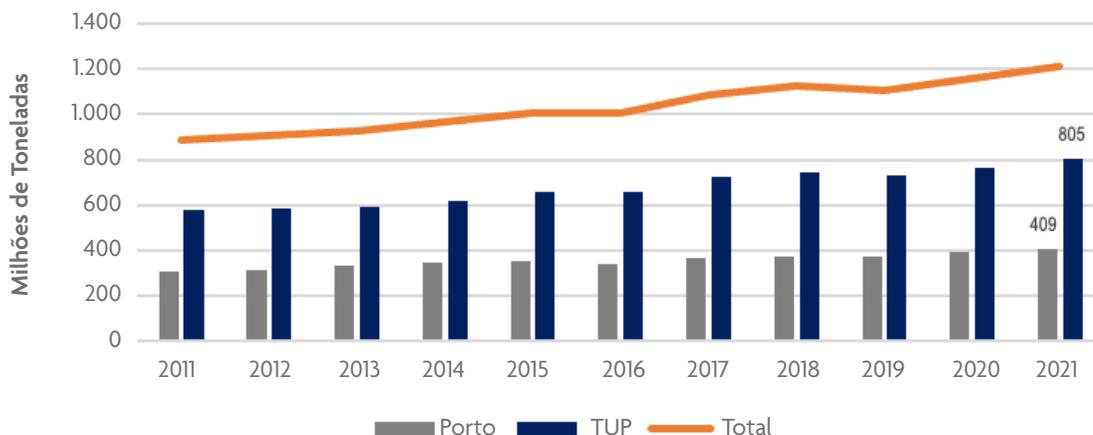
O Gráfico 2 mostra a evolução da movimentação portuária nos últimos dez anos. Observa-se

GRÁFICO 1 - PRINCIPAIS MERCADORIAS MOVIMENTADAS POR TIPO DE INSTALAÇÃO PORTUÁRIA



Fonte: Estatístico Aquaviário - ANTAq. Elaboração: ATP

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA



Fonte: Estatístico Aquaviário - ANTAq. Elaboração: ATP

que os TUP vêm mantendo a sua posição de destaque, representando 66,3% do total movimentado em 2021.

Segundo dados de abril de 2022, existem 205 Terminais de Uso Privado, 45 Estações de Transbordo de Carga e mais quatro Instalações de Passageiros, totalizando 254 Terminais de Uso Privado e 37 Portos Públicos.

Ao longo de 2021, foram assinados dezessete contratos de adesão, sendo dezesseis novos terminais autorizados e um contrato de adaptação para o terminal de Porto Sul (BA). As novas autorizações trouxeram uma carteira de investimentos de R\$ 1,9 bilhão⁽²⁾. Merecem destaque as autorizações das estações de transbordo de cargas (ETC) da Cargill, em Miritituba, e da Louis Dreyfus, em Rurópolis.

A região Norte foi a que apresentou o maior número de novas autorizações de instalações portuárias privadas, totalizando nove terminais: Terminal LDC Tapajós, Cargill Agrícola – Miritituba, TLA Abaetetuba, Plataforma Logística do Amapá, Petróleo Sabbá – BSMI, Terminal de Granéis Líquidos do Amapá – TGLA, ABI-Santarém, Terminal UNI-Z e Petróleo Sabbá – Terminal de Itaituba.

A região Nordeste obteve três autorizações, são elas: Porto Sul, Terminal Baía de Todos os Santos (TBTS) e Salina Guanabara. O Centro-Oeste também obteve três autorizações: Terminal Portuário Paraíso, Terminal Portuário Paratudal (TPP) e Docas de Porto Murinho. Por fim, a região Sul contou com duas autorizações: terminal da Keppel Singmarine Brasil e o terminal da WSAM.

O setor portuário privado fechou o ano de

2021 com um total de 255 terminais privados autorizados e uma carteira de investimento de R\$ 45,4 bilhões, incluindo novas instalações, ampliações e alterações de perfis, contando desde o marco regulatório (promulgação da Lei nº 12.815/2013). Ainda estão em análise dezoito anúncios públicos⁽³⁾ para a criação de novos terminais e alterações de perfis. A expectativa de investimento para esses anúncios é de R\$ 24,3 bilhões. ■

NOTAS

(1) *Corporatization* (Corporatização): É uma forma particular de comercialização que envolve a criação de uma entidade jurídica separada, que assume a responsabilidade legal de fornecer as funções ou serviços exigidos em seu estatuto. O diferencial da corporatização é a criação de uma pessoa jurídica com ações. A corporatização tem sido um modelo chave de governança imposto em alguns países. Existe um debate considerável sobre a corporatização, seja através da emissão de ações ou da criação de entidades com propósitos para o Estado. No Porto de Rotterdam a corporatização foi particularmente bem-sucedida. Os efeitos do modelo de corporatização podem ser analisados em: “Performance effects of the corporatisation of Port of Rotterdam Authority”, escrito por Peter DeLangen e Christiaan Heij.

(2) Optou-se por não contabilizar o investimento do Porto Sul – TUP do estado da Bahia. Isso porque o terminal já tinha um contrato de adesão, que foi apenas renovado. A contabilização daria dupla contagem.

(3) Contando com os anúncios 1,2 e 3 de 2022

*1 Vice-Almirante (Ref^o), Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)

*2 Diretora Executiva da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)

UM TERRÍVEL MAL QUE PREJUDICA OS MENOS FAVORECIDOS

Antônio Tângari Filho*

Há décadas, na maioria dos estados do Brasil existe um mal que cada vez mais se alastra: as chamadas “milícias”. Na opinião deste articulista, a ação de “milicianos” não deve ser tratada como desvio de conduta, mas punida com as penas máximas da lei. Se for necessário, deve ser proposta e criada uma nova legislação, que possibilite o enquadramento de quaisquer crimes de milicianos no Código Penal Militar, bastante mais rigoroso.

As milícias são compostas, em sua maioria, por ex-membros de Forças Militares estaduais, Polícias Civis ou Guardas Municipais, com elementos que anteriormente foram considerados nocivos às suas corporações e, em sua maioria, delas expurgados. Contam também com membros das comunidades em que atuam cooptados à força ou mediante suborno.

Os milicianos praticam atos atentatórios ao bem-estar da população, muitas vezes com base no poder das armas. Atingem principalmente os

moradores de áreas mais pobres e menos apoiadas pelos órgãos de Segurança Pública. Lamentavelmente, continuamos a ver essa verdadeira humilhação acontecer com maior intensidade em todo o País, sem que se tome uma enérgica e rigorosa medida para eliminá-la.

Preocupado com suas consequências no desenvolvimento econômico-social do Brasil, os editores do *Jornal dos Economistas* nº 365, de janeiro de 2020, publicaram um Painel no qual articulistas do mais alto nível detiveram-se no assunto. Sem meias palavras e condenando as milícias, que se expandem sempre mais, em especial no estado do Rio de Janeiro e sua bela capital. Dentre as colocações feitas no Painel, foi enfatizado que as atividades dos milicianos geram uma renda paralela, não contabilizada nem declarada ao erário público, portanto inteiramente sonegada. Essas atividades “econômicas” informais também não são computadas na apuração do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil – como ocorre com o contrabando, transporte ilegal de pessoas e cargas – todas criminosas ou à revelia de regulamentações definidas e prescritas.

Um dos articulistas do Painel mencionado complementa: “poderíamos, finalmente, assumir que as milícias são um mal que pode e deve ser erradicado, e não um fato social a que estaríamos irremediavelmente condenados” (sic, João Trajano Sento Fé – cientista político e pesquisador do Laboratório de Análise da Violência – UERJ).

Lamentavelmente, alguns políticos valem-se da influência de milicianos nas comunidades carentes para capitalizá-la em votos. Casos há em que louvam suas atitudes contra o tráfico de drogas, segurança local e outras enganosas qualidades, sem mencionarem que praticam outros tipos de crimes de tão ou maior grau de violência contra os moradores

e comerciantes das comunidades. É notório o conhecimento de que, nos seus primórdios, os milicianos agiam onde o Estado ainda não lograra dar as condições mínimas de segurança e apoio social aos residentes, tais como delegacias, escolas e postos de saúde. Mas, de algum tempo, têm sido ampliados, porém limitados aos recursos financeiros disponíveis.

No caso especial da cidade do Rio de Janeiro, somente intervenções das Forças Armadas, em especial com tropas de Fuzileiros Navais, conseguiram liberar favelas dos traficantes e milicianos. Exemplo marcante foi a ocupação dos complexos do Lins e da Rocinha internacionalmente divulgada. Foram mostradas cenas dos criminosos fugindo do local, na medida em que os Fuzileiros Navais avançavam, mostrando seu poder bélico conduzido disciplinadamente pelos seus corajosos componentes.

No entanto, essas ações de caráter excepcional têm prazos delimitados em lei, e tão logo a Força Militar é afastada, volta-se praticamente à estaca zero, isto é, os milicianos covardemen-



te tornam a dominar a região. Tal fato mostra o poder das milícias, que somente respeitam a presença das Forças Armadas.

Neste ano teremos eleições para cargos estaduais e federais. Se providências sérias não forem tomadas, o período poderá ser campo fértil para cooptar votos. A sociedade tem claro conhecimento que praticantes da “má política” aproveitar-se-ão dessa “força clandestina” que controla as chamadas comunidades.

Concluindo, fica aqui um alerta sob a forma de candente apelo. Por quanto tempo milícias ainda terão a liberdade de constranger as comunidades em várias cidades do nosso Brasil? E quando as autoridades policiais e judiciárias destinarão maior investimento e esforços em investigações sobre as milícias e seus integrantes, combatendo-as sem trégua até a completa extinção?

Sem deixar de, também, ser aqui registrado que existem ações do Poder do Estado contra os “milicianos”, sendo alguns condenados pela Justiça. No entanto, essas operações também são episódicas, bem como sem a intensa energia que se faz necessária, diante da gravidade do problema que, como já mencionado, aflige os mais pobres e carentes. ■

* Capitão de Corveta (Refº-IM)

Ações da Marinha em comemoração ao

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Centro de Comunicação Social da Marinha

No dia 7 de setembro comemoramos um marco para a história do País, quando Dom Pedro I, às margens do Rio Ipiranga, deu o grito de Independência e permitiu que nosso Brasil deixasse de ser colônia portuguesa para se tornar uma nação soberana. Neste ano, celebramos os duzentos anos desse importante acontecimento e diversas instituições públicas e privadas prepararam comissões, grupos-tarefa e comitês para idealizar ações em festejo a essa data tão marcante para a nação brasileira.

Nesse contexto, a Marinha do Brasil (MB), que teve papel importante na consolidação da nossa soberania, criou, em setembro de 2019, a Comissão Intersetorial para Planejamento e Controle do Calendário de Comemorações dos 200 Anos da Independência do Brasil, com o intuito de, entre outros objetivos, planejar e acompanhar a execução das atividades comemorativas; definir o conceito geral dessas atividades; estabelecer as diretrizes gerais e específicas para orientar o planejamento detalhado e sua execução; além de identificar outras providências.

Desde então, a MB tem promovido atos de abrangência nacional, dentro de um calendário de comemorações que teve início em 2021 e será concluído em 2023. São diversas atividades em todos os segmentos e campos de atuação



ção distribuídos pelos Distritos Navais, sendo algumas em coordenação com outros setores governamentais das esferas federal, estadual e municipal. Milhares de brasileiros e brasileiras têm participado e apreciado diversas ações, seja de forma presencial ou por meio dos veículos de comunicação e mídias sociais.

Tais ações também se refletem na divulgação dos principais eventos comemorativos ao Bicentenário da Independência do Brasil. Em fevereiro desse ano, foi realizado o “Velas Latinoamericana 2022”, maior acontecimento náutico da América Latina, cuja edição foi coordenada pela Força Naval, a qual promoveu o intercâmbio operacional e cultural entre as marinhas latino-americanas, com a presença de sete navios-veleiros e aproximadamente dez mil visitantes na zona portuária do Rio de Janeiro. Nos meses de junho e julho, foi realizada a exposição temporária “O Atlântico Sul na Construção do Brasil Independente”, no Museu Naval. Além desses, a Marinha participou do 20º Encontro de História, um evento bianual promovido pela Associação Nacional de História.

Neste ano, além do Bicentenário da Independência, também rememoramos os duzentos anos de criação da nossa Esquadra, no dia 10 de novembro. Trata-se de mais um motivo de orgulho para o povo brasileiro, pois refletiu a nos-



sa bravura e determinação para combater as forças navais portuguesas que se opunham à Independência do Brasil. Criada em 1822, com o içamento do Pavilhão Imperial na Nau “Pedro I”, representou fator decisivo na consolidação do processo de independência e na manutenção da integridade territorial. Atualmente, a Esquadra Brasileira é importante para preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria.

Em todo o País, também ocorreram diversas comemorações com participação das organizações militares da Marinha. A Cerimônia de Substituição da Bandeira Nacional e o desfile cívico-militar, em Brasília (DF), foram alguns dos destaques no mês de setembro. Os desfiles militares ocorreram também em outros estados da Federação. Na tradicional Parada Naval e Aeronaval, que ocorre desde os anos 2000, 21 navios e três aeronaves da Marinha do Brasil e embarcações de outros países convidados participaram das comemorações do Bicentenário da Independência, no dia 7 de setembro. O público pôde contemplar o desfile naval pelas praias do Rio de Janeiro (RJ), desde o Recreio até Copacabana. A Revista Naval foi realizada no dia 10 de setembro, na Baía de Guanabara e, assim como em 1922, contou com a participação de navios da Esquadra Brasileira e das marinhas de nações amigas.

Somadas às apresentações das Bandas do Corpo de Fuzileiros Navais e à realização de cerimônias militares por todo o território nacional, outras ações de Comunicação Social desenvolvidas incluem a elaboração de documentários, a produção de vídeos institucionais, a organização de seminários, a veiculação de peças publicitárias, o lançamento de exposições e os convites à visita pública em navios, como o Navio-Veleiro “Cisne Branco” e o Navio-Aeródromo Multipropósito “Atlântico”.

Parte desse esforço de Comunicação Social é coordenada pelo Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM), que produziu uma série de programas sobre a atuação da Força no processo de Independência do Brasil, para veiculação nas mídias sociais da MB. O CCSM atuou para mostrar as ações desenvolvidas por nossa Força e estreitar o relacionamento com a sociedade brasileira. O propósito dessa tarefa é despertar a necessidade de mantermos uma Força moderna, bem equipada e pronta para defender os interesses da Nação junto ao mar,



especialmente quando este possui grandes riquezas e potencial econômico, como é o caso da nossa Amazônia Azul.

Em um ano tão marcante, quando comemoramos o Bicentenário da Independência e da Esquadra Brasileira, as ações de Comunicação Social se intensificaram e não poderia ser diferente. O orgulho de pertencer a este país soberano, independente e harmônico motiva todos os militares, veteranos e servidores civis da Marinha a prestar o melhor serviço à Pátria, servir de exemplo e inspirar a confiança do povo brasileiro.

Então, caro leitor, sinta-se convidado a participar conosco das ações em comemoração ao Bicentenário da Independência, uma forma de rememormos o passado, vivermos o presente e planejarmos o futuro de glórias da nossa Marinha, do nosso Brasil. ■

Os eventos podem ser acompanhados em:

[www.marinha.mil.br/
agenciadenoticias/200-anos-de-
independencia-do-brasil-e-da-esquadra-
brasileira](http://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/200-anos-de-independencia-do-brasil-e-da-esquadra-brasileira)

VISITAS PRESIDENCIAIS NO PIRAQUÊ

Paulo Frederico Soriano Dobbin*

Em julho de 1940, um Presidente da República visitou o Clube Naval, mais precisamente na Seção Esportiva situada na Lagoa Rodrigo de Freitas. Tratava-se de uma visita formal do Presidente Getúlio Vargas para a inauguração da sede que viria a ser, futuramente, o Departamento Esportivo do Clube Naval ou, simplesmente, Piraquê.

Depois de percorrer as instalações do Clube, Getúlio Vargas, ao som do Hino Nacional, içou, no mastro principal da praça de esportes, o Pavilhão Nacional. Houve descerramento de placa, discursos e um coquetel. Aplausos, obedientes ao desenrolar da cerimônia. Quase todo o ministério também estava presente.

Havia muitos sócios, todos militares, pois só algum tempo depois foram criadas as categorias de sócios civis. Uma importante data na história do Clube Naval.

Em 23 de julho de 2022, praticamente oitenta e dois anos depois, novamente outro Presidente visitou o Piraquê. Hospedado no hotel de trânsito da Marinha, Jair Bolsonaro manifestou o natural desejo de saborear uma



O Presidente Vargas inaugurou ontem o Hospital Rocha Faria e as novas dependências do Clube Naval. Inúmeras homenagens prestadas ao Chefe da Nação



Foto: Arquivo Nacional

pizza no clube, ao final da tarde. Rapidamente foi montada uma recepção, dentro da informalidade, mas digna do mandatário.

O Presidente foi aclamado por centenas de associados de todas as idades que gritavam entusiasmados o seu nome. Certamente com a presença de muitos civis.

A sociedade, com vários de seus segmentos, ali estava representada.

Não houve discursos, placas, nem coquetel; apenas um feliz e inesquecível *happy hour* para os brasileiros que passavam a tarde no Clube. Sem dúvida, outra data a entrar nos seus anais que, por força da surpresa e do informalismo reinantes, será muito mais fácil de ser lembrada.

Que Deus ilumine os caminhos do nosso Brasil! ■

REFERÊNCIA

A Batalha (7 de julho de 1940), disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=175102&pagfis=19224&url=http://memoria.bn.br/docreader#>



* Vice-Almirante (Refº-FN)

51º Salão de Belas Artes do Clube Naval



Em função das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil em 2022, contamos com uma categoria especial para obras relacionadas a este tema.

Exposição ao público:
24/11 a 09/12
das 13h às 18h



Salões Nobre e Vermelho
3º andar (exceto sábados e domingos)

Vedada a entrada trajando chinelo, roupas de praia, bermudas e camisetas regata.

Sede Social: Av. Rio Branco, 180 - Centro - RJ

Tel.: 2112-2427

Marcos
Pereira



Clube Naval



Acesse o regulamento pelo QR Code acima!

Prêmio: O vencedor receberá um prêmio em dinheiro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONCURSO



MARQUÊS DE TAMANDARÉ

1975



2023

Tema para 2023:

“Almirante Luiz da Cunha Moreira, Visconde de Cabo Frio”

Entrega dos trabalhos até **06/04/2023** no Dep. Cultural, das 14h às 18h (dias úteis).

Participantes: Sócios do Clube Naval, exceto os Departamentais e aqueles que estiverem integrando a Diretoria do Clube Naval ou exercendo cargos estruturais em quaisquer de seus Departamentos/ Setores.



Clube Naval



Acesse o regulamento pelo QR Code acima!

Prêmio: uma medalha de ouro “Mérito Especial”, no formato circular, com 4cm de diâmetro, aqui ilustrada.



CONCURSO



PEM
2040

ALMIRANTE JACEGUAY

1890



2023

Tema para 2023:

Marinha do Brasil “Rumo a 2040”

Entrega dos trabalhos até **06/04/2023** no Dep. Cultural, das 14h às 18h (dias úteis).

Participantes: Oficiais da Marinha do Brasil, exceto aqueles que estiverem integrando a Diretoria do Clube Naval ou exercendo cargos estruturais de quaisquer Departamentos/ Setores.